

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

NOEMI LUCIANE DOS SANTOS

OS OPERADORES NA ARGUMENTAÇÃO DO DISCURSO

Porto Alegre

2010

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

NOEMI LUCIANE DOS SANTOS

OS OPERADORES NA ARGUMENTAÇÃO DO DISCURSO

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de concentração Lingüística Aplicada, da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr. Leci Borges Barbisan

Data da Defesa: 13/01/2010

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2010

NOEMI LUCIANE DOS SANTOS

OS OPERADORES NA ARGUMENTAÇÃO DO DISCURSO

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 13 de janeiro de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Leci Borges Barbisan

Prof^a. Dr. Leci Borges Barbisan – PUCRS

Carmem Luci da Costa Silva

Prof^a. Dr. Carmem Luci da Costa Silva – UFRGS

Telisa Furlanetto Graeff

Prof^a. Dr. Telisa Furlanetto Graeff - UPF

Susana Quinteros de Creus

Prof^a. Dr. Susana Quinteros de Creus - PUCRS

Maria da Glória Corrêa di Fanti

Prof. Dr. Maria da Glória Corrêa di Fanti – PUCRS

*À minha família,
meu porto mais seguro.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela luz que me envia.

Aos meus pais, Willma e Waldemar, pelo amor e pelo apoio incondicionais.

Aos meus familiares – irmã, irmãos, cunhado, cunhadas, sobrinhos - pela generosa atenção e pelas sinceras palavras que a mim dirigiram, principalmente nos momentos mais difíceis.

Ao Valdomiro, meu namorado, por seu amor e sua compreensão.

À minha orientadora, Prof^a. Dr. Leci Borges Barbisan, pela sabedoria compartilhada, e por sua constante e generosa orientação.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial à direção, aos professores e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelo sempre pronto e atencioso atendimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos.

Aos amigos e colegas de curso, em especial aos colegas do grupo de pesquisa, pelas valiosas discussões construídas.

À amiga Alessandra Ávila Martins, pelo constante incentivo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel dos operadores – modificadores e internalizadores - no movimento argumentativo do discurso, à luz da Teoria da Argumentação na Língua, utilizando principalmente os conceitos da sua forma mais atual, a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot. Para a concretização do trabalho, foram construídas três hipóteses, dentre as quais destaca-se a do *construtor*, conceito cuja função contrasta com a função do operador na argumentação no discurso. Uma palavra Y (advérbio ou adjetivo) é considerada *construtor* em relação a X (verbo ou substantivo) se a argumentação interna da expressão XY contiver palavras plenas da argumentação interna de X e da argumentação interna de Y. Sua função é construir um novo sentido para XY, e não apenas reorganizar seus aspectos, como é a função dos operadores. A opção pelo arcabouço teórico deve-se ao fato de que a teoria se inscreve no âmbito das teorias enunciativas e por isso permite analisar a linguagem em uso. Segundo a Teoria da Argumentação na Língua, a argumentação está inscrita nas palavras da língua, e por isso estas orientam o sentido de um enunciado ou de um discurso. O *corpus* analisado é composto por cinco textos, de gêneros variados, escritos em língua portuguesa. Os resultados convergem para a comprovação das hipóteses construídas e mostram que os operadores atuam não somente sobre a força argumentativa das palavras às quais se aplicam, mas também sobre a força de segmentos que constroem o suporte e o aporte num discurso.

Palavras-chave: Argumentação; Discurso; Polifonia; Sentido; Bloco Semântico; Operador.

RESUMÉ

L'objectif de ce travail est d'analyser le rôle des opérateurs – modificateurs et internalisateurs – dans le mouvement du discours, à la lumière de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue, en se servant surtout des concepts de sa forme la plus actuelle, la Théorie des Blocs Sémantiques, développée par Marion Carel et Oswald Ducrot. Pour la concrétisation du travail, trois hypothèses ont été construites, parmi lesquelles prend une place spéciale celle du *constructeur*, concept dont la fonction contraste avec celle de l'opérateur dans l'argumentation du discours. Un mot Y (adverbe ou adjectif) est considéré constructeur par rapport à X (verbe ou substantif) si l'argumentation interne de l'expression XY contient des mots empreignés de l'argumentation interne de X et de l'argumentation interne de Y. Il a la fonction de construire un nouveau sens pour XY et non seulement de réorganiser ses aspects, ce qu'est le rôle des opérateurs. L'option pour la structure théorique est due au fait que la théorie s'inscrit dans le domaine des théories énonciatives permettant, donc, d'analyser la langue en usage. Selon la Théorie de l'Argumentation dans la Langue, l'argumentation est inscrite dans les mots de la langue, c'est pourquoi ceux-ci orientent le sens d'un énoncé ou d'un discours. Le *corpus* analysé est constitué de cinq textes, de différents genres, écrits en langue portugaise. Les résultats convergent vers la confirmation des hypothèses construites et montrent que les opérateurs agissent non seulement sur la force argumentative des mots auxquels ils s'appliquent, mais aussi sur la force des segments qui construisent le support et l'apport dans un discours.

Mots-clés : Argumentation; Discours; Poliphonie; Sens; Bloc Sémantique; Opérateur.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadrado argumentativo	73
Figura 2 - Bloco Semântico ₁ : Tempo que traz os acontecimentos.....	74
Figura 3 - Bloco Semântico ₂ : Tempo que leva os acontecimentos.....	75
Figura 4 - Exemplo de colocação de palavras no quadrado argumentativo	77

LISTA DE ABREVIATURAS

A – Argumento

AE – Argumentação externa

AI – Argumentação interna

ATT - Atenuador

BS – Bloco Semântico

C – Conclusão

C.A. – Classe argumentativa

CON - Conector

DC – Donc

E – Enunciador

E.A. – Escala argumentativa

HE – Hipótese externa

HG – Hipótese da gradualidade

HGDC – Hipótese da gradualidade em *donc*

HGPT – Hipótese da gradualidade em *pourtant*

HI – Hipótese interna

HL – Hipótese lexical

HN – Hipótese da negação

HNP – Hipótese de negação de paradoxos

L – Locutor

MD – Modificador desrealizante

MR – Modificador realizante

MS – Modificador sobre-realizante

NEG – Negação; não

PT – Pourtant

REAL – Realizante

SE – Sujeito empírico

TAL – Teoria da Argumentação na Língua

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

X – Segmento suporte do encadeamento

Y – Segmento aporte do encadeamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	18
1.1 Estruturalismo saussuriano	18
1.2 A enunciação em Benveniste	21
1.3 Teoria da Argumentação na Língua: uma teoria estruturalista e enunciativa	27
2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	41
2.1 Níveis de realização lingüística	42
2.1.1 A frase e o enunciado.....	43
2.1.2. O texto e o discurso.....	45
2.2 Argumentação e sentido.....	46
2.3 A Polifonia	50
2.4 A noção de bloco semântico	60
2.4.1 Argumentação interna e argumentação externa	78
2.5 A gradualidade	81
3 OS OPERADORES	87
3.1 Os modificadores realizantes e desrealizantes	89
3.2 Os internalizadores.....	96
3.3 Os modificadores sobre-realizantes	101
4 METODOLOGIA E ANÁLISES	114
4.1 As hipóteses da Teoria da Argumentação na Língua.....	114
4.2 As hipóteses da pesquisa.....	122
4.3 Procedimentos de análise	125
4.4 Análises.....	126
4.4.1 Análise 1.....	126
4.4.2 Análise 2.....	136
4.4.3 Análise 3.....	141
4.4.4 Análise 4.....	145
4.4.5 Análise 5.....	151
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	155

5.1 Evidências das hipóteses	155
5.2 O conceito de <i>construtor</i>	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	170
ANEXO A – Publicidade da pomada Hipoglós	175
ANEXO B – Publicidade da marca Fiat	176
ANEXO C – Publicidade da marca Timberland	177
ANEXO D – Texto publicado no portal da empresa SERPRO	178
ANEXO E – Texto publicado no portal LANCENET	186
CURRICULUM LATTES	187

INTRODUÇÃO

O foco da nossa atenção, no presente trabalho, é, novamente, a argumentação no discurso. Dizemos *novamente* porque em nossa trajetória acadêmica a argumentação tem lugar cativo, a partir do curso de pós-graduação *latu sensu*, concluído em 2000, cujo trabalho final originou a publicação do artigo *Estrutura argumentativa: recursos e marcas linguísticas na propaganda eleitoral* (SANTOS, 2002). Naquele momento, interessava-nos a linha da Análise do Discurso francesa, desenvolvida por Michel Pechêux e colaboradores.

Após o término desse trabalho, iniciamos nossa experiência no ensino público estadual, onde foi possível constatar as dificuldades apresentadas pelos alunos, de ensino fundamental e médio, em apreender o sentido dos textos, em perceber as diferenças entre o que está dito no texto e a inferências que ele, aluno, produz enquanto leitor, em seguir as pistas indicadas pelo próprio texto, entre outras dificuldades de leitura. Mais evidentes ainda, foram as dificuldades em produzir discursos em sua própria língua. As constatações decorrentes dessa experiência levaram-nos a concluir que é necessário, entre tantas coisas, desenvolver na sala de aula, além do ensino da gramática, um bom trabalho de leitura e de análise linguística, em que se inclua também o ensino da argumentação. Argumentar, para Ducrot (2005) é tomar posição em relação a um determinado tema, construir pontos de vista sobre ele, o que confere à linguagem um estatuto de lugar desprovido de neutralidade. E, é claro, o professor deve estar preparado para esse desafio.

Essa experiência levou-nos a procurar o curso de Mestrado em Letras-Linguística Aplicada (PUCRS), a fim de aprofundar conhecimentos em torno da argumentação. Foi nesse período que tivemos contato com a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e desde então, temos constatado que ela oferece recursos para melhor compreendermos a linguagem e seu funcionamento. Dentre estes recursos, destaca-se o conceito de polifonia, que serviu de base para a elaboração da nossa dissertação de mestrado.

Nesse trabalho, tomamos a polifonia como ferramenta para explicar como se constrói o movimento argumentativo em textos de gêneros diversos (publicidade, crônica, propaganda, etc.). Observou-se, também, a importância das palavras tidas como ferramentas, segundo a teoria, para leitura e compreensão dos textos. Foi então que surgiu nosso interesse pelos operadores, objeto de estudo da presente tese.

A Teoria da Argumentação na Língua, sugere uma classificação semântica do léxico em palavras plenas e palavras instrumentais. As plenas são aquelas às quais se pode atribuir uma argumentação interna e uma argumentação externa - por exemplo, os verbos e os advérbios, os substantivos e adjetivos - o que torna possível associar a elas um conjunto de discursos. As instrumentais (ou gramaticais) são aquelas às quais não podemos associar um conjunto de discursos, mas que exercem funções específicas em relação às plenas e à construção de encadeamentos argumentativos. Em razão dessas funções, as gramaticais subdividem-se em conectores, articuladores e operadores (modificadores e internalizadores). São estes últimos - os operadores - que constituem o objeto da presente pesquisa.

O projeto inicial previa uma análise dos modificadores à luz da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). O objetivo principal era explicar como essas palavras atuam na argumentação do discurso. No decorrer dos estudos, verificou-se a necessidade de estabelecer critérios lingüísticos para defini-los com mais clareza, para compreender o seu papel na orientação do discurso. Construimos, então, dois grandes objetivos para esta pesquisa. O primeiro deles é definir, a partir das situações de uso, critérios que indiquem, pelo menos, dois papéis distintos, exercidos pelos adjetivos e advérbios, quais sejam:

a) não acrescentar sentido ao termo ao qual se aplicam, mas apenas reorganizar os aspectos do termo, função dos operadores (modificadores e internalizadores), segundo a TBS;

b) acrescentar sentido ao termo ao qual se aplicam de modo a criar um novo sentido (função do que chamaremos, mais adiante, de *construtor*).

O segundo objetivo é analisar o papel dos operadores – modificadores e internalizadores - na orientação do discurso, verificando como e com que força atuam sobre um argumento ou sobre uma conclusão.

Para estabelecermos esses objetivos, partimos do estudo de algumas gramáticas normativas e pedagógicas, em que é possível encontrar um enfoque predominantemente classificatório das palavras. Segundo algumas gramáticas, os adjetivos e advérbios modificam os termos aos quais se referem. Assim, para Faraco & Moura (2003), o adjetivo é a palavra variável que modifica o substantivo, atribuindo-lhe uma característica ao ser nomeado por ele, e advérbio é a palavra invariável que modifica um verbo, um adjetivo, outro advérbio ou uma oração inteira. Esse enfoque, no entanto, limita a análise lingüística ao âmbito da frase e à observância de modelos que devem utilizados por um falante, tidos como exemplares do uso da “norma culta”.

Os caminhos pelos quais envereda o presente trabalho, no entanto, se diferenciam dos apresentados pela abordagem gramatical. Nossa proposta se inscreve na área dos estudos do discurso, com a finalidade de lançar sobre os “operadores” um olhar enunciativo e argumentativo, porque ele nos permite fazer uma análise da linguagem em uso, contemplando as relações de sentido construídas por essas palavras. Assim sendo, determinamos os operadores, os modificadores sobre-realizantes e os construtores como nosso objeto teórico e o discurso como nosso objeto de pesquisa. Ressaltamos que procuramos analisar discursos relativamente curtos, em geral publicidades, dando prioridade às ocorrências de operadores e modificadores sobre-realizantes passíveis de análise. Não priorizamos, portanto, nem gêneros, nem seqüências textuais. Optamos por discursos curtos, considerando a complexidade de nosso objeto teórico.

Em razão dessa opção, buscamos na Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores, o referencial teórico necessário. Como veremos, essa teoria postula que os modificadores – adjetivos e advérbios - são operadores que têm um importante papel na argumentação, na apresentação dos pontos de vista assumidos pelo locutor num determinado enunciado/discurso. É esse papel que procuraremos descrever no presente trabalho.

Partindo dessa descrição, entendemos que a pesquisa é relevante por várias razões. A primeira delas refere-se ao fato de que a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) permite analisar a linguagem em pleno uso. Trata-se de uma teoria enunciativa cujos autores defendem que a argumentação está inscrita na própria língua. As palavras orientam a argumentação num enunciado ou num discurso, conforme o posicionamento adotado pelo locutor, produtor da linguagem, perante o seu interlocutor, no momento da enunciação. Essa concepção de linguagem essencialmente argumentativa permite ao lingüista estudar os mecanismos que produzem argumentação. Dessa forma, a teoria contribui para os estudos voltados à compreensão do sentido do discurso, e isso parece torná-la, futuramente, aplicável ao ensino da língua, sobretudo o da leitura e o da produção textual.

Do arcabouço oferecido pela teoria, optamos por desenvolver o trabalho a partir dos conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL, 1997), segundo a qual a argumentação está enraizada no léxico e se constrói em termos de bloco, isto é, dois segmentos somente têm sentido se analisados em conjunto. Por tratar-se de uma teoria lexical, é apropriada para o estudo aqui pretendido, posto que será analisado o funcionamento de elementos lexicais - os operadores - na construção da argumentação no discurso.

Um segundo motivo para considerar relevante o presente estudo é a inovação trazida pelo tema. Os modificadores foram estudados por Ducrot (1998a) partindo da noção de *topos* apresentada na segunda fase da TAL, e classificados como realizantes (MR) e desrealizantes (MD). Seguindo a mesma noção, Negróni (1995) propôs um terceiro tipo de modificadores: os sobre-realizantes (MS). Recentemente, Ducrot (2002, 2005e) retoma os modificadores, agora como parte do conjunto de operadores (modificadores e internalizadores) na perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos, mas limita-se ao estudo no âmbito do enunciado. O presente trabalho vem contribuir no sentido de realizar estudos sobre a importância dos operadores na construção da argumentação no discurso, e os modificadores sobre-realizantes sob o enfoque da Teoria dos Blocos Semânticos.

Uma última razão refere-se à nossa experiência no ensino da leitura e da produção de textos, como já citado anteriormente. Tal experiência revelou a importância dos adjetivos e advérbios, aqui estudados como operadores, para a

compreensão do sentido. É possível observar que os operadores não só interferem na força argumentativa de um substantivo ou verbo, aos quais se aplicam, como também interferem na força de um argumento, de uma conclusão, e até mesmo de uma tese, no movimento argumentativo de um discurso. Parece-nos bastante evidente a importância da função desses elementos na argumentação do texto. Entendemos, assim, que este trabalho contribui para os estudos sobre a argumentação e sobre o discurso.

Os conceitos de que nos servimos, inclusive alguns citados brevemente nessas primeiras palavras, são desenvolvidos nos próximos capítulos. No capítulo 1, discorreremos sobre os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, também conhecida como Semântica Argumentativa. São abordados conceitos do estruturalismo lingüístico, tais como a noção de relação e o conceito de língua e de fala, e da enunciação revisitados e/ou reformulados por Oswald Ducrot e seus colaboradores. No capítulo 2, são explicitados os conceitos que nortearão nosso trabalho. Partimos dos níveis de realização lingüística – frase e enunciado, texto e discurso –, argumentação e sentido para chegarmos ao bloco semântico, à gradualidade e à polifonia.

No capítulo 3, estudamos os operadores, que se subdividem em internalizadores e modificadores (realizantes, desrealizantes e sobre-realizantes). Procuramos demonstrar, nesse capítulo, a gradualidade e a polifonia implicadas por esses elementos em diferentes momentos da teoria. O capítulo 4, onde se encontra nossa contribuição propriamente dita, está organizado de modo a apresentar, da maneira mais clara possível, a metodologia que aplicamos. São descritas nesse capítulo as hipóteses internas e externas da Teoria da Argumentação na Língua, as quais definem o olhar que lançamos sobre nosso objeto de estudo. Apresentamos, também, as hipóteses do presente trabalho, que dizem respeito à marcação dos papéis dos operadores e sua atuação na orientação argumentativa do discurso, e as análises que propusemos. As hipóteses e as análises são retomadas e discutidas no capítulo 5, com o objetivo de confirmar nossas ponderações e de apresentar o conceito de *construtor*.

1 FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Com o objetivo de compreender a Semântica Argumentativa no amplo espectro das teorias lingüísticas, julgamos necessário retomar, ainda que brevemente, alguns pressupostos teóricos que constituem os seus fundamentos. Neste capítulo, trataremos de princípios relativos ao estruturalismo lingüístico, construídos por Ferdinand de Saussure, e dos postulados sobre enunciação, construídos por Émile Benveniste, tomados por Oswald Ducrot ao conceber a Teoria da Argumentação na Língua. Na seção 1.1, retomamos os princípios estruturalistas, na seção 1.2, os enunciativos, e na seção 1.3, procuramos mostrar como esses princípios constituem as bases da teoria que norteia o trabalho desenvolvido na presente pesquisa.

1.1 Estruturalismo saussuriano

Os ensinamentos de Ferdinand de Saussure¹ tornaram-se essenciais para a constituição da Linguística como ciência da linguagem. Preocupou-se, o mestre, em definir seu objeto de estudo, bem como a função, a utilidade e a delimitação da Linguística. De modo geral, ele observa que todo fenômeno lingüístico tem duas faces, que se correspondem mutuamente. Daí surgem dualidades tais como as correspondências entre imagem acústica e conceito, entre o lado social e individual da linguagem, entre o estado atual de uma língua e sua evolução. Assim sendo, o

¹ No presente trabalho, reportamo-nos à publicação da edição brasileira do *Curso de lingüística geral*, pela editora Cultrix, sem data informada [2000]. Citaremos a obra, então, com a data aproximada de uma das edições/reimpressões brasileiras. A primeira edição em francês, foi publicada em 1916, sob o título *Cours de linguistique générale*, por Payot, Paris. Trata-se de uma obra póstuma, organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger.

estudo em Linguística deve ser tomado a partir de uma dessas faces, sob pena de não se conseguir definir com clareza o objeto de estudo.

Saussure destaca que, em meio a essas dualidades, parece a língua ser a única a ter uma definição autônoma. A língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, s.d. [2000], p. 7). Ela é uma parte da linguagem e um princípio de classificação. A linguagem, assim como o pensamento, é uma espécie de massa amorfa que vem à tona quando o homem emprega a língua no seu cotidiano, interagindo com outros. Entende-se que a língua é um sistema socialmente construído, mas é individualmente adquirido pela prática da fala entre os indivíduos.

Língua e fala são distintas, no entanto a existência de uma depende da outra. Uma língua que não é falada não é socialmente compartilhada, e por isso é uma língua morta. A fala, por sua vez, é individual. Depende da vontade humana de combinar os elementos do código lingüístico para expressar um pensamento e das condições psico-físicas que permitem ao homem articular e exteriorizar as combinações. Ao entender que língua e fala têm naturezas diferentes, Saussure (s.d. [2000]) prevê a necessidade de se fazer uma lingüística da língua e uma lingüística da fala.

No entanto, o mestre genebrino se ocupa de estudar a língua - portanto, constitui uma lingüística da língua - enquanto sistema, cujas particularidades dão origem a objetos de estudo diferenciados. Por exemplo, fatores externos a uma língua, tais como as relações entre a história de uma língua e a de uma nação, a distribuição geográfica e a relação de uma língua com instituições de poder, devem ser objetos de estudo de uma lingüística externa. Fatores internos, tais como as regras de combinação dos signos, devem ser objeto de uma lingüística interna.

Saussure (idem) também ensina que a existência e o funcionamento de uma língua estão baseados em duas esferas distintas: as relações sintagmáticas e as relações paradigmáticas. As relações paradigmáticas dizem respeito às possibilidades de uma língua, à língua fora do uso, à não-linearidade. As palavras estão na memória do falante, pertencem a uma espécie de realidade virtual, lugar

em que estão associadas por terem algo em comum. As relações sintagmáticas referem-se à língua em uso. Através delas, as palavras são postas em relação para produzir o discurso. Tais relações estão baseadas no caráter linear da língua, que impede o homem, por exemplo, de pronunciar duas palavras ao mesmo tempo. É no sintagma que as palavras adquirem um valor que se constrói pela oposição de umas em relação às outras.

Essas noções - língua, fala, relação – são importantes para se compreender como Saussure define a linguagem verbal. Para ele, a linguagem é física, fisiológica e psíquica. No entanto, essa faculdade natural do homem somente vem à tona por um ato individual de realização: a fala. Por sua vez, essa realização só é possível pela existência de um instrumento pertencente a uma comunidade de falantes: a língua.

A língua é constituída de signos. Ao tratar da natureza do signo lingüístico, Saussure (s.d.[2000]) discorda da tendência de reduzir a língua, enquanto sistema, a uma simples nomenclatura, o que equivaleria a unir uma palavra a uma coisa, um objeto presente no mundo físico. Essa redução pressupõe que as idéias preexistem às palavras e esconde a verdadeira complexidade das unidades lingüísticas. Para ele, cada signo une um conceito a uma imagem acústica. Um depende do outro para existir e ambos têm natureza psíquica. O conceito é abstrato e para ser descrito é preciso que o falante empregue outros signos; a imagem acústica é a impressão psíquica do som cuja representação se dá através da nossa percepção sensorial, quando falamos conosco ou recitamos mentalmente um poema, sem mover os lábios. Por razões de terminologia, Saussure (idem), passa a chamar a *imagem acústica* de *significante*, e o *conceito* de *significado*. Como já foi dito, ambos são de natureza psíquica, não têm a ver com a materialidade física, mas sim com uma espécie de realidade virtual. Cabe ressaltar que as vinculações entre um significante e um significado são estabelecidas pela língua em uso, e uma vez isso acontecendo, algumas vinculações parecem ser mais adequadas à realidade e outras são descartadas.

Definida a dualidade do signo – significante e significado -, determinam-se dois princípios. O primeiro é o da arbitrariedade do signo, que diz respeito ao fato que a associação entre significante e significado é arbitrária. Por exemplo, a idéia de

“água” não está ligada intrinsecamente à seqüência de sons que compõem a palavra, e a prova disso é que esse mesmo significado pode ser representado por outros significantes, em diferentes línguas: *water*, em inglês; *eau*, em francês. No entanto, a arbitrariedade não quer dizer que o significado depende da livre escolha daquele que fala, pois um indivíduo não tem liberdade para mudar qualquer coisa em relação ao signo já convencionado numa comunidade lingüística. Quer dizer apenas que não há um laço natural entre o significante e o significado.

O segundo princípio é o do caráter linear do significante, o que implica dizer que o significante representa uma extensão e essa extensão é mensurável, é uma linha; portanto, os elementos do significante formam uma cadeia linear, apresentam-se um após o outro, dispostos numa linha temporal.

1.2 A enunciação em Benveniste²

Nas próximas linhas, trazemos, resumidamente, alguns conceitos benvenistianos que fundamentam a Teoria da Argumentação na Língua, enquanto teoria enunciativa.

Para Benveniste (1989, p. 81)³, enunciar é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Antes da enunciação, a língua é apenas possibilidade de língua. Para que essa realização individual ocorra, o homem se apropria do aparelho formal da língua, e emprega os signos lingüísticos conforme sua própria vontade.

² As referências a este autor são especificadas em notas de rodapé, com os dados da publicação original, porque os textos que compõem as obras *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II* foram publicados em língua francesa, em diferentes momentos. Nas referências ao final do presente trabalho citamos apenas o título das obras em língua portuguesa, que consultamos, e o ano de publicação.

³ *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5º ano, nº 17 (março de 1970), p. 12-18.

Ao produzir linguagem, o locutor instaura a si mesmo e ao *outro* (o alocutário) na enunciação, e se marca por meio de índices específicos. A língua, então, enquanto “aparelho” fornece ao locutor elementos que indicam as categorias de pessoa, espaço e tempo. Essas categorias não significam por si próprias, mas sim, *na* e *pela* enunciação. Assim, a cada enunciação, “eu” e “tu” denotam respectivamente aquele que profere a enunciação e aquele que ouve (alocutário). Como o locutor mobiliza a língua por sua conta, pode-se dizer que as categorias de tempo e espaço estão subordinadas à da pessoa. É o “eu” que constrói o “aqui”, que é o espaço da enunciação, e o “agora”, que é o tempo presente da enunciação. Cada enunciação é única e irrepetível e cada indivíduo que se enuncia jamais é o mesmo das enunciações anteriores. Por isso, dizemos que as categorias se atualizam, se ressignificam a cada enunciação. Cada locutor constrói o tempo e o espaço a partir do seu ponto de vista, e, conseqüentemente deixa no discurso as marcas da sua subjetividade.

Para esse autor, a linguagem não é instrumento, ela está na natureza do homem e “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286)⁴. Ao se constituir como sujeito, o homem impregna a linguagem de subjetividade a qual emerge e se marca naquilo que o sujeito diz. O sujeito se constitui com o *status* lingüístico de pessoa.

A subjetividade é marcada pelo pronome “eu”, que indica um locutor como sujeito da enunciação. “Eu” significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém “eu”. Ao instaurar-se o “eu”, pressupõe-se também a instauração de um “tu”, o sujeito que ouve. O “eu” só existe em razão da possibilidade de existência do “tu”. Ambos, “eu” e “tu”, referem-se a uma realidade: a da instância do discurso criada pelo “eu”. Ainda que se refiram à mesma instância de discurso, cada vez que se enunciam, “eu” e “tu” são diferentes, i. é, cada “eu” tem referência própria, e torna-se um ser único, proposto como tal. Ambos só existem na medida em que são atualizados na instância de discurso e se opõem por traço de natureza lingüística.

⁴ *Journal de psychologie*, jul-set.1958, P.U.F.

Por ser único, “eu” tem um plural que não representa apenas uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”. Há predominância do “eu” quando “eu” diz “nós”. A presença de “eu” é constitutiva de “nós”.

Se a subjetividade é marcada pelo “eu”, a terceira pessoa (“ele”) remete a uma situação objetiva. “Ele” não é subjetivo e opõe-se a “eu” – “tu”, ficando fora da alocação. Benveniste (1995) diz que “ele” é “não-pessoa” e apenas faz parte do discurso enunciado pelo “eu”. A terceira pessoa tem características que a levam a ser o único modo de enunciação possível para instâncias de discurso que não devem remeter a elas próprias. Eis algumas propriedades da terceira pessoa: combinar-se com qualquer referência de objeto; não ser reflexiva da instância de discurso; comportar um número, às vezes, bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc. (que se compatibilizam com “eu”). Somente a não-pessoa admite um verdadeiro plural.

Para Benveniste (idem), há grandes diferenças entre “eu”/”tu” e “ele”. A cada enunciação, o locutor e o interlocutor são únicos, ao passo que a “não-pessoa”, pode ser uma infinidade de sujeitos. Além disso, “eu” e “tu” servem para a inversibilidade, isto é, um pode tomar o lugar do outro a cada enunciação, mas isso não ocorre com a não-pessoa. A pessoa tem valor de subjetividade; a não-pessoa expressa valor de objetividade e pode ser usada tanto para reverência como para desprezo. No primeiro caso, pode ser forma de polidez, colocando o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. Mas, no segundo, pode servir para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija pessoalmente a ele. Pessoa e não-pessoa opõem-se por uma correlação de personalidade: “eu” e “tu” possuem a marca de pessoa, “ele” é privado dela, é uma invariante não pessoal.

Em relação à metodologia, Benveniste (1995)⁵ verifica a necessidade de estabelecer procedimentos e critérios adequados ao estudo da linguagem, pois a

⁵ *Proceedings of the International Congress of Linguists*, Cambridge, Mass, 1962. Mouton & Co., 1964.

realidade de um objeto é inseparável do método criado para defini-lo, seguindo um caminho estruturalista, segundo o qual é o ponto de vista que define o objeto.

Sua proposta, então, vai no sentido de estabelecer níveis de análise – nível do fonema, do morfema, da palavra, da frase - a serem estendidos sobre o domínio da língua vista como sistema orgânico de signos lingüísticos. Valendo-se da noção de relação, Benveniste (1995)⁶ explica que toda análise deve priorizar a delimitação dos elementos a partir das relações que os unem. Para isso, ele sugere as operações de segmentação e substituição. Por exemplo, ao analisar um texto, deve-se segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até se chegar a elementos indecomponíveis; por sua vez, esses elementos são perceptíveis através da substituição. Cada signo é definido em relação ao conjunto de elementos no qual se apresenta: se o signo se define na relação simultânea com outros elementos num enunciado, chamamos de relação sintagmática; se o signo se define na relação com outros elementos substituíveis mutuamente, chamamos de relação paradigmática. Essas relações, segundo o autor, são orientadas pela condição do sentido, que permite delimitar unidades menores em relação a unidades maiores. O sentido é a condição indispensável para a análise lingüística.

Há, no entanto, relações mais difíceis de estabelecer, como é o caso da palavra em relação a uma unidade de nível superior: a frase. Benveniste (idem) entende que a frase não é simplesmente a realização das palavras, embora estas a constituam. A frase constitui um todo que não é a simples soma das partes. Analisar o sentido da frase é analisar o conjunto de seus constituintes. Passar do nível da palavra para o nível da frase implica verificar como se articulam as unidades e conhecer propriedades que até então passavam despercebidas.

Surgem, em função disso, os conceitos de forma e sentido que se definem um pelo outro e se articulam juntos em todo o domínio da língua. Forma e sentido correspondem a duas funções, respectivamente, constituinte e integrante, que resultam da relação entre os níveis de análise lingüística. Por exemplo, reduzir uma unidade aos seus constituintes é reduzi-la aos seus elementos formais. Para definir essas funções, é preciso considerar que a forma define-se pela dissociação em

⁶ *Proceedings of the International Congress of Linguists*, Cambridge, Mass, 1962. Mouton & Co., 1964.

constituintes de nível inferior, e o sentido define-se pela capacidade de integrar uma unidade de nível superior.

O último nível de análise para Benveniste (1995)⁷ é o da frase. Ela é um novo domínio de análise, com características peculiares, e não há outro além dela. A frase pode ser segmentada, mas não empregada para integrar uma outra unidade. Em relação aos demais níveis, verificam-se várias diferenças: as frases, ao contrário dos fonemas, dos morfemas e das palavras, têm um número infinito, não têm distribuição nem emprego, nem é possível fazer um inventário dos empregos prováveis de uma frase. Para o lingüista,

a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 1995, p. 139).

Nessa perspectiva, a frase é a unidade visto que é um segmento de discurso, é suscetível de ser marcada pelo próprio comportamento daquele que fala agindo sobre seu interlocutor (por exemplo, frases interrogativas, assertivas e imperativas), através do discurso. A frase é considerada uma unidade completa que contém sentido, porque tem significação, e referência porque remete a uma determinada situação.

Ducrot (1989b), no capítulo VI, *Structuralisme, énonciation, communication*, explica que Benveniste tem uma preocupação em mostrar que a linguagem serve para estabelecer o debate entre interlocutores e que esse debate é “o lugar onde se reconhecem e se afrontam os indivíduos” (p. 58). Esse modo de ver a linguagem deixa transparecer uma certa prioridade do discurso sobre a língua. No artigo sobre os níveis de análise lingüística (sobre os quais falamos acima), fica claro que Benveniste não vê a frase como um signo, tanto é que os procedimentos de análise empregados para estabelecer o valor de um signo, como a comutação, por exemplo, não trazem um resultado satisfatório quando aplicados à frase. Daí se dizer que a frase não tem distribuição nem emprego. Além disso, se a língua é definida como um sistema de signos, então a frase deve ser situada num domínio fora da língua: o

⁷ *Proceedings of the International Congress of Linguists*, Cambridge, Mass, 1962. Mouton & Co., 1964.

discurso. Segundo Ducrot, Benveniste entende que o discurso é a manifestação da língua na comunicação viva, ele não se reduz à interação entre o sentido definido pela língua e uma situação material e psicológica em que a enunciação ocorre, mas sim o discurso coloca a língua a serviço da intersubjetividade, e em si mesmo, o discurso constitui uma relação intersubjetiva.

Para Ducrot (1989b), Benveniste não vê a lingüística do discurso como secundária, como a lingüística da fala era para Saussure. Ele vai mais longe, dizendo que os signos devem ser compreendidos a partir da atividade do discurso, e que algumas atitudes intersubjetivas marcadas no discurso podem se incorporar ao sistema da língua, que a língua é, assim, tributária da atividade do discurso, o que ele tenta demonstrar com o estudo dos performativos⁸. Não se pode, para Benveniste, descrever o sentido de uma palavra em uma lingüística da língua e em seguida descrever por uma lingüística do discurso o seu emprego. Esse é o motivo por que o linguista refuta a inclusão da noção de performativo na categoria mais geral de ato ilocutório. O ato realizado é ao mesmo tempo enunciado e realizado por sua enunciação. Visto dessa forma, o sentido da expressão e a função que ela cumpre não podem ser vistos separadamente como uma causa e sua consequência. Ducrot entende que o sentido da palavra, para Benveniste, é “nada mais que a relação humana instaurada pelo seu emprego” (p. 161).

O estudo dos verbos delocutivos⁹ também contribui, segundo Ducrot (1989b), para Benveniste primar pelo discurso. A formação desses verbos decorre do emprego de outras palavras. Por exemplo, o verbo francês *remercier* não é formado sobre a palavra *merci*, mas sobre a fórmula *merci*, e equivale a dizer “*merci*”. Para Ducrot, importa a relação que se constata entre a língua e o discurso na delocutividade, pois parece que o principal componente do verbo *remercier* é um fato de discurso (uma locução). “É difícil ver os fenômenos desse gênero integrando-se a uma concepção de língua-código: um código, por definição, é independente do seu uso” (DUCROT, 1989b, p. 161). O estudo dos pronomes e da pessoa verbal também aponta para o caminho de que o sentido da palavra não pode ser descrito

⁸ Conforme Ducrot (1989b), o valor que o signo “prometer” tem na língua não pode ser compreendido sem referência ao ato de empregar este signo no enunciado “Eu prometo...”.

⁹ De acordo com Benveniste (1995), os verbos *denominativos* derivam de um nome, os *deverbativos* derivam de outro verbo, e os *delocutivos* derivam de locuções.

independentemente do seu uso. Benveniste (*apud* DUCROT, 1989b), preocupa-se não com o referente dos pronomes, mas com a sua significação. Para ele, os pronomes fora do seu emprego são indefiníveis e desprovidos de sentido e de referência.

1.3 Teoria da Argumentação na Língua: uma teoria estruturalista e enunciativa

Nesta seção, vamos mostrar como os conceitos do estruturalismo e da enunciação, explicitados nos itens anteriores, são revisitados e reinterpretados para constituir os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua.

Para Ducrot, (1987), a oposição língua/fala, construída por Saussure, tem duas funções. A primeira, metodológica, é destinada a distinguir “o objeto construído pelo pesquisador e o dado do qual este objeto deve fornecer uma explicação” (p. 64). A língua, vista em Saussure como sistema, é para Ducrot, um conjunto de frases ou enunciados observáveis a partir do qual o lingüista procura explicar os fatos de linguagem. Isso implica dizer que a descrição semântica de uma língua não pode ser feita sem referir-se a aspectos da atividade lingüística. Assim, “o objeto teórico “língua” não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade da fala” (idem, p. 64).

Tal oposição, por razão metodológica, produz uma oposição material que se projeta no interior da fala criando uma separação entre duas categorias de fenômenos, aqueles que manifestam o objeto teórico de maneira direta, que são chamados de “língua”; e aqueles que são explicáveis somente de modo indireto e com a introdução de fatores externos, que são chamados de “fala”. Assim, sendo, a tese de Ducrot “é que a língua (como objeto teórico) deve conter uma referência aquilo que para Saussure constitui a fala.” (idem, p. 64).

Em outras palavras, a enunciação deve ser introduzida no interior do enunciado. Para o autor, cada ato de enunciação é único e implica um locutor em

particular que emprega uma frase (enunciado) da língua infinitas vezes em atos de enunciação que jamais se repetem. O papel do lingüista é construir a noção de enunciado, fazendo a abstração dessa infinidade de empregos.

Tomada essa decisão metodológica – introduzir a enunciação no enunciado - é preciso aceitar o fato geral da enunciação e distinguir as condições únicas da enunciação produzida num *aqui* e num *agora*. Ao aceitarmos que o ato de fala individual se funda na atividade lingüística geral, é possível caracterizar o enunciado relativamente à enunciação. Cada enunciado é tomado como descrevendo o papel dos locutores e destinatários e seu próprio emprego. Além disso, é preciso tornar claro que o enunciado constitui metodologicamente um elemento da língua criado pelas necessidades da explicação, e não um dado observável. Tais ponderações conduzem Ducrot (1987) a formular duas proposições: (a) a semântica lingüística deve ser estrutural; (b) o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação.

Quanto à primeira, entende-se que um estudo estruturalista, no domínio da linguagem, deve definir os objetos uns em relação aos outros, pondo de lado voluntariamente aqueles objetos que por força de sua natureza individual somente se definem em relação a outros pertencentes a um domínio diferente do da linguagem. Admite-se, então que algumas relações mútuas entre esses objetos não são uma conseqüência da sua natureza, mas são constituintes dessa natureza. Portanto, não há sentido em tomar um objeto em si mesmo.

Além disso, uma pesquisa estrutural em lingüística deve levar em conta o “primado da linguagem”, ou seja, deve primar por uma independência dos fenômenos de que ela é o lugar. Esta independência remete à possibilidade de colocar, nas bases de uma pesquisa estruturalista em linguagem, o princípio saussuriano do arbitrário lingüístico, segundo o qual a arbitrariedade do signo é somente uma aplicação particular. Assim sendo, a ordem linguística é irreduzível e se funda em sua própria realidade e não em outra, o que torna legítimo e necessário procurar nela mesma o princípio da sua organização.

Em relação à segunda proposição, Ducrot (1987) explica que colocar a enunciação no enunciado implica que se tome como conjunto empírico não o

enunciado, mas o ato individual de enunciação. Introduzir a enunciação no enunciado é como introduzir a fala na língua, e ser estrutural nesse sentido significa propor que o domínio da enunciação requer uma descrição autônoma que revele em si mesma uma inteligibilidade interna (1987, p. 72). Para Benveniste (citado por Ducrot, 1987), todo ato de enunciação é autoreferencial, o que nos leva à idéia de que quando queremos compreender um ato de enunciação somos remetidos a ele mesmo. A enunciação sempre remete a si própria, e não a um sentido que esteja fora dela. Se temos numa enunciação *X promete Y*, poderíamos explicar, pela Teoria dos Atos de Fala que o sentido dessa enunciação é *X está obrigado a fazer Y*. Mas, pelo viés enunciativo, consideramos que essa enunciação remete a si própria e não a um equivalente. Um locutor ao dizer *Eu prometo X* se apresenta como obrigado a X, mas não necessariamente seja obrigado a X porque apresentar-se dessa maneira implica, culturalmente, uma série de obrigações que podem ou não estar relacionadas ao mundo real. Encontrar equivalentes para explicar o sentido da enunciação não é a tarefa do lingüista, e por isso, concordamos com Ducrot (1987) quando diz que ele deve procurar o sentido da enunciação nela mesma. Além disso, Ducrot explica que o sentido também deve ser descrito em relação aos prolongamentos futuros da enunciação, aqueles para os quais ela dá abertura e que são da ordem da fala. Ou seja, o discurso enunciado permite algumas possibilidades de continuação e exclui outras, e essas também fazem parte do sentido.

Essa concepção estrutural de descrição semântica concerne aos fatos lingüísticos e diz respeito às hipóteses externas da teoria, aquelas que orientam a observação do objeto de estudo. Quanto às hipóteses internas, considerando a enunciação nas raízes da Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot (1987) ensina que elas são construídas pela necessidade de explicar os fatores, de “construir uma máquina capaz de simulá-los” (p. 76). Um exemplo de tais hipóteses consiste em atribuir ao enunciado uma realidade semântica supondo que enunciações diferentes podem ser enunciações do mesmo enunciado, e admitindo que a variedade de sentidos decorrente delas pode ser observada a partir de uma única significação atribuída ao próprio enunciado, sem deixar de considerar as diferenças de situação. As diferentes ocorrências levam à percepção de vários sentidos conforme o envolvimento da pessoa – locutor e interlocutor - na enunciação.

Para Ducrot (1987, p. 76),

(...) o enunciado, (...), diz respeito às construções operatórias, isto é, ao objeto: parece-me útil, para a explicação dos enunciados empíricos, postular, atrás de sua diversidade, uma unidade semântica que chamo “a significação do enunciado”.

O fato da significação pertencer ao domínio explicativo dá ao lingüista uma certa liberdade para, construindo a significação, explicar o dado. É esta liberdade que permite caracterizar semanticamente um enunciado introduzindo na descrição a indicação de um certo tipo de utilização enunciativa, que diz respeito aos atos ilocutórios. Por exemplo, o enunciado *Pedro parou de fumar?* conteria um marcador de interrogação e um marcador de pressuposição [Pedro fumava], que constituem um certo funcionalismo da caracterização semântica do enunciado, distinto dos variados “papéis que o enunciado pode desempenhar em suas ocorrências efetivas” (idem, p. 77).

O autor, no entanto, chama a atenção para o fato de que os enunciados poderiam referir-se a atos de fala - ilocutórios e perlocutórios - , sendo necessário, por isso, levar em consideração, na descrição semântica, um componente lingüístico, a partir do qual se calcularia um valor pragmático ligado ao enunciado, inscrito no enunciado, e um componente retórico, o qual indicaria o valor do enunciado a partir da situação e da significação lingüística do enunciado. Assim, entender-se-ia que um mesmo ato de fala pode ter duas realizações: uma ilocutória e outra perlocutória. Ora, para entendermos que uma enunciação realiza um ato ilocutório, teríamos que admitir que ela se apresenta modificando a situação jurídica dos interlocutores. É o que ocorre quando um enunciado é interpretado como uma ordem. Por outro lado, uma frase interrogativa como *Você quer abrir a janela?*, por exemplo, usada pelo locutor para uma ordem, pode gerar mal-entendidos. A enunciação pode ser interpretada pelo interlocutor como uma sugestão para abrir a janela ou como uma simples pergunta, à qual ele responderá *Sim, estou com calor!* ou *Não, estou com frio!*, nesse último caso ignorando qualquer obrigação de abrir a janela. Se uma enunciação, realizada por um enunciado, é interpretada como ordem, é a título ilocutório, e não porque tal enunciado esteja linguisticamente consagrado a realizar uma ordem.

Ainda que evitemos as noções de ato ilocutório e de ato marcado no enunciado, será necessário introduzir na descrição das frases marcas de atos, a partir do que se construiria uma hipótese interna de que “o enunciado apresenta alusões a certos tipos de atos realizados na sua enunciação, ou ainda, que a língua deve ser caracterizada relativamente a certas formas de ação, cujo lugar é a fala” (DUCROT, 1987, p. 79). É o caso de morfemas do tipo *pois* e *já que*, que ligam não somente proposições, mas também certos atos que realizamos na enunciação, e de alguns advérbios, que além de qualificarem a coisa dita, qualificam também o dizer. Isso mostra que alguns segmentos do enunciado podem referir a atos de enunciação precedentes ou posteriores. Isso significa que a propriedade do discurso de se tornar seu próprio objeto e de se comentar ao longo de seu desenvolvimento repercute no enunciado, uma vez que aqueles morfemas só podem ser descritos se indicarmos o tipo de relação do enunciado com a sua enunciação. Para legitimar seu ponto de vista, Ducrot afirma que o conceito central em termos de estruturalismo na enunciação é o da auto-referência. As enunciações aludem umas às outras e cada uma alude a si mesma e ao mundo ideal criado a partir de seu surgimento. Para que o estruturalismo relativo à fala repercute no objeto teórico “língua” é preciso compreender os enunciados como contendo uma alusão geral à enunciação e, para cada enunciado em particular, uma alusão ao poder que possui sua própria enunciação.

A influência da obra de Benveniste sobre a Teoria da Argumentação na Língua está clara desde as primeiras publicações de Oswald Ducrot. Na obra *Les échelles argumentatives* (1980b)¹⁰, o autor parte da idéia de que os atos de enunciação têm uma função argumentativa, através da qual leva-se um destinatário a determinada conclusão ou afasta-se o destinatário dessa mesma conclusão. E que essa função está marcada no enunciado por aquilo que ele denomina de valor argumentativo. Tal valor diz respeito não somente a uma consequência das informações constantes na frase, mas também a termos que, compondo a frase, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado com a finalidade de conduzir o destinatário à direção desejada pelo locutor. É o caso do emprego da conjunção *já que* (*puisque*). Para Ducrot (1980b), ao dizer *A já que B*, além do

¹⁰ Todos os exemplos relativos às noções de classe argumentativa e escala argumentativa foram traduzidos de Ducrot (1980b). A tradução é de nossa responsabilidade.

locutor informar ao destinatário que o conteúdo A é implicado pelo conteúdo B, obriga-o, uma vez que o destinatário admita B, a admitir também A. Assim sendo, não se pode dizer apenas que *já que* é, devido a sua significação, utilizado para executar o ato de argumentar, mas também que sua significação é a de servir para executar esse ato. O mesmo vale para a conjunção *mas*: não se pode dizer apenas que ele serve para marcar uma oposição entre duas proposições que une. Ao dizer *A mas B*, o locutor leva o destinatário a entender, primeiramente, que ele deve tirar uma conclusão *r* de *A*; em seguida, dá a entender que o destinatário não deve tirar a conclusão *r*, pois *B*, que é tão verdadeiro quanto *A*, sugere a conclusão *não-r*. O autor conclui que o enunciado *A mas B* supõe que, no espírito dos interlocutores, existe ao menos uma proposição *r*, para a qual *A* é um argumento e *B* um contra-argumento. Entende-se que um enunciado é orientado para demonstrar sua utilização argumentativa, a qual faz parte do valor desse enunciado.

Outro exemplo, é o estudo de J. C. Anscombe (apud DUCROT, 1980b) sobre a frase *Mesmo! Até mesmo Pedro veio!* Nesse enunciado, a expressão *Mesmo! Até mesmo* tem, além da função de acrescentar à informação *Pedro veio* uma informação do tipo *A vinda de Pedro era improvável*, a função de marcar uma intenção do locutor. Para Anscombe, não faz sentido dizer *Até mesmo Pedro veio* a não ser para mostrar a intenção de utilizar essa vinda para provar, por exemplo, o sucesso de uma reunião. Por isso é essencial que *até mesmo* esteja inserido numa proposição que seja utilizada como um argumento, apresentado como forte e/ou decisivo.

Ducrot entende, pela análise de Anscombe, que a utilização argumentativa da língua está inscrita na própria língua, “é prevista em sua organização interna” (DUCROT, 1980b, p. 16) e tenta provar essa utilização, construindo a noção de classe argumentativa (C.A.). Um locutor coloca dois enunciados *p* e *p'* na C.A. determinada pelo enunciado *r* se ele considerar *p* e *p'* argumentos a favor de *r*. Por exemplo, se a vinda de Pedro e de Paulo orientam para a conclusão de que a reunião foi um sucesso, entende-se que os enunciados *Pedro veio* e *Paulo veio* pertencem a C.A. determinada por *A reunião foi um sucesso*. A noção de classe argumentativa é relativa a uma conclusão particular e a um locutor determinado. Tanto um como outro enunciado podem ter valores diferentes em relação à

conclusão, e isso depende da situação de enunciação. Por outro lado, não se pode exigir de um e de outro argumento, tomados como favoráveis a r , que sejam considerados como provas, mas um pode ser considerado mais forte que o outro, um argumento pode autorizar uma conclusão sem impô-la.

Tais ponderações levam Ducrot a construir a noção de escala argumentativa (E. A.). Essa noção diz respeito à ordem dos argumentos numa classe argumentativa. Por exemplo, um locutor coloca os argumentos p e p' na C.A. determinada por r . Entenderemos que tal locutor toma p' como argumento superior a p ou em relação a r , se do ponto de vista do locutor, concluir de p a r implica também aceitar concluir p' a r , mas a recíproca não é verdadeira. Em outras palavras, o locutor considera p' mais forte que p em relação a r , se do seu ponto de vista contentar-se com p como prova de r implica contentar-se também com p' . Mas não o inverso: dizer que concluir de p' a r implica também concluir de p a r . Essas relações entre argumentos numa classe argumentativa constituem a escala argumentativa.

O autor emprega essa noção para descrever expressões como *mesmo* e *até mesmo*. Uma frase do tipo p , e *até mesmo* p' pressupõe que existe um r que determina uma escala argumentativa em que p' é superior a p . A frase *Ele tem o doutorado de 3º ciclo* (p) e *até mesmo o doutorado de Estado* (p') pressupõe uma determinada conclusão (competência da pessoa, etc.), que pode ser autorizada pelos dois títulos, mas mais pelo segundo do que pelo primeiro. Como vemos, há uma ordem argumentativa marcada por *até mesmo*. Em outro enunciado, do tipo p' , e *a fortiori* p , podemos observar a ordem lógica, marcada pela expressão *a fortiori* (que traduzimos pela expressão *com mais razão*): *Ele tem o doutorado de Estado* (p'), e *com mais razão o de 3º Ciclo* (p). Nesse caso, não se supõe que p e p' tenham a mesma orientação argumentativa, mas que o primeiro título implica o segundo; no entanto, a recíproca não é verdadeira, pois o doutorado de Estado depende do de 3º Ciclo.


Ducrot alerta que a descrição de *a fortiori* depende das condições de verdade (p' verdadeiro implica que p também o seja). Mas em relação a *mesmo* e *até mesmo* é necessário que p e p' sejam orientados para uma conclusão idêntica e que p' conduza melhor à conclusão r do que p . A relação entre as informações veiculadas

nos dois enunciados, parece ser mais factual no primeiro caso, e mais argumentativa (depende das intenções de quem fala) no segundo. Fica evidente aqui a relação entre lógica e argumentação que pertencem à ordem da enunciação.


Na ordem dos enunciados, considera-se o enunciado p' mais forte que p , “se a classe argumentativa que contém p contém também p' , e se p' é nela, cada vez, superior a p ” (DUCROT, 1980b, p. 20). O autor ilustra essa relação argumentativa implicada pelas escalas, com enunciados construídos com os advérbios *quase* (*presque*), *pouco* e alguns adjetivos. Um enunciado *quase p'* apresenta o enunciado p' modificado por *quase*. Admitidos como uma lei geral que p' é mais forte que *quase p'*, o que significa dizer que o locutor que emprega o argumento *quase p'* para chegar a uma conclusão entende que p' é um argumento ainda mais forte a favor dessa mesma conclusão. Se um locutor declara que um discurso é *quase digno* (*quase p'*) *de um acadêmico*, com o objetivo de minimizar a importância desse discurso, *digno* (p') pode ser considerado um argumento melhor, e poder-se-ia dizer *Ele é quase digno de um acadêmico; ele é mesmo totalmente digno*.

Aplicando *quase* a outra palavra, a ordem argumentativa resultará diferente. Por exemplo, dizer que *Pedro estava quase atrasado* pode levar à conclusão de que *ele chegou na hora marcada*. Mas é impossível se chegar a essa conclusão a partir do argumento *Pedro estava atrasado*. É claro que um outro interlocutor pode dizer *Estou quase atrasado* para dar a entender que chegou na hora marcada, e essa intenção argumentativa não poderia se concretizar sem a presença do *quase*. Essas diferenças tangem o problema do valor argumentativo. Se p' é argumentativamente mais forte que *quase p'*, as situações dos enunciados são apresentadas como parte do seu valor intrínseco. Pode-se dizer, então, que *Estou quase atrasado* comporta em sua significação literal intrínseca, o pressuposto *Não estou atrasado*. Em nível retórico é aceitável que o enunciado seja utilizado como afirmação de seu pressuposto. O valor argumentativo do referido enunciado identifica-se com o que é intrínseco à significação literal.

O uso de alguns adjetivos também fornece exemplos de escalas argumentativas. É o caso daqueles que marcam a temperatura. Coloquemos numa mesma escala de frio os enunciados (cf. DUCROT, 1980b, p. 22 e 23):


- 
- Está um gelo
 - Está frio
 - Está fresco


E numa outra escala de calor, os enunciados:

- 
- Está fazendo um calor abrasador
 - Está fazendo calor
 - Está fazendo um calorzinho

Uma mesma conclusão não pode decorrer de enunciados que pertencem a escalas diferentes (frio e calor), e uma conclusão autorizada por um enunciado fraco de uma escala é autorizado com maior convicção por um enunciado forte dessa escala. É possível utilizar, com os enunciados dessas escalas, as expressões mesmo e até mesmo. Pode-se expressar uma intenção argumentativa dizendo *Faz um calorzinho, até mesmo faz calor*; mas não é possível empregá-las com enunciados de escalas diferentes, como em *Está fresco, e até mesmo faz um calorzinho*, ainda que o locutor goste de temperaturas entre moderadas e quentes.

Outros exemplos de escalas argumentativas podem ser construídos com expressões do tipo *pouco, de modo algum, absolutamente*. Os quatro enunciados abaixo parecem pertencer a duas escalas diferentes (cf. DUCROT, 1980b, p. 24):

- 
- Não estou inquieto
 - Estou pouco inquieto

- 
- Estou muito inquieto

- Estou um pouco inquieto

Essas escalas podem ser assim orientadas e estabelecidas pelo emprego de *mesmo* e *até mesmo*. Por exemplo, *Eu estou pouco inquieto, e até mesmo não estou inquieto*, orientam para uma conclusão do tipo *Então nada vai acontecer*. Por outro lado, dizer *Eu estou um pouco inquieto, e até mesmo muito inquieto*, orientam para uma conclusão do tipo *Então algo pode acontecer*.

No entanto, há situações em que se observa uma certa similitude entre argumentos que parecem pertencer a escalas diferentes. Entre os enunciados *Ele bebeu pouco* e *Ele não bebeu absolutamente nada*, parece haver uma similitude de valores argumentativos, parece ir em numa mesma direção. Mas há uma incompatibilidade, pois se dois locutores testemunharem sobre um acidente, em que o motorista está sendo acusado, dizendo, cada um, um desses enunciados, os depoimentos serão tidos como contraditórios. Veremos que a incompatibilidade está relacionada ao pressuposto de cada enunciado: dizer que *ele bebeu pouco* pressupõe que *ele bebeu*, o que torna esse enunciado incompatível com *Ele não bebeu*.

Os estudos sobre as escalas argumentativas também se estendem sobre a negação. Ducrot (1980b) parte da lei geral que se um enunciado p é utilizado para sustentar uma conclusão, sua negação $\sim p$ pode ser considerada uma conclusão oposta. Assim, dizemos que se p pertence a C.A. determinada por r , $\sim p$ pertence à C. A. determinada por $\sim r$. Por exemplo, se o enunciado *Pedro foi bem-sucedido no curso* é utilizado para exemplificar o valor intelectual de Pedro, o enunciado *Pedro não foi bem-sucedido no curso* pode ser empregado para exemplificar um valor oposto ou colocar a capacidade intelectual de Pedro em questão. O locutor pode, no entanto, ter outra atitude dizendo que *Pedro não foi bem-sucedido no curso, mas é um dos rapazes mais inteligentes que conheço*. Esse enunciado pode servir para o locutor expressar seu ceticismo em relação aos critérios utilizados no curso e então o primeiro enunciado não seria empregado para testemunhar o valor intelectual de Pedro; ou para o locutor exprimir que ser bem-sucedido no curso é favorável, e ser mal-sucedido é tido como um valor desfavorável a Pedro. Nessa segunda opção, a relação estabelecida pelo *mas* indica que o segundo argumento, orientado no

sentido inverso do primeiro, deve ser considerado o mais determinante, mesmo não apagando o caráter negativo da proposição.

Outra lei sobre a negação: a escala dos enunciados negativos é inversa à escala dos enunciados afirmativos. Então, se p' é mais forte que p em relação a uma conclusão r , $\sim p$ é mais forte que $\sim p'$ em relação à $\sim r$. Vejamos a representação (cf. Ducrot, 1980b, p. 27):



Como nos exemplos anteriores, as expressões *mesmo*, *até mesmo* podem servir de critério para testarmos a hierarquia contida nas escalas. Dizendo *Ele tem Mestrado* (p) e *mesmo o Doutorado* (p'), para enaltecer a qualificação de uma determinada pessoa, posso dizer *Ele não tem Doutorado* ($\sim p'$) e *nem mesmo o Mestrado* ($\sim p$) para marcar uma atitude contrária. Observa-se que as enunciações são contrárias (do ponto de vista das condições de verdade) mas imprimem uma apreciação idêntica ao valor argumentativo dos títulos.

É claro que em algumas ocorrências, o enunciado negativo pode ter valor maior que o positivo, o que suscita contra-exemplos. No enunciado *Ele não está satisfeito, ele está entusiasmado*, a negação e a afirmação orientam-se para o mesmo sentido. Por outro lado, se quisermos convencer alguém que o ingresso para o teatro é barato, podemos dizer-lhe: *Você não irá à ruína, o ingresso não custa 10 reais*. Vemos que a frase negativa tem o mesmo valor que a positiva (*O ingresso custa 10 reais*). Tanto uma como a outra podem conduzir a uma mesma conclusão ($\sim r$): *não é caro*. Esses dois exemplos mostram que a negação não inverte a escala. Para tentar solucionar esse problema, Ducrot retoma as noções de negação metalingüística e negação descritiva¹¹. A negação metalingüística é a rejeição de uma afirmação prévia, seja ela implícita ou explícita, e serve para mostrar que o ato

¹¹ Em Ducrot (1980b) o autor retoma a distinção apresentada na obra *Dire et ne pas dire*.

de fala que emprega a frase positiva seria fora de propósito. Este parece ser o caso que se aplica ao primeiro exemplo, que pode ser parafraseado por Não é satisfeito que ele está, mas entusiasmado. E a negação descritiva é a que apresenta os fatos e não tem a função imediata de contradizer e parece ser a que mais se presta à inversão das escalas. Ducrot reconhece, no entanto, que, naquele momento de sua produção ainda não tem uma explicação considerável para esses fenômenos da negação.

Além da negação, Ducrot (1980b) propõe-se a explicar também, com o auxílio das escalas argumentativas, o fenômeno da implicação. Ele procura descrever as condições gerais para que certas expressões sejam interpretadas como implicativas, e como certos mecanismos caracterizam argumentativamente os enunciados sobre os quais essas expressões agem. Para o autor, a relação implicativa leva a admitir que o reconhecimento de A obriga o reconhecimento de B, ou A acarreta B, e a palavra que marca essa relação é a palavra *se*. No caso de uma frase interrogativa, o *se* pode ser compreendido como implicativo. A pergunta *Você virá se fizer tempo bom?* pode ser parafraseada conforme a situação por perguntas como *O bom tempo será suficiente para fazê-lo vir?* (O bom tempo acarretará sua vinda?) ou *O bom tempo não impedirá sua vinda?* (Você virá mesmo se fizer bom tempo?). Por exemplo, nas frases *Você irá sair de carro se tiver geada?* e *Você sairá de carro se a estrada estiver boa?* Nessas duas perguntas, observa-se, de maneira geral, que o enunciado *Será B se A?* é implicativo quando A é aceito como favorável para B, e concessivo na situação contrária, sendo então necessário que o enunciado seja construído sob a fórmula de *B mesmo se A*. A leitura implicativa de um enunciado leva a entender os interlocutores aceitam que A é favorável a B ou que a não é desfavorável a B, o que torna possível dizer que A vai no mesmo sentido de B e/ou que A é suficiente para assegurar a verdade de B. Na leitura implicativa, A deve ser reconhecido como pertencente a uma classe argumentativa determinada por B. E no caso dos enunciados concessivos, o pressuposto é que A é um obstáculo para B, ou que A é um argumento a favor de $\sim B$.

Por exemplo, tomemos as frases *Pedro virá (B) se João vier (A)* e *Pedro virá (B) mesmo se João vier (A)*. A diferença entre as duas é que na primeira, a vinda de João é favorável à vinda de Pedro – por isso a leitura implicativa -, e na segunda a

vinda de João representa um obstáculo á vinda de Pedro – por isso a leitura concessiva. Uma pesquisa realizada por J. C. Anscombe (*apud* DUCROT, 1980b) mostra que a maneira mais natural de negar *B se A* ou responder negativamente a questão *Será B se A?* é empregando *Mesmo se A, ~B*. À pergunta *Será que Pedro virá de carro (B), se a estrada estiver boa (A)?* o interlocutor poderá responder *Mesmo se a estrada estiver boa(A), ele virá de trem (~B)*. Ou ainda, à pergunta *Pedro vem (B) se João vier(A)?* pode-se responder *Mesmo que João venha (A), Pedro não virá (~B)*. Nesses exemplos, percebe-se que as respostas conservam as orientações argumentativas das frases (interrogativas ou afirmativas).

Uma segunda tese relativa ao estudo da implicação, diz respeito às relações entre a força argumentativa de uma implicação e a das proposições que a constituem, tese cuja subdivisão transcrevemos de Ducrot (1980b) a seguir:

T1 – Se *p'* é mais forte que *p*, “*p* implica *q*” é mais forte que “*p'* implica *q*”;

T2 – Se *p'* é mais forte que *p*, “*q* implica *p'*” é mais forte que “*q* implica *p*”

Por exemplo, considerando que o argumento *Faz frio* é argumentativamente superior a *Está fresco* e tomando-as como antecedentes de implicações, temos *É suficiente que esteja frio para que Pedro saia de casa* e *É suficiente que esteja fresco para que Pedro saia de casa*. A segunda frase é mais forte que a primeira, conforme previsto na T1, e cuja prova pode ser dada pelo emprego de *mesmo*. À primeira frase pode seguir a segunda dizendo *É suficiente que esteja frio, e mesmo suficiente que esteja fresco para que Pedro saia de casa*. Mas a ordem inversa não é possível estabelecer: *É suficiente que esteja fresco e mesmo que faça frio para que Pedro saia de casa*.

Em relação à T2, o autor substitui a expressão *é suficiente* por *é necessário*, o que resulta em *É necessário que esteja frio para que Pedro saia de casa* e *É necessário que esteja fresco para que Pedro saia de casa*. Parece nesse exemplo que é possível fazer uma inversão (o que é impossível no exemplo relativo à T1). Vemos que a primeira frase é argumentativamente mais forte que a segunda, tanto que é possível dizer *É necessário que esteja fresco para que Pedro saia de casa, é necessário mesmo que faça frio*.

Os estudos sobre as escalas argumentativas estendem-se amplamente sobre a implicação e são importantes para os rumos da Teoria da Argumentação na Língua. No momento atual, Oswald Ducrot e colaboradores não estudam mais as escalas. O resumo que apresentamos sobre elas fornece uma idéia geral sobre os primeiros passos da TAL. Para o presente trabalho, compreender as escalas argumentativas leva a reconhecer os “embriões” da força argumentativa e da gradualidade, conceitos com os quais trabalharemos no decorrer desta pesquisa.

Faz-se necessário ressaltar que, embora a Teoria da Argumentação na Língua tenha passado por reformulações, seus princípios fundamentais continuam os mesmos.

No próximo capítulo, trataremos dos conceitos que compõem a Teoria a partir da sua segunda forma.

2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação na Língua¹², também conhecida como Semântica Argumentativa, criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe, encontra-se em desenvolvimento. A primeira fase da teoria é chamada de forma *standard*, a qual, após ser revista e reformulada, deu lugar à segunda forma (1990). Constituem esta segunda forma a Teoria da Polifonia e a Teoria dos *Topoi*. Atualmente, a TAL encontra-se em sua terceira forma, em que se desenvolve a Teoria dos Blocos Semânticos E é utilizando os conceitos desta forma que realizamos as análises no presente trabalho.

A TAL opõe-se à concepção tradicional de argumentação, pressupondo que a argumentação está inscrita na própria língua. Seu objeto de análise é a argumentação produzida pela linguagem. Como visto no capítulo anterior, a teoria filia-se ao estruturalismo saussuriano, repensando alguns de seus conceitos. Um deles é o conceito de relação, segundo o qual um signo somente existe pela oposição a outros signos existentes, e é descrito independentemente do seu uso. Na TAL o signo é a frase complexa e seu significado depende das possibilidades de combinação com outras frases. Sendo assim, a noção de relação aparece nas relações sintagmáticas que definem o encadeamento discursivo. O encadeamento é sempre argumentativo, pois apresenta dois segmentos: A, o argumento e C, a conclusão, ligados por um conector.

Outro conceito tomado de Saussure (s.d. [2000]) é o da relação língua/fala. A língua é sistema, conjunto de convenções. É o objeto abstrato, o aspecto social e passivo da linguagem. A fala é objeto empírico concreto, observável. É o aspecto individual e ativo da linguagem, é realizada pela vontade única de um falante. Para a TAL, a fala também possui um aspecto social, dado que existe um condicionamento social no qual se insere o locutor. As intenções do locutor bem como o valor que ele atribui aos enunciados produzidos revelam-se na própria fala. A língua, enquanto

¹² Usaremos a abreviatura TAL para Teoria da Argumentação na Língua e TBS para Teoria dos Blocos Semânticos.

objeto teórico, contém referência à fala. A enunciação deve ser introduzida na frase, e aceita como fato geral. Além disso, deve-se considerar a frase como um elemento criado para explicar e/ou representar a própria realização da fala.

Nas próximas subseções, apresentaremos conceitos básicos para que possamos compreender a evolução da TAL. Alguns conceitos são retomados e reformulados para a segunda e a terceira formas. Tentaremos resgatar esse percurso de reformulação, sempre que necessário.

2.1 Níveis de realização lingüística

Nesta seção, nossa atenção estará voltada aos níveis de realização lingüística, conceitos estes apresentados na Enciclopédia EINAUDI, relativamente ao verbete que trata da *enunciação* (DUCROT, 1984), e no livro *Polifonía y Argumentación* (DUCROT, 1990).

Em Ducrot (1984), a definição de *realização lingüística* é apresentada com três sentidos possíveis. No primeiro, a realização lingüística é o enunciado ou o discurso, o produto da enunciação. É “uma seqüência sonora (ou gráfica) que apareceu em tal ponto do espaço e do tempo, objeto físico de tipo particular, que pode ser registrado por meio de aparelhos de observação acústica (ou gráfica)” (DUCROT, 1984, p. 368). No segundo sentido, a realização lingüística é o acontecimento da enunciação, o momento em que o enunciado é produzido, o fato de terem sido emitidas seqüências de sons. No terceiro sentido, a realização lingüística é o processo de produção da atividade lingüística cujo produto é a palavra. É a atividade psicofisiológica realizada pelo locutor e que tem como produto o enunciado/discurso. Ao longo do desenvolvimento da Teoria da Argumentação na

Língua, o autor irá estudar o produto da enunciação, que é a realização lingüística definida no primeiro sentido.

Assim concebida, a realização lingüística pode ser de dois níveis: *nível elementar* e *nível complexo*. As unidades lingüísticas de nível elementar são a *frase* e o *enunciado*, as de nível complexo são o *texto* e o *discurso*. Distinguem-se, ainda, as unidades *abstratas*, que são a frase e o texto, das unidades *concretas*, que são o enunciado e o discurso.

2.1.1 A frase e o enunciado

Conforme Ducrot (1984), a frase e o enunciado constituem o material lingüístico de que o locutor se serve para produzir linguagem. A frase tem a propriedade de fornecer instruções que levam a descobrir aquilo a que o enunciado se refere. O enunciado tem a propriedade de fazer referência a objetos, estados ou acontecimentos do mundo real ou imaginário. Vejamos o exemplo:

(1) *Ontem encontrei o Pedro no cinema.*

Nessa frase há instruções que levam a buscar o sentido no enunciado. Há referência ao encontro com Pedro, num determinado lugar, *cinema*, e num tempo anterior ao momento em que a frase é produzida, *ontem*.

Frase e enunciado também se distinguem pelas intenções dos interlocutores. Tais intenções são alusões não decifráveis diretamente a partir da frase, mas essenciais para a compreensão do enunciado. É o caso do uso da conjunção *mas*, no seguinte enunciado:

(2) *Ele trabalhou muito na vida, mas não ficou rico.*

Nessa frase, a conjunção *mas* introduz uma conclusão diferente da que se supunha possível a partir do argumento. Poderíamos ter:

(2a) *Ele trabalhou muito na vida, portanto ficou rico.*

Usando o *mas*, o locutor dá a entender que seu interlocutor concluiria *portanto ficou rico* e pede ao interlocutor que não tire essa conclusão. Cumpre-nos observar que o critério da intenção do locutor, adotado por Ducrot (1984), para estabelecer a diferença entre frase e enunciado, foi abandonado nas formas posteriores da teoria.

Conforme a primeira conferência do livro publicado em 1990, obra em que Ducrot apresenta a segunda forma da TAL, as definições de frase e enunciado não são muito diferentes das anteriores:

Suponhamos que alguém diga três vezes seguidas *faz bom tempo*. Direi que neste caso temos três enunciados sucessivos de uma única frase [...]. Isto significa que o enunciado é, para mim, uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase. Disso resulta que o enunciado é uma realidade empírica, é o que podemos observar quando escutamos as pessoas falarem. A frase pelo contrário é uma entidade teórica. É uma construção do lingüista que lhe serve para explicar a infinidade de enunciados. Isto significa que a frase é algo que não pode ser observado: não ouvimos, não vemos frases. Somente vemos e ouvimos enunciados. (DUCROT, 1990, p. 53)¹³

Observa-se que a frase é uma entidade teórica, lingüística, construída pelo lingüista (digamos *abstrata*). O enunciado é a realização da frase, é a realidade empírica, observável (digamos *concreta*).

¹³ A tradução de todas as transcrições constantes neste trabalho é de nossa responsabilidade.

2.1.2 O texto e o discurso

Conforme Ducrot (1984), texto e discurso, unidades lingüísticas de nível complexo, diferenciam-se de frase e enunciado, unidades lingüísticas de nível elementar, pelo ato de enunciação. O autor ensina que:

a realização de uma seqüência de signos constitui um só enunciado quando implica, da parte do locutor, um só acto de enunciação. Contém vários, pelo contrário, quando é possível dividi-la em segmentos implicando cada um, durante a enunciação, um investimento particular. (DUCROT, 1984, p. 373).

As unidades de nível complexo são compostas por frases/enunciados sucessivos cada um dos quais reflete investimento particular. No entanto, para que uma seqüência de enunciados constitua um discurso deve atender à condição de “que os actos de enunciação sucessivos não sejam acontecimentos independentes, mas se apóiem uns nos outros” (DUCROT, 1984, p. 373). A simples sucessão de dois enunciados não é condição única para formar o discurso. É preciso que um enunciado faça alusão ao precedente, o que é chamado por Bally (*apud* DUCROT, 1984) de relação de coordenação, em que o primeiro enunciado serve de tema ao seguinte.

Da mesma forma, para que um texto seja considerado um texto, e não uma simples seqüência de frases, é preciso que a realização dessa seqüência dê lugar à realização de um discurso. Nesse caso, as conjunções de coordenação e de subordinação, alguns advérbios, e até mesmo sinais de pontuação, constituem marcas do discurso no texto. De outro lado, é possível estabelecer, com um pouco de imaginação, uma relação semântica entre enunciados de duas frases, por mais díspares que elas possam parecer. Dessa forma, qualquer seqüência de frases pode constituir um texto.

Em seu livro *Polifonía y argumentación* (1990), Ducrot não retoma especificamente os conceitos de texto e discurso, uma vez que sua teoria se propõe

a analisar o enunciado. Mas, por algumas observações feitas na obra, pode-se deduzir que os conceitos de texto e discurso permanecem muito próximos dos conceitos apresentados por Ducrot (1984), conforme destacamos a seguir:

“Em minha opinião todo discurso está constituído por uma sucessão de enunciados. Se tenho um discurso D, este pode fragmentar-se nos enunciados e_1 , e_2 , e_3 , etc, e cada um desses enunciados é a realização de uma frase.” (DUCROT, 1990, p. 53).

Nessa mesma obra, o autor expõe o problema da segmentação do discurso em enunciados, apresentando uma regra que ele próprio considera insuficiente para tal fragmentação. Se num discurso temos dois segmentos sucessivos S_1 e S_2 , e, se S_1 tem sentido somente a partir do S_2 , então a seqüência $S_1 + S_2$ forma um único enunciado. Uma vez que o primeiro segmento tem sentido somente a partir do segundo, e isso constitui um discurso, percebe-se a concepção de discurso como uma rede de relações que constituem um sentido. Além disso, parece que o enunciado, visto anteriormente como entidade lingüística de nível elementar, pode dar lugar à realização de um discurso.

Em algumas partes dessa obra, Ducrot explica que um discurso argumentativo é composto por um argumento e uma conclusão, ligados pelo conector *donc* (portanto). Diante dessa utilização do termo *discurso*, que difere da utilização feita até então, adotaremos no presente trabalho, a concepção de discurso apresentada por Ducrot (1984).

2.2 Argumentação e sentido

De acordo com Ducrot (1984), significação e sentido são os valores semânticos atribuídos às unidades lingüísticas. A significação é o valor semântico da frase e do texto. Ela é um conjunto de instruções para construir um conteúdo a partir da situação enunciativa. Há duas hipóteses para a atribuição do valor semântico,

neste caso. A primeira é de que as instruções constitutivas da significação total de uma frase podem ser calculadas através de regras combinatórias aplicadas às significações dos seus constituintes. Assim, o sentido do enunciado seria obtido, consideradas as condições de enunciação, a partir da significação da frase. Todavia, a significação da frase se estabelece independentemente da situação e a partir da significação dos seus elementos. A segunda hipótese, inversa à primeira, sugere que cada constituinte do enunciado seja interpretado em função da situação. O sentido total do enunciado resultaria da combinação das interpretações feitas sobre cada constituinte.

Mas as hipóteses não são justificáveis. Não se pode compreender o enunciado de uma frase se não soubermos a que acontecimento particular ela se refere, tampouco seria possível compreendê-lo analisando seus constituintes isoladamente, mesmo considerada a situação de enunciação. Ducrot apresenta o seguinte exemplo:

(3) *O Pedro lembrava-se da guerra.*

Nesse caso, há necessidade de informações suplementares relativas à totalidade da frase, como por exemplo, o tempo verbal – que situa o fato relatado na frase em relação ao momento da enunciação – e a compreensão dependeria de enunciados situados em torno da referida frase. É a totalidade da frase que fornece indícios para se encontrar o referente das expressões que compõem a frase.

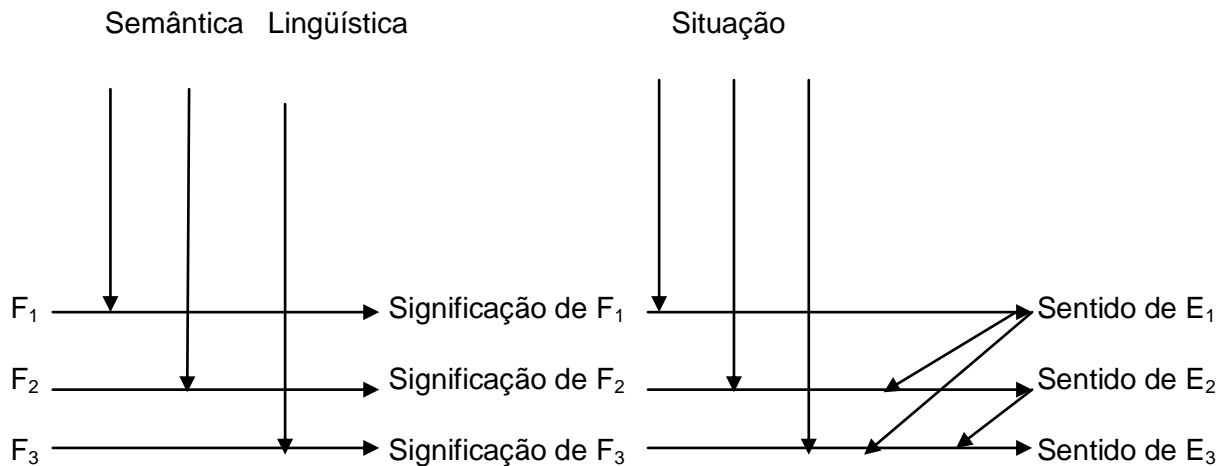
Por sua vez, o sentido é o valor semântico atribuído ao enunciado e ao discurso. Ducrot questiona como se dá a construção do sentido de um discurso D , sendo D constituído de enunciados (E_1, E_2, E_3, E_n) , os quais realizam concretamente as frases de um texto T , e sendo D a realização concreta de um texto T (que se constitui de frases: F_1, F_2, F_3, F_n). Ele propõe, para esse questionamento, que o sentido do discurso resulta da articulação entre a totalização dos sentidos individuais dos enunciados e a organização dos enunciados no discurso. Se considerarmos que nenhum dos enunciados do discurso reproduz palavras e opiniões de alguém diferente do locutor, é possível “admitir que o sentido do discurso contém o sentido de cada um dos E_1, E_2, \dots, E_n .” (DUCROT, 1984, p. 376). A resposta parece estar relacionada à definição de enunciado: “produto de um acto de enunciação, e

portanto objecto de empenhamento da parte do locutor” (idem). Quando o locutor *diz*, o faz em cada um dos enunciados, o que leva a uma totalização característica do discurso.

Constitui, também, o sentido do discurso a ordem em que aparecem os enunciados. Ela estabelece o movimento e a organização discursivos, e pode sugerir ou impor determinadas conclusões. A ordem faz com que tais conclusões só possam ser apreendidas na totalidade do discurso, e não particularmente em cada enunciado. É o que se pode observar com o uso do discurso reportado. A inserção de certas citações – no caso do discurso direto - interfere no efeito de sentido do discurso. Se o locutor utilizar o discurso indireto, promoverá um outro efeito de sentido. Se o discurso for realizado somente com citações, como numa peça de teatro, por exemplo, a construção do sentido do discurso será ainda mais complexa.

Sobre a atribuição de valor semântico ao texto, o procedimento de totalização das significações das frases, e também dos sentidos dos enunciados, embora eficaz, traz algumas complicações. No caso do texto, é necessário lembrar que o sentido de um enunciado é obtido a partir da significação da frase correspondente, aplicada à situação de enunciação. Tomemos como exemplo um enunciado E_2 , cujo sentido resulta da significação de F_2 aplicada à situação de enunciação. A situação de enunciação de E_2 abarca, também, a situação de enunciação de E_1 . Sendo assim, ao construir o sentido de E_2 deve-se ter em conta o sentido de E_1 , sendo que o sentido de E_1 prevalece sobre a significação de F_1 . Exemplifica-se esse fato com discursos do tipo *P mas Q*. Para se interpretar *mas Q* é preciso determinar a conclusão r orientada por P . Essa conclusão, refutada em seguida por *mas Q*, quase sempre é determinada pelo enunciado e não pela frase. Pode-se concluir “que o sentido do segundo enunciado depende, em grande parte, do sentido do primeiro” (DUCROT, 1984, p. 377).

Para resumir, reproduzimos abaixo um esquema elaborado por Ducrot (1984, p. 377) que caracteriza o procedimento de construção de sentido no texto/discurso:



Por outro lado, o autor explica que, não raro, a atribuição de sentido aos enunciados, no caso do discurso, pode obedecer também a um movimento retrospectivo, em que o sentido atribuído a E_2 afeta o sentido de E_1 , atribuído anteriormente. Parece, então, necessário interpretar E_1 em duas etapas: na primeira, o sentido resultante serviria para a interpretação de E_2 , e na segunda, em que o sentido de E_2 orientaria uma reinterpretação de E_1 , e assim sucessivamente.

Na obra *Polifonia y Argumentación* (DUCROT, 1990), o autor retoma os conceitos de significação e sentido. *Significação* é o valor semântico atribuído à frase, e é constituído por diretrizes, as quais fornecem instruções para a interpretação do enunciado. *Sentido* é o valor semântico atribuído ao enunciado. A diferença entre a significação da frase e o sentido do enunciado é de quantidade e de natureza. Em relação à quantidade, é fácil demonstrar que o enunciado diz muito mais que a frase realiza. O enunciado seria sobredeterminado pela frase. Por exemplo:

(4) *Faz tempo bom.*

O enunciado (4) diz coisas que não se encontram na frase, tais como o momento em que o locutor diz que faz bom tempo e o lugar onde ele se encontra.

Quanto à natureza, a *significação* consiste em um conjunto de instruções, de diretrizes que permitem interpretar os enunciados da frase. Por isso, diz-se que a significação é essencialmente aberta, diz o que se deve fazer para encontrar o sentido do enunciado. O *sentido* do enunciado, por sua vez, passa a ter uma

concepção polifônica, pois consiste na presença de um certo número de pontos de vista (enunciadores). O primeiro elemento do sentido de um enunciado é a apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores. O segundo é a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. Das possíveis posições, Ducrot destaca três: o locutor pode identificar-se com um ponto de vista, o locutor pode concordar com um ponto de vista, e o locutor pode refutar um ponto de vista. Um terceiro elemento do sentido é a assimilação do enunciador com uma pessoa.

2.3 A Polifonia

No capítulo *La polifonía en lingüística*, do livro *Polifonía y Argumentación*, (DUCROT, 1990), o autor explica que o termo polifonia refere-se, originalmente, a uma classe de composição musical na qual figuram diferentes vozes. Esse termo foi utilizado por Mikhail Bakhtin para opor e caracterizar duas formas de literatura: a *dogmática*, na qual o autor pode se expressar por uma só voz ou através de vários personagens; e a *popular*, também chamada de *polifônica* ou *carnavalesca*, em que diversos personagens se apresentam por si mesmos, como as máscaras de carnaval. A diferença entre a literatura dogmática e a polifônica consiste em que, nesta última, os personagens não são julgados pelo autor, como na dogmática, e o sentido global da obra é resultante da confrontação desses personagens sem que o autor explicita seu ponto de vista. Como exemplo de literatura dogmática, Bakhtin elege a novela de Tolstói, e de literatura polifônica, a obra de Dostoievski.

Através da polifonia, Ducrot (idem) contesta o postulado da *unicidade do sujeito falante*, dizendo que o autor de um enunciado se expressa colocando em cena um certo número de personagens. Assim, “o sentido de um enunciado nasce

da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem” (DUCROT, 1990, p. 16).

A partir da contestação, o lingüista constrói uma teoria polifônica da enunciação, tentando mostrar que num mesmo enunciado estão presentes diversos sujeitos. Tais sujeitos possuem *status* lingüísticos diferentes e remetem a três funções diferentes no discurso.

Na função de sujeito empírico (SE) está o autor do enunciado. Nem sempre é fácil determinar quem é o SE em alguns discursos. No caso de uma circular administrativa, por exemplo, não se pode saber ao certo quem produziu esse enunciado: pode ter sido a secretária, ou o chefe que ditou a circular, ou ainda, um funcionário do alto escalão que tomou as decisões anunciadas na circular.

Mesmo reconhecendo a existência da função do SE, Ducrot não se ocupará de estudá-la, pois o lingüista semanticista deve preocupar-se com o sentido do enunciado, “quer dizer, deve descrever o que diz o enunciado, o que este aporta.” (DUCROT, 1990, p. 17). O estudo do SE deve ser objeto da sociolingüística ou da psicologia.

Na função de locutor (L) está o responsável pelo enunciado, é a “pessoa a quem se lhe atribui a responsabilidade da enunciação no enunciado mesmo.” (Idem). O locutor deixa suas marcas no próprio enunciado, tais como as marcas de primeira pessoa (eu, me, mim, etc.) e o *aqui* e o *agora* da enunciação. O locutor e o sujeito empírico podem ser totalmente diferentes. Assim, pode-se conceder a palavra a seres incapazes de falar. Ducrot cita, entre outros exemplos, a inscrição *Não devo entrar*, que aparece freqüentemente nas portas de armazéns alemães. Acima da inscrição aparece o desenho de uma cabeça de cachorro. Tal enunciado parece fazer falar um cachorro, que é o L. No entanto, o autor efetivo, o SE, pode ter sido o dono do armazém ou mesmo o prefeito da cidade. Uma outra observação refere-se ao fato de que um enunciado pode não ter locutor, mas sempre tem SE. É o que Benveniste, citado por Ducrot (1990), chamava de enunciados impessoais, que têm a ver com a história, em oposição a enunciados em que o locutor se encontra marcado. É o caso dos provérbios que são enunciados essencialmente sem locutor. São tomados para favorecer a interpretação desejada por um locutor.

Por exemplo, se um locutor quer reprovar alguém que promova a desordem, pode dizer *Quem semeia ventos colhe tempestades*. O locutor, usando o provérbio, dá ao seu enunciado um tom impessoal, como se sua palavra pertencesse a uma sabedoria além de qualquer subjetividade individual.

Ocorre um efeito de impessoalidade idêntico quando o locutor refere a si mesmo usando o próprio nome, dizendo:

(5) Ninguém pode supor que De Gaulle abandonará os interesses da França.

Conforme o exemplo (5), o general De Gaulle promove um efeito discursivo que delega a responsabilidade por esse discurso à História, como se o discurso não fosse dele.

A terceira função é a de enunciador (E). Nessa função estão as origens dos diferentes pontos de vista apresentados no enunciado. Ducrot parte da idéia de “que todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala” (DUCROT, 1990, p. 19). Os enunciadores não são pessoas, mas sim pontos de perspectiva abstratos. Assim sendo, o sentido de um enunciado se constrói na tentativa de responder a diversas perguntas:

[...]: o enunciado contém a função locutor? A quem se atribui esta função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressados, quer dizer, quais são as diferentes funções do enunciador presentes no enunciado? A quem se atribui eventualmente essas funções? (DUCROT, 1990, p. 20)

O locutor pode identificar-se com alguns desses enunciadores, mas quase sempre mantém distância deles. Ducrot explica essas atitudes, identificação e distanciamento, pelos exemplos do humor e da negação. O enunciado humorístico apresenta as seguintes características:

1. Entre os pontos de vista representados no enunciado, pelo menos há um que obviamente é absurdo, insustentável (por si mesmo ou no contexto).
2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.
3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciador. Entre os enunciados irônicos chamarei “irônicos” aqueles em que o ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, que se busca ridicularizar. (DUCROT, 1990, p. 20)

Para ilustrar esse tipo de enunciado o autor se vale de uma pequena história. Num restaurante de luxo de Paris, um cliente está em uma mesa, na companhia de um pequeno *teckel*. O dono do restaurante aproxima-se e conversa com o cliente dizendo que o cozinheiro daquele restaurante é o antigo *chef* do rei da Suécia. Elogia o vinho que o cliente escolheu e diz que o degustador de vinho do restaurante é o da rainha da Inglaterra. Fala que a competência dos garçons deve-se ao chefe de cozinha do restaurante, que serviu ao rei da Espanha. Finalmente, olha para o cachorro e diz ao cliente que ele tem um belo *teckel*. O cliente, que até então permanecera mudo, responde-lhe: “Meu *teckel*, senhor, é um antigo São Bernardo.”

Nessa ilustração, são satisfeitas as três condições anteriormente citadas para o enunciado humorístico: há um ponto de vista absurdo, segundo o qual o *teckel* é um antigo São Bernardo; o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor, mas sim ao dono do restaurante; não há retificação do enunciado tido como absurdo. O enunciado, além de humorístico, também é irônico, pois está destinado a atacar um locutor a quem é atribuído o ponto de vista absurdo.

Apesar de muitos pensarem que a ironia e o humor não pertencem à língua e são apenas utilizações da língua, ambos podem ser expressos em várias línguas. Em função disso, uma descrição completa da significação lingüística deve conter noções que possibilitem a descrição do humor e da ironia, e a distinção entre locutor e enunciador oferece essa possibilidade.

O autor prossegue dizendo que a maioria das línguas possui expressões típicas de ironia. É o caso, em francês, da expressão *c'est du joli!*,¹⁴ a qual não pode ser tomada como expressão de elogio, uma vez que se destina à crítica. No entanto, a ação de que se fala nesse enunciado é designada como *bonita* no sentido favorável do termo. Se o interlocutor, ao ouvir essa expressão, mesmo sendo ela globalmente desfavorável, responder dizendo *Claro que sim* na intenção de se defender de uma reprovação, estará tirando do enunciado um ponto de vista favorável. Como o locutor não se identifica com o ponto de vista favorável, cria-se o efeito de uma crítica desfavorável em sua totalidade. Com este exemplo, Ducrot mostra que a expressão *c'est du joli!* pertence à própria língua e o falante que não a entender como uma crítica possui um vazio de conhecimento da língua francesa.

Para explicar o fenômeno da negação, Ducrot parte das idéias de Freud:

Para Freud a negação é um compromisso operado pelo eu [...] entre o desejo do eu [...] e a censura do super-ego. Em outras palavras, quando alguém enuncia uma frase negativa não-P, em seu enunciado se expressam duas vozes: a da libido que se expressa através do ato P e a do super-ego que se expressa através do rechaço ligado ao morfema negativo *não*. (DUCROT, 1990, p. 23)

A negação seria um truque do eu para satisfazer a sua vontade e também a de um super-ego mais crítico, permitindo dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las, agradando a todo mundo.

Mas Ducrot aborda a negação do ponto de vista lingüístico. Num enunciado negativo *não-P* há, no mínimo, dois enunciadores: um E_1 que expressa o ponto de vista representado por P , e um E_2 que apresenta um ponto de vista de rechaço a P . “Um enunciado negativo é pois uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro” (DUCROT, 1990, p. 23). Tanto no humor quanto na negação um enunciador diz algo que é inadmissível do ponto de vista do locutor. Na negação há um enunciador que refuta o ponto de vista inadmissível e o corrige. No humor o

¹⁴ DUCROT, 1990, p. 22. Tradução: *Ah, muito bonito!*

enunciador é somente apresentado pelo locutor, sendo que este não compartilha com o ponto de vista inadmissível e não o corrige.

O autor analisa, também, o emprego da expressão *ao contrário*, no seguinte enunciado:

(6) Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa.

Para Ducrot, o primeiro segmento de (6) apresenta dois pontos de vista: um positivo, segundo o qual *Pedro veio* e outro que rechaça o anterior. A expressão *ao contrário* está ligando duas proposições que não são absolutamente contrárias, e tampouco o fato de que *Pedro tenha ficado em casa* implica a *não vinda de Pedro*. Para o lingüista, a expressão *ao contrário* dá conta da presença de um enunciador positivo no primeiro segmento, ao qual o locutor se opõe.

Outro argumento para essa análise refere-se aos pronomes anafóricos, aqueles que no discurso remetem a segmentos anteriores. Observemos o exemplo:

(7) Pedro não veio, pelo contrário, ficou em casa e o lamento.

O pronome *o* remete à *não vinda de Pedro*, ao ponto de vista do enunciador negativo E₂.

No exemplo:

(8) Pedro não veio, pelo contrário ficou em casa. Lamento, isso teria me agradado.

temos o pronome *isso* remetendo ao ponto de vista positivo. Seria ainda possível concatenar as duas seqüências:

(8a) Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa. Lamento-o, pois isso teria me agradado.

Através da análise desses e outros exemplos, Ducrot conclui que o enunciado negativo é como uma pequena obra de teatro com dois personagens, que são os enunciadores. Nesse enunciado apresenta-se um diálogo cristalizado, sendo que o

E_2 geralmente é assumido pelo locutor enquanto que E_1 não. Segundo o autor muitas estratégias conversacionais podem ser explicadas se admitirmos uma concepção polifônica da negação. Dessa forma, pode-se mostrar o que há de indeterminado na negação e as manobras que a indeterminação permite fazer.

Na análise da expressão francesa *pour autant* (nem por isso), o lingüista observa a presença de duas particularidades: só funciona em contexto negativo e que até o século XVI seu sentido era o da conjunção *donc* (então). No enunciado *Pedro é rico, nem por isso é feliz* há dois enunciadores no segundo segmento: E_1 diz *então ele é feliz* apoiado na crença de que a riqueza traz felicidade e E_2 que refuta esse ponto de vista e a utilização de *donc*. Vê-se então que *pour autant* é o *donc* do ponto de vista rechaçado.

Uma possível objeção à teoria polifônica da negação propõe aplicar à negação a regra geral segundo a qual todo enunciado positivo ou negativo subentende a possibilidade de um enunciador contraditório. Mas, segundo o lingüista, essa proposta não explica o uso da anáfora em certos casos. Eis os enunciados:

(9) A: Pedro não veio.

B: Que pena, isso teria me agradado.

O pronome *isso* retoma a vinda de Pedro. Seguindo a proposta acima, poderíamos ter o seguinte diálogo, que a Ducrot parece inconcebível.

(9a) A': Pedro veio.

B': Que pena, isso teria me agradado.

O pronome *isso* refere-se à *não-vinda de Pedro* e essa possibilidade é evocada pela mesma regra que permite evocar em A *a vinda de Pedro*. Essa análise mostra que a presença do positivo no enunciado negativo é diferente da presença do negativo no enunciado positivo. É convincente a explicação do tipo polifônico para a negação, sem relação com a regra geral $X \square \text{ Não-}X \text{ é possível}$.

Das considerações sobre polifonia, Ducrot conclui que há duas maneiras de se comunicar: uma séria, em que o locutor se assimila a um dos enunciadores - como é o caso da negação -, outra não-séria, em que há uma apresentação dos enunciadores, significativa por si mesma – como é o caso do humor. A simetria entre esses dois modos de comunicação não é total. Não existe enunciado totalmente sério. Todo enunciado tem a ver com uma comunicação não-séria, a qual fundamenta a comunicação.

Na quarta conferência do livro *Polifonía y Argumentación* (DUCROT, 1990), o autor apresenta o conceito de *topos*, que terá grande importância nessa segunda fase da TAL. O *topos* é um princípio argumentativo que garante a passagem de um argumento para uma conclusão. Com essa noção, a argumentação é descrita no nível dos enunciadores presentes no enunciado, não mais no nível do enunciado.

O enunciador *E* é argumentador, e o ponto de vista de um enunciador *E* é argumentativo se *E* justifica uma conclusão determinada, em que o ponto de vista do enunciador consiste em apoiar uma conclusão sobre a realidade ou estado de coisas de que se fala no enunciado. A conclusão pode estar explícita ou implícita no enunciado, ser assumida ou não pelo locutor, o que faz surgirem quatro possibilidades de pontos de vista argumentativos: a) a conclusão está explícita e eventualmente é assumida pelo locutor; b) a conclusão não está explícita, mas é assumida pelo locutor; c) a conclusão está implícita e não é assumida pelo locutor (é o caso do *mas*); e d) a conclusão está explícita, mas não é assumida pelo locutor). Também, o enunciador *E* é argumentador se o trajeto de *E* até a conclusão ocorre mediante o *topos*.

O *topos* tem três características. Primeira, ele é universal, ou seja, é compartilhado pelo locutor e seu interlocutor, ou pelo menos apresentado como aceito por uma comunidade à qual pertencem o locutor e o interlocutor; é um lugar comum. Por isso, é possível argumentar com princípios totalmente paradoxais, como na frase *Se bem te entendo, detestas Pedro porque faz favores*.

Pela segunda característica, o *topos* é geral. Esta decorre da primeira, pois se o *topos* é compartilhado, significa que é válido também para um grande número de situações análogas.

A terceira característica é a da gradualidade. Ela permite o estabelecimento de uma relação entre duas escalas, duas gradações; o antecedente e o conseqüente do *topos* são graduais assim como a relação entre ambos é gradual. As duas escalas graduais, que possuem uma relação gradual ancorada pelo *topos*, podem ser percorridas para cima ou para baixo: uma escala anterior P com uma escala posterior Q, ou um antecedente P com um conseqüente Q. Vejamos o exemplo:

(10) Está fazendo calor, vamos à praia.

O *topos* utilizado em (10) é o *calor torna a praia agradável*, o qual coloca em correspondência uma escala do bom tempo com uma escala do prazer. Assim, ao argumentar, o enunciador faz duas coisas: escolhe um *topos* e situa o estado de coisas de que fala em um grau da escala antecedente do *topos*, dando um certo grau de argumentatividade, fraco ou forte, a seu argumento.

O *topos* também permite compreender as estratégias de refutação de uma argumentação. Considerando o princípio *bom tempo, praia agradável* temos duas possibilidades de refutação:

a) dizer que a situação dada não está suficientemente acima na escala antecedente: *Hoje não está fazendo um tempo tão bom*, indicando que o locutor deseja um grau superior de bom tempo para ir à praia; não aceita o grau x, deseja o grau y para ir à praia.

b) insistir na dificuldade para admitir a conclusão: *Realmente faz bom tempo, mas a praia está muito distante*, indicando que, para convencer, é necessário um maior grau de prazer, ocasionado por um grau superior de bom tempo.

Mas nem sempre o *topos* significa que toda situação que verifica um certo grau de P, verifica também um certo grau de Q, como no seguinte enunciado:

(11) Faz bom tempo, vamos à praia.

Podemos comparar a praia P *tempo bom e praia limpa, sem perigos*, com a praia P' *tempo magnífico, mas praia com tubarões, pedras e lixo*. Embora a praia P'

apresente tempo melhor, isso não quer dizer que o banho será mais agradável em virtude das condições apresentadas pela mesma. Em qualquer situação, resguardadas as proporções, quando P aumenta, Q aumenta.

Sendo assim, dois argumentos justificam a noção de *topos*. O primeiro é que o *topos* permite estudar as possibilidades de refutação de uma argumentação. Para o enunciado (11) há pelo menos quatro possibilidades de refutação:

a) negar o argumento: *Não faz bom tempo.*

b) apresentar um argumento contra a conclusão: *É certo que faz bom tempo, mas estou cansado.*

c) negar o *topos*: *Não gosto de ir à praia quando faz bom tempo, mas quando chove.*

d) contradizer a argumentação do primeiro argumentador, mantendo o caráter gradual do mesmo *topos*: *Em lugar de ir hoje, vamos amanhã, pois seguramente fará um tempo melhor.*

O segundo argumento refere-se à possibilidade de usar expressões como *até mesmo* (*même*) para justificar a gradualidade dos *topoi*. Por exemplo:

(12) Faz 18 graus, vamos passear.

Temos aqui um caso em que o predicado do argumento não é gradual, mas os *topoi* são graduais. Para interpretar essa argumentação, é necessário saber se 18 graus é considerado como *faz calor* ou *faz frio*. O antecedente da argumentação não é gradual. O *topos* utilizado para passar do argumento à conclusão não é pontual. Se o argumentador se baseou no frio, pode-se dizer *quanto mais frio, maior prazer*; se se baseou no calor, o *topos* será *quanto mais calor, maior prazer*. No caso de (12) podemos refutar o argumento dizendo *Não, temos 20 graus* (mais frio, mais prazer), ou *Não, temos 16 graus* (mais calor, mais prazer).

Nota-se, então, que não é possível refutar um argumento cujo *topos* é desconhecido. É preciso que o interlocutor busque o *topos* em que se fundamenta a argumentação. Outro exemplo:

(13) Faz 18 graus, talvez até mesmo 20, vamos passear.

O *topos* considerado é *mais (maior) calor, maior prazer*. Para entender essa relação devemos admitir o caráter gradual dos *topoi*. Há hipóteses para esse caráter gradual ser considerado numa seqüência do tipo *A até mesmo A'*. Na primeira, A e A' vão no mesmo sentido, A com mais força que A' – 18 e 20 graus vão na mesma direção e 20 graus é mais forte que 18. Na segunda, A e A' - 18 e 20 graus - utilizam o mesmo *topos*, que deve ser gradual, dá muito mais força ao argumento 20 graus do que ao argumento 18 graus.

O mesmo ocorre com o exemplo inverso:

(14) Temos 18 graus e talvez até 16. Vamos passear.

Em (14) o *topos* é *quanto mais frio mais prazer*. A expressão *até mesmo* anula a ambigüidade da argumentação indicando como se pode descobrir o *topos*.

A noção de *topos* é abandonada por Ducrot, na fase recente da teoria por considerá-lo uma espécie de vínculo com as questões pragmáticas. O autor entende que a noção de *topos* remete a busca de sentido para fora da linguagem, fato que é incoerente com a Teoria dos Blocos Semânticos. No entanto, a noção de polifonia permanece na teoria, é revista sob o olhar dessa nova fase, da qual trataremos no decorrer da próxima seção.

2.4 A noção de bloco semântico

Como dito anteriormente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot, constitui a terceira forma da Teoria da Argumentação na Língua. A TBS servirá de base para a análise proposta nos objetivos deste trabalho.

Em Carel (1997), procura-se combater duas teses. Uma é a de que a argumentação no discurso é vista como um processo de demonstração em que se busca estabelecer a verdade de uma dada proposição. No campo da lógica ou da matemática, ensina Carel, a demonstração é vista como uma seqüência de enunciados supostamente interpretáveis de forma isolada uns dos outros, e que o locutor os apresenta como verdadeiros, mas *aceitáveis* sob fundamentos diferentes. Assim, numa seqüência dada, premissas ou argumentos devem ser admitidos independentemente da conclusão, desde que a conclusão seja validada pelos argumentos que a precedem, ou seja, justificada por eles. A outra tese combatida pela autora é a de que a marca lingüística dessa argumentação, vista como processo de demonstração, seria o emprego da palavra *donc* (portanto). Os elementos lingüísticos-lógicos que unem premissas e conclusões são as palavras como *donc* (portanto, logo, pois).

Para a autora, o modelo de demonstração pressupõe a verificação isolada de partes do enunciado, e, por isso, não descreve o que se passa no discurso, pois se pode demonstrar que há interdependência entre os segmentos. Além disso, há diferenças quanto ao emprego de *donc* na matemática/lógica e na linguagem natural. O emprego dessa palavra como instrumento lógico impor-se-ia ao estudo formal do discurso. No entanto, em linguagem natural, o uso de *donc* não caracterizaria uma demonstração, mas seria apenas uma tentativa, conferindo à argumentação no discurso a estrutura de uma demonstração. O uso natural dessa palavra difere estruturalmente do seu emprego matemático. Assim, a argumentação não é uma demonstração inacabada e o que faz de *donc* a expressão de uma argumentação não é particular à palavra *pourtant* (entretanto), mas também permite realizar argumentações.

A partir dessas colocações, a lingüista procura mostrar que a argumentação não está na função descritiva da língua, que argumentar não é justificar o conteúdo de uma conclusão. Ela entende que a unidade de sentido não está na dicotomia argumento/conclusão, mas está na interdependência dos segmentos no encadeamento argumentativo. Argumentar consiste, então, em ser coerente com regras, as quais, através da sua lexicalização, aparecem em lugares-comuns.

Com sua proposta, Carel refuta as abordagens factuais da argumentação, tais como a logicista e a pressuposicional. A abordagem logicista procura assimilar um encadeamento *A donc (portanto) C* a um raciocínio sobre os estados do mundo. Para descrever esse encadeamento bastariam alguns fatos e uma espécie de lei geral que os liga em uma relação de causa e efeito. Vejamos os exemplos:

(15) Faz bom tempo: João deve estar contente.

(16): Faz bom tempo e João deve estar contente.

Em (15) o argumento *faz bom tempo* descreveria o tempo e a conclusão *João deve estar contente* descreveria um fato. Não haveria diferença entre (15) e (16), pois neste último temos a expressão de um estado de coisas do mundo sem a apreensão de um raciocínio, porque os fatos são descritos separadamente. Mas em (15) há um raciocínio que une os fatos. O segundo fato, visto como conclusão, dado como verdadeiro, justifica-se a partir da verdade do primeiro, visto como argumento. É possível admitirmos esse valor de verdade uma vez que podemos apelar para a lei geral do mundo físico-psicológico, que pode ser falsa, mas é apresentada como admitida, em que *ter bom tempo é agradável*.

No entanto, para Carel, essa abordagem pelo mundo dos fatos nem sempre se sustenta, pois não explica, por exemplo, a oposição argumentativa entre *pouco* e *um pouco*. Suponhamos que Pedro esteja doente e um amigo pergunte a sua mulher como ele está de saúde. Admitindo-se que *apetite é sinal de boa saúde*, ela poderá responder:

(17) Ele comeu pouco: assim não melhora (estou preocupada); ou

(18) Ele comeu um pouco: deve melhorar (estou contente).

Nesse contexto, seriam impossíveis enunciados como *Ele comeu pouco: deve melhorar* ou *Ele comeu um pouco: assim não melhora*. Em termos factuais, os argumentos de (17) e de (18) indicam o mesmo fato: pouca quantidade de comida, quantidade qualificada como *fraca*. Carel mostra que a oposição argumentativa entre os dois enunciados não pode ser explicada por uma diferença entre os fatos

descritos, nem pela lei geral aplicada, afinal os dois enunciados apresentam o mesmo fato conduzindo para conclusões contrárias.

Surge, então, com possibilidade de explicação para essas conclusões contrárias, a abordagem pressuposicional. Essa abordagem admite a hipótese de que a língua tem capacidade descritiva, permitindo associar *Pedro comeu pouco* e *Pedro comeu um pouco* a fatos tais como *Pedro comeu certa quantidade de alimento* e/ou *A quantidade de alimento ingerida por Pedro é fraca*. Além disso, a teoria da pressuposição “atribui à língua o poder de apresentar os fatos de diversas maneiras: o conteúdo de um enunciado pode ser posto ou pressuposto.” (CAREL, 1997, p. 26). E são os fatos postos que conduzem o raciocínio argumentativo.

Dessa forma, o enunciado (18) pressupõe que Pedro comeu certa quantidade de alimentos e põe que a quantidade de alimentos foi insuficiente. O enunciado (17) pressupõe que a quantidade de alimentos foi insuficiente e põe que Pedro comeu certa quantidade de alimentos. Outro exemplo:

(19) Pedro parou de fumar: ele vai economizar.

De (19) podemos concluir que *Pedro vai economizar dinheiro*. Para isso, é preciso compreender que *antes ele gastava dinheiro comprando cigarro*, o que é assinalado pelo pressuposto. Esse exemplo demonstra que, embora o pressuposto seja indispensável ao raciocínio, ele fica em segundo plano, serve de moldura para o posto. Assim considerado o pressuposto, (19) é parafraseável por:

Dado que Pedro fuma, o fato de que atualmente ele não fuma, vai fazer-lhe economizar dinheiro.

E não por:

Dado que Pedro não fuma, o fato de que ele tinha fumado antes vai fazer com que ele economize dinheiro.

Assim sendo, compreende-se a oposição argumentativa havida entre (18) e (17). Em (18) o posto *Pedro comeu* permite raciocínios que estão baseados na existência de certa quantidade de alimentos ingeridos por Pedro. Em (17) *Pedro*

comeu pouco o posto é *a quantidade de alimentos ingerida por Pedro é insuficiente*, e, portanto, os raciocínios daí inferidos estarão fundamentados na *fraqueza* dessa quantidade. Assim, do ponto de vista informativo, os primeiros segmentos de (17) e (18) descrevem o mesmo fato, mas não do ponto de vista argumentativo. Por isso podem conduzir a conclusões diferentes e até mesmo contrárias.

Conforme essa abordagem, o posto predomina na argumentação discursiva por meio de um raciocínio sobre os fatos. “A teoria da pressuposição incorpora à significação das frases, na medida em que essa significação se divide em posto e pressuposto, indicações relativas ao seu potencial argumentativo.” (CAREL, 1997, p. 27). Leis gerais tais como *apetite é sinal de boa saúde* ou *tempo bom é agradável* são leis do mundo, e expressam um fenômeno real de causalidade. Assim, um encadeamento como *Faz tempo bom: João deve estar contente* tem como função lingüística descrever dois fatos e assinalar a presença de um raciocínio entre eles. O fato de *que tempo bom é agradável* intervém para tornar válido o raciocínio. Por isso a lei geral depende da noção de validade. Essa lei não é lingüisticamente expressa, e, assim como o processo de argumentação, é secundária, subentendida, apenas acrescentada à função primeira da língua: a de descrever.

A autora opõe-se às noções da teoria da pressuposição e ao apelo à exterioridade, abandonando essas abordagens. Ela se contrapõe, também, à afirmação feita por Ducrot e Anscombe (1986 *apud* CAREL, 1997) de que o argumento e a conclusão de um encadeamento podem ser interpretados separadamente. Para rejeitar essa afirmação, a autora diz que:

[...] se a aproximação precedente traz problema, é precisamente porque estas duas partes de um encadeamento somente fazem sentido se tomadas em conjunto na argumentação, pois nada precede a argumentação. (CAREL, 1997, p.28).

A lingüista, então, rejeita a concepção descritiva da língua pois entende que argumentação e descrição não podem ser separadas. A argumentação está enraizada no léxico e independe de qualquer outra função da língua, a argumentação não se fundamenta sobre nenhuma descrição preliminar. Para

sustentar seu ponto de vista, a autora retoma a oposição existente entre *Pedro comeu pouco* e *Pedro comeu um pouco*. Pela abordagem pressuposicional, a descrição dessa oposição se sustentava sobre a hipótese de que esses enunciados descrevem dois fatos: (a) *Pedro comeu certa quantidade de alimento* e (b) *a quantidade de alimento ingerida por Pedro é fraca*. Se compararmos (b) e (b') *Pedro comeu uma leve quantidade de alimento*, teremos o mesmo problema de descrição: (b') descreve o mesmo fato de (b), mas não argumenta no mesmo sentido, como comprovam os seguintes encadeamentos:

(b) a quantidade de alimento ingerida por Pedro é fraca: assim ele não irá melhorar.

(b') Pedro comeu uma pequena quantidade de alimento: ele deverá melhorar.

Ao compararmos esses dois exemplos, percebemos que ambos se opõem, do mesmo modo que *pouco* e *um pouco*.

Retomemos a situação em que duas pessoas A e B saem do quarto de Pedro, com a bandeja de seu almoço. Elas fazem os seguintes comentários:

A: Pedro comeu uma pequena quantidade de comida.

B: Para mim, eu acho que ele comeu muita coisa.

Podemos observar que B não se opõe A, não contesta o que está na bandeja, mas a asserção *uma pequena quantidade* que leva à conclusão que *Pedro não está melhorando*. Ao argumentar a favor da saúde de Pedro, B vê a quantidade de comida consumida por Pedro como *muita coisa* e isso orienta para a conclusão *Pedro vai melhorar*. A partir dessa exemplificação, Carel explica que os enunciados de A e B não descrevem primeiro um acontecimento para, em seguida, a partir desse fato, argumentar para uma certa conclusão. Eles argumentam diretamente e esses projetos argumentativos são aquilo que A e B dizem do mundo.

Percebemos, então, que a abordagem pressuposicional não é suficiente para explicar a oposição argumentativa de *pouco* e *um pouco*, pois deduzir o potencial argumentativo de uma outra função da língua é contrariar o semantismo destas

palavras. Portanto, é a própria significação de *pouco* que se opõe argumentativamente a *um pouco*. E, é o próprio sentido de um argumento que orienta para esta ou aquela conclusão, independentemente do que o sentido possa representar no mundo.

Refutadas as abordagens factuais da argumentação, Carel passa a explicar a abordagem sob o prisma da Teoria dos Blocos Semânticos. Para a autora, a argumentação do enunciado *A DC C*:

[...] consiste em convocar os princípios, os estereótipos, expressos também em fórmulas como *apetite é sinal de boa saúde* ou *bom tempo é agradável*. Nós não consideramos que estes princípios sejam associações de conceitos independentes e, contrariamente às descrições habituais da argumentação, não lhes atribuímos um papel secundário, o de ligar o que é dito no argumento e o que é dito na conclusão. Pelo contrário, nós os vemos como representações unitárias e lhes atribuímos um papel principal no sentido de que eles constituem, a nosso ver, o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos. (CAREL, 1997, p.30-31)

Os princípios argumentativos de que fala Carel não são responsáveis por uma passagem do argumento para a conclusão, a exemplo dos *topoi*. São dois segmentos inseparáveis e são o próprio conteúdo da argumentação. Nos exemplos seguintes, pode-se observar a impossibilidade de separação entre argumento e conclusão:

(20) Pedro é rico: ele deve ser feliz.

(21) Pedro encontrou Maria: ele deve estar feliz.

Em (20) *Pedro é feliz* como pode ser feliz qualquer pessoa que é rica. No exemplo (21) *Pedro é feliz* como é feliz qualquer pessoa que ama ou é amada. Os enunciados apresentam uma felicidade diferente. Nesse aspecto é que se percebe a influência do argumento sobre o sentido da conclusão. Ocorre também o inverso, isto é, a conclusão influencia o sentido do argumento, como podemos verificar nos seguintes exemplos:

(22) É tarde: o trem deve estar aí.

(23) É tarde: o trem não deve estar aí.

Nesses exemplos, a conclusão orienta a interpretação de *tarde*. No exemplo (22) *tarde* orienta para a presença de *trem*. Em (23), *tarde* orienta para a ausência de *trem*. Ocorre um fenômeno idêntico nos exemplos (24) e (25).

(24) A casa é agradável: vou poder descansar.

(25) A casa é agradável: vou poder trabalhar.

Vemos que não se trata do mesmo *agrado*. No primeiro enunciado, o sentido é de *casa agradável para descansar* e no segundo, *agradável para trabalhar*.

A exemplificação feita por Carel mostra que os segmentos A e C de um encadeamento A DC C não podem ser interpretados isoladamente. E que não há, inicialmente, interpretação do primeiro ou do segundo segmento, tornando o outro em seguida não ambíguo no quadro estabelecido no enunciado. A noção de bloco semântico leva a compreender o enunciado como expressão de uma idéia inteira, indecomponível, aquela que pode ser encontrada por trás das fórmulas gerais do tipo *o tempo provoca a presença das coisas, a riqueza traz felicidade*, entre outras.

Em cada enunciado há um bloco semântico. No interior do bloco os argumentos influenciam a conclusão e vice-versa. O bloco é aceito, não porque o conteúdo de sua conclusão é justificado pelo argumento, mas porque, interpretados conjuntamente, os dois segmentos não têm conteúdos isoláveis, pré-existentes ao encadeamento, podendo transmitir a sua verdade. E essa verdade não tem a ver necessariamente com o mundo, mas com uma verdade que se constrói na linguagem. Argumentar, então, “consiste somente em reunir blocos lexicais e em pretender ser coerente com eles: se os encadeamentos com *donc* podem tomar uma eventual força persuasiva, é unicamente porque eles exprimem lugares-comuns.” (CAREL, 1997, p. 33).

Os encadeamentos em *donc* não exprimem somente blocos, mas também exprimem uma *positividade* ou uma *negatividade*, a que se pode chamar de uma

certa *qualidade*, a qual, quando ligada a um bloco, permite-nos construir uma regra. Surge assim a noção de encadeamento contrário. Observemos os exemplos abaixo:

(22) É tarde: o trem deve estar aí.

(26) É cedo: o trem não deve estar aí.

Ambos realizam um mesmo bloco semântico, expressam a idéia de que *as coisas chegam, acontecem com o tempo*. Mas, não significam a mesma coisa. Em (22) entendemos que *o trem chegou* e em (26) que *o trem não chegou*. Em (26) temos a negação de (22), por isso realizam o mesmo bloco, mas não a mesma regra. Distinguem-se pelas qualidades positiva e negativa.

Carel ainda mostra que os encadeamentos em *pourtant* também são argumentativos. Especificando melhor, *A no entanto C* e *A portanto C* realizam a mesma regra. Assim sendo, existe a argumentação regular, expressa em *donc* (DC), e a exceptiva, expressa em *pourtant* (PT). Os conectores *donc* e *pourtant* exprimem blocos semânticos. Vejamos os exemplos:

(27) É tarde: o trem deve estar aí.

(27a) É tarde: no entanto o trem não está aí.

(28) Pedro é rico: deve ser feliz.

(28a) Pedro é rico: no entanto não é feliz.

(29) Ele comeu um pouco: está melhorando.

(29a) Ele comeu um pouco: no entanto não está melhorando.

Vemos que esses enunciados argumentativos expressam blocos semânticos. Os exemplos (27a), (28a) e (29a) realizam os mesmos blocos que seus pares (27), (28) e (29). Por isso, diz-se que *donc* e *pourtant* são aparentados, isto é, estão no mesmo bloco.

Para finalizar, a autora ensina que:

[...] o que fazem os encadeamentos argumentativos – sejam eles como *donc* ou como *pourtant* – é simplesmente desenvolver, sob diversos aspectos, as formas de representação já cristalizadas nas palavras, que não podem não se mostrar em conformidade com a natureza das coisas, uma vez que servem justamente para categorizar e pensar as coisas. Ao fazer isso, os encadeamentos argumentativos comunicam ao discurso a espécie de evidência que as palavras contêm em si, fornecendo-lhe, assim, uma espécie de legitimidade. [...] (CAREL, 1997, p. 39)

Na obra mais recente sobre a Teoria dos Blocos Semânticos, Ducrot (2005a) postula que a idéia central da teoria é de que o sentido de uma expressão lingüística decorre dos discursos argumentativos que podem se encadear a partir dessa expressão, que o sentido está constituído por discursos que a entidade lingüística evoca. A esses discursos, o autor chama encadeamentos argumentativos, que obedecem a uma regra geral de formalização: X CONECTOR Y. São aceitos dois tipos de conectores: os do tipo *donc* (DC), que constroem uma argumentação *normativa*, e os do tipo *pourtant* (PT) que constroem uma argumentação *transgressiva* (não mais exceptiva, como em Carel (1997)). *Donc* e *pourtant* são conjunções do francês consideradas protótipos de conectores normativos e transgressivos, respectivamente. Traduzidas para o português, considera-se *portanto* (então, porque, pois, etc,) protótipo de conector normativo, e *no entanto* (mas, contudo, todavia, apesar de, mesmo que, etc) protótipo de conector transgressivo. Considera-se que a oposição entre normativo e transgressivo demanda da significação das palavras e das relações que se estabelecem entre elas.

O interesse do autor pelos encadeamentos normativos e transgressivos deve-se ao fenômeno da interdependência semântica, que neles se manifesta, que consiste no fato de que cada segmento encadeado tem sentido apenas em relação ao outro, isto é, em A DC B, o segmento A tem sentido somente em relação a DC B, e vice-versa. Ducrot exemplifica esse fenômeno:

(30) É um verdadeiro problema, posterguemos o assunto, não nos ocupemos disso no momento.

(31) É um verdadeiro problema, portanto não posterguemos o assunto.

(32) Não é um verdadeiro problema, portanto não posterguemos o assunto.

(33) Não é um verdadeiro problema, portanto posterguemos o assunto. Não falemos mais desse tema.

O sentido da palavra *problema* em (30) e (32) é de *dificuldade, questão difícil de ser resolvida*. Entende-se, então, que *postergar o assunto* significa *ter mais tempo para refletir*. Em outras palavras, (30) significa *Trata-se de uma questão delicada, portanto destinemos mais tempo a ela*.

No exemplo (32), o conector *portanto* liga dois segmentos negativos. A palavra *problema* segue tendo o mesmo sentido. Por outro lado, o segmento *não é um verdadeiro problema* significa que *não é um problema difícil* e o segmento *não posterguemos o assunto* significa que *não vale a pena usar o tempo para refletir*. Em suma, *Como o problema não é difícil, não vale a pena ocupar o tempo para refletir, podemos resolvê-lo imediatamente*.

Em (31), a palavra *problema* não significa *questão difícil*, mas *questão urgente, algo que é grave e que pode ter conseqüências muito desagradáveis*. Assim, (31) significa *é um problema grave, portanto é necessário ocupar-se imediatamente dele*. O exemplo (33), significa *não é um problema grave, portanto podemos nos ocupar dele mais tarde*. O sentido da expressão *postergar* também muda em (31) e (33), deixando de significar *ter mais tempo para refletir* e passando a significar *desconsiderar, pôr em segundo plano*.

Nesses quatro exemplos, verifica-se que o encadeamento em *portanto* permite construir sentidos um tanto diferentes para as expressões *problema* e *postergar o assunto*, sentidos que resultam da interdependência semântica entre os segmentos de cada enunciado.

Segundo Ducrot (2005b), a partir de um encadeamento argumentativo, em que consideraremos A o segmento de X e B o segmento de Y, podem ser construídos oito conjuntos de encadeamentos, com os conectores DC e PT, os quais são denominados aspectos argumentativos. Tais aspectos podem reunir-se em dois

blocos de quatro aspectos cada um. A interdependência entre A e B é a mesma dentro dos quatro aspectos do mesmo bloco. Vejamos os exemplos:

(34) É tarde, portanto Pedro deve estar em seu escritório.

(35) É tarde, no entanto Pedro não deve estar em seu escritório.

Os segmentos *é tarde* (A) e *estar em seu escritório* (B) têm o mesmo sentido em ambas frases, o que leva a dizer que os dois encadeamentos pertencem a dois aspectos do mesmo bloco semântico. O bloco é o mesmo, mas cada encadeamento pertence a um dos aspectos. O significado do segmento *estar em seu escritório* em (34) é de *deve ter chegado*. Em (35), o sentido é o mesmo, embora pareça diferente devido à negação. Para a construção do sentido o que importa é que o estado de coisas, então representado, é visto sob o prisma de sua aparição, a presença de Pedro se produz em ambos encadeamentos. Ocorre o mesmo com o segmento *é tarde*, cujo significado é *ter passado muito tempo*. O sentido de *tempo*, nos dois exemplos, é de tempo que traz o estado de coisas, é o tempo que leva Pedro ao seu escritório. Trata-se do bloco semântico *tempo que traz*. Assim, temos (34) e (35) expressando dois aspectos desse bloco.

Ainda, Ducrot (2005b) nos apresenta, em comparação ao acima descrito, a análise dos aspectos de outro bloco semântico: *tempo que leva*. É o caso dos encadeamentos (36) e (37), abaixo:

(36) É cedo, portanto Pedro não deve estar em seu escritório.

(37) É cedo, no entanto Pedro deve estar em seu escritório.

Nesses dois encadeamentos, o segmento B (*estar em seu escritório*) tem o mesmo valor que nos encadeamentos (34) e (35). Considera-se que pode ser parafraseado por *ter chegado*. O tempo também é visto como *o tempo que traz*, entretanto o emprego do advérbio *cedo* imprime o sentido de *ter passado pouco tempo*. É possível parafrasear (37) por *transcorreu pouco tempo que traz, no entanto Pedro deve ter chegado*. Dizemos então que (34), (35), (36) e (37) expressam quatro aspectos do mesmo bloco semântico. É possível, no entanto, construir-se mais quatro encadeamentos. Vejamos:

(34') É cedo, portanto Pedro deve estar em seu escritório.

(35') É cedo, no entanto Pedro não deve estar em seu escritório.

(36') É tarde, portanto Pedro não deve estar em seu escritório.

(37') É tarde, no entanto Pedro deve estar em seu escritório.

O segmento *estar em seu escritório* significa *não ter partido*. Por outro lado, o segmento *é cedo* significa *pouco tempo transcorreu*, mas nesses casos, trata-se do *tempo que leva*, que *destrói a presença de Pedro*. Assim sendo, considerando que transcorreu pouco tempo que leva, Pedro não deve ter partido. Conclui-se que o tempo de (34), (35), (36) e (37) não é o mesmo de (34'), (35'), (36') e (37') e que é possível construir oito aspectos que se agrupam em dois blocos semânticos.

Para uma melhor compreensão das análises que a teoria permite fazer, Ducrot (2005b) formaliza o bloco semântico através do quadrado argumentativo. Com os segmentos A e B podem ser construídos oito aspectos que se agrupam em dois blocos. Tal agrupamento é necessário porque os aspectos são aparentados na medida que A e B estão relacionados do mesmo modo pela sua presença no encadeamento. Assim, quatro aspectos constituem um mesmo bloco e dão conta da polifonia nesta nova fase da TAL.

A formalização do bloco semântico impõe algumas convenções. A primeira é que utiliza-se o termo CON para designar os conectores normativos, representados por DC, e transgressivos, representados por PT. Outra convenção é que se CON' designa o conector inverso, ou seja, se CON designa um conector normativo, CON' designa um conector transgressivo, e vice-versa. Uma terceira convenção dá conta de que as letras X e Y designa, respectivamente, aquilo que precede e o que segue o CON num encadeamento. Esses elementos podem conter negações, como por exemplo, X pode representar A ou NEG-A, Y pode representar B ou NEG-B.

Como dito acima, os aspectos de um bloco são aparentados, o que também significa dizer que estabelecem entre si relações de conversão, transposição e de reciprocidade, conforme o quadrado abaixo:

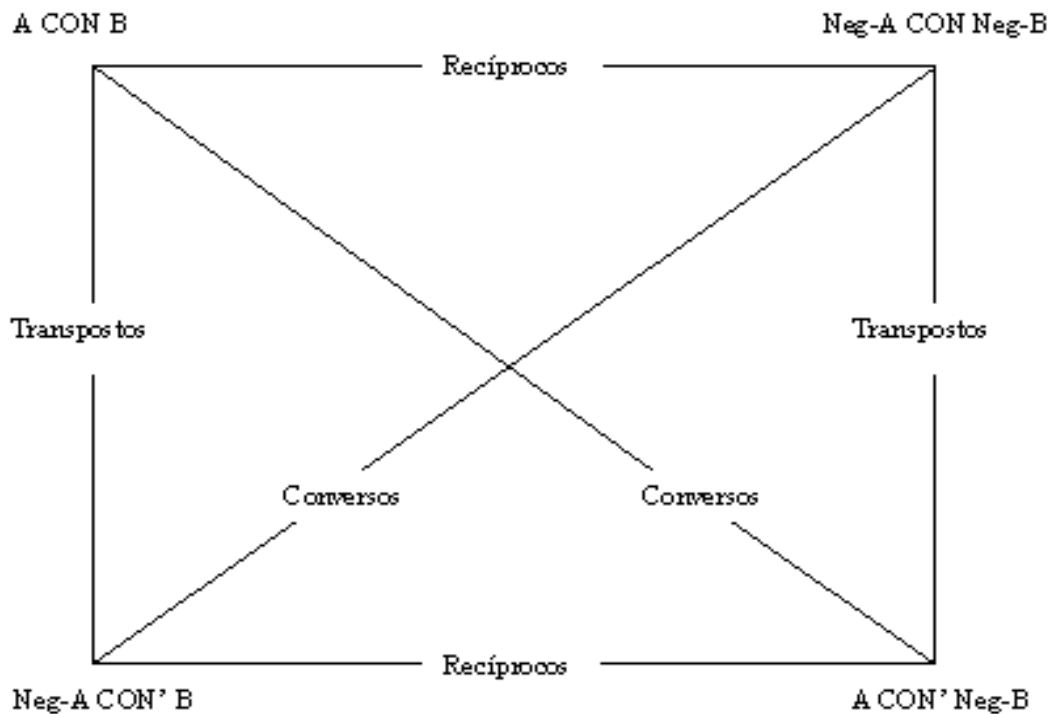


Figura 1 - Quadrado argumentativo¹⁵

Os aspectos A CON B e A CON' Neg-B, bem como os aspectos Neg-A CON' B e Neg-A CON Neg-B, de um mesmo bloco semântico são chamados de conversos. Os aspectos A CON B e Neg-A CON Neg-B, bem como os aspectos Neg-A CON' B e A CON' Neg-B, de um mesmo bloco semântico são chamados de recíprocos. Os aspectos A CON B e Neg-A CON' B, bem como Neg-A CON Neg-B e A CON' Neg-B são chamados transpostos.

Na Figura 2, estão representados os encadeamentos (34), (35), (36) e (37), relativos ao bloco semântico do *tempo que traz os acontecimentos*:

¹⁵ Fonte: Ducrot (2005b, p. 41)

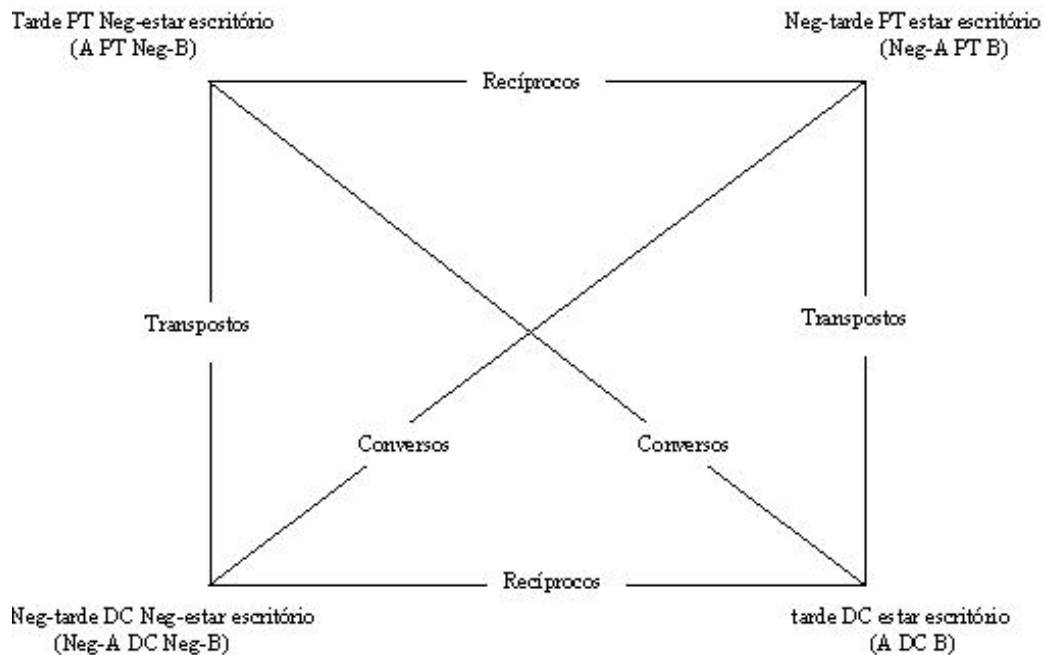


Figura 2 - Bloco Semântico₁: Tempo que traz os acontecimentos¹⁶

Referências:

A é favorável a B: o tempo que traz é favorável à presença das coisas

A= tarde

B= estar escritório

Analisando a Figura 2, vemos que os encadeamentos (34) e (36) são considerados recíprocos, assim como (35) e o (37). No primeiro caso, a relação de reciprocidade consiste em negar os termos que estão de um lado e de outro do conector, mantendo o conector - A PT Neg-B e Neg-A PT B. Na linha inferior do quadrado, a relação está entre afirmar e negar ambos os termos, mantendo o conector - Neg-A DC Neg-B e A DC B.

Entre os encadeamentos (34) e (37) há uma relação de transposição, assim como (35) e (36). Entre os dois primeiros, num aspecto ambos os termos (A e B) são positivos; no outro aspecto, o primeiro termo é negado, o segundo termo permanece positivo e há troca de conector - A DC B e Neg-A PT B. Em (35), o primeiro termo é positivo e o segundo, negativo. Ao passar para (36), o termo positivo também é negado e ocorre a troca de conector – A PT Neg-B e Neg-A DC Neg-B.

¹⁶ Fonte: Ducrot (2005b, p. 34).

A relação de conversão ocorre entre encadeamentos (34) e (35) bem como (36) e (37). Em (34) o primeiro termo é positivo e o segundo negativo. Ao passar para (35), ambos os termos tornam-se positivos e ocorre a troca de conector – A PT Neg-B e A DC B. Em (36) ambos os termos não negativos; ao passar para se construir (37), há troca de conector e somente o antecedente permanece negado - Neg-A DC Neg-B e Neg-A PT B.

Na Figura 3, estão representados os encadeamentos (34'), (35'), (36') e (37'), relativos ao bloco semântico do *tempo que leva os acontecimentos*:

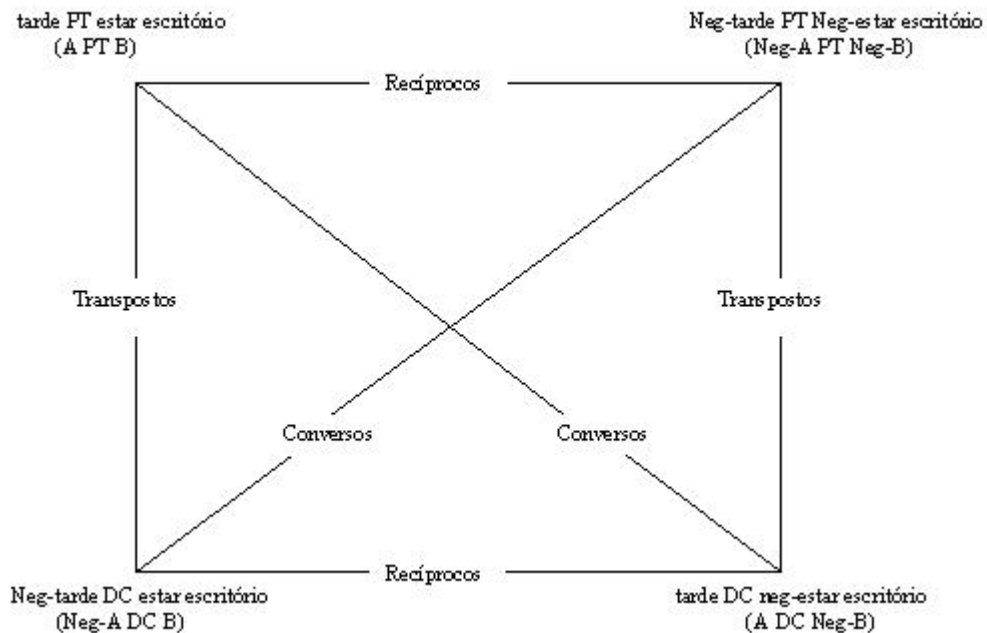


Figura 3 - Bloco Semântico₂ : Tempo que leva os acontecimentos¹⁷

Referências: A é desfavorável a B: o tempo que leva é desfavorável à presença das coisas.

A = tarde

B = estar escritório

Através da Figura 3, temos que os encadeamentos (34') e (36') são recíprocos, assim como (35') e (37'). Em (34') o termo que antecede o conector é

¹⁷ Fonte: Ducrot (2005b, p. 35).

negativo e o seguinte é positivo. Em (36'), mantém-se o conector, mas o termo antecedente é positivo e o seguinte ao conector é negativo - Neg-A DC B e A DC Neg-B. Entre os outros dois aspectos, temos em (35') ambos os termos negativos, os quais, na construção de (37') passam a positivos, mantendo o conector. - Neg-A PT Neg-B e A PT B.

Os encadeamentos (35') e (36') são transpostos, assim como (34') e (37'). Em (35'), ambos os termos são negativos e, ao passar para (36'), troca-se o conector e somente o segundo termo permanece negativo - Neg-A PT Neg-B e A DC Neg-B. Na outra transposição, um aspecto tem o primeiro segmento negativo e o segundo positivo, e o outro troca o conector e ambos os termos passam a ser positivos Neg-A DC B e A PT B.

Os encadeamentos (36') e (37') são conversos, assim como (34') e (35'). No primeiro caso, um aspecto mantém o primeiro segmento positivo e o segundo negativo; no converso, troca-se o conector e ambos os segmentos são positivos; no segundo, temos um aspecto com ambos os segmentos negativos, e no seu converso o conector é trocado, e o primeiro segmento é positivo e o segundo, negativo.

O quadrado argumentativo, segundo Ducrot (2005b) também pode ser aplicado à análise do sentido das palavras. Para exemplificar, o autor retoma o quadrado relativo ao BS₁, transcrito na figura 4. Sendo A *fácil* e B *compreender*, podemos construir o encadeamento *Mesmo que seja fácil ele não compreende* que se constitui numa paráfrase da palavra *estúpido* e corresponde ao ângulo (1). No ângulo (2), constrói-se o encadeamento *não é fácil, no entanto compreende*, que representa o significado da palavra *inteligente*. O aspecto expresso no ângulo (3) constitui o encadeamento *não é fácil, portanto não entende*, que, segundo Ducrot (Idem) pode corresponder ao significado da expressão *não-inteligente*. E no ângulo (4), situa-se o encadeamento *é fácil, portanto compreende*, correspondente ao significado da expressão *não-estúpido*.

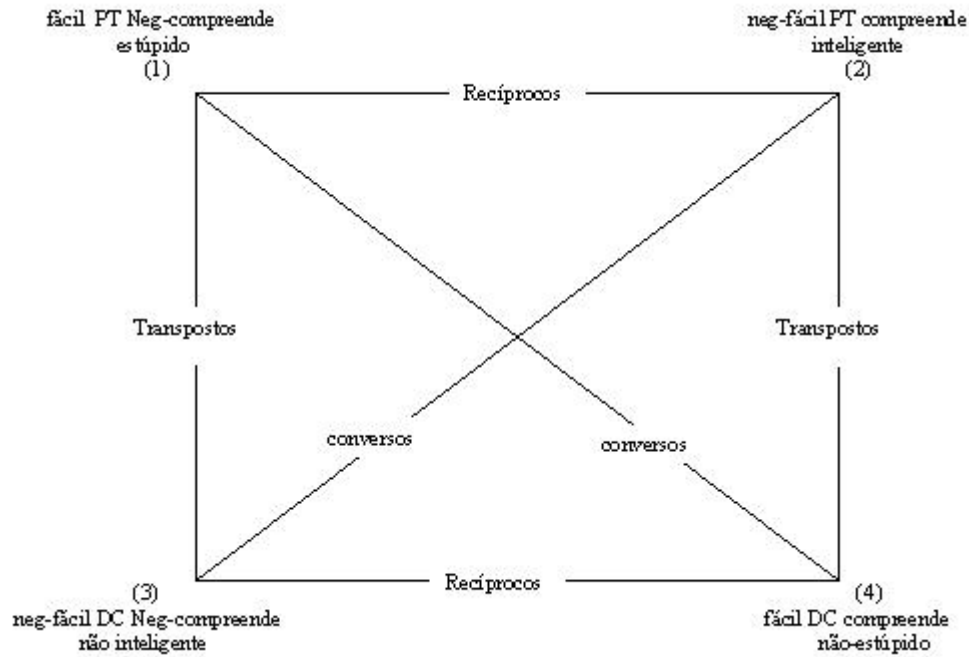


Figura 4 - Exemplo de colocação de palavras no quadrado argumentativo¹⁸

As relações discursivas entre os ângulos do quadrado, como anunciado anteriormente, são de conversão, de reciprocidade e de transposição. Pela relação de conversão, situada nas diagonais, é possível passar de (1) para (4) e vice-versa, e de (2) para (3) e vice versa. Por exemplo, se alguém diz *Pedro é estúpido* (1), outro pode contestar dizendo que *Pedro não é estúpido* (4), e vice-versa, da mesma maneira que a frase *Pedro é inteligente* (2) pode ser contestada por *Pedro não é inteligente* (3), e vice-versa. Há uma relação estreita com a negação.

Na reciprocidade, entre (1) e (2), e entre (3) e (4), observa-se uma relação entre aspectos contrários. Se se diz *Pedro é estúpido*, pode-se contestar dizendo o contrário, como *Não, pelo contrário, é inteligente*. Entre (3) e (4), pode-se exemplificar com a afirmação *Pedro não é inteligente*, ao que alguém responde *Também não é estúpido*.

Para ilustrar a transposição, entre (1) e (3), pode-se dizer *Pedro é estúpido* e em seguida *não é inteligente*. Essa relação é parafraseada por *Pedro é estúpido, em*

¹⁸ Fonte: Ducrot (2005b, p.48).

todo caso não é inteligente. A paráfrase da relação entre (2) e (4) é Pedro é inteligente, em todo caso não é estúpido.

2.4.1 Argumentação interna e argumentação externa

Neste subitem, tratamos de duas noções essenciais no quadro da TBS: argumentação interna e argumentação externa. Para Ducrot (2005c), o sentido de uma entidade são os aspectos, conjuntos de encadeamentos, que a ela estão associados, portanto essa entidade expressa esses aspectos. A associação entre palavras/enunciados e entidades semânticas pode ocorrer de maneira interna ou externa. Dizemos, então, que uma palavra ou um enunciado possui duas argumentações: uma interna (AI) e outra externa (AE).

Um aspecto é evocado por uma palavra de modo externo se essa palavra constitui um segmento do aspecto. A argumentação externa é constituída por encadeamentos que vão ou que vêm da referida palavra. Se a palavra for o primeiro segmento do encadeamento, a argumentação é externa à direita. Por exemplo, o aspecto *ter pressa DC agir rapidamente* é um aspecto externo à direita da expressão *ter pressa*, pois ele contém discursos que indicam as conseqüências de *ter pressa*. Se a palavra for o segundo segmento, a argumentação é externa à esquerda. O aspecto *estar apressado DC ter pressa* é o aspecto externo à esquerda, cujos discursos indicam a causa de *ter pressa*. A argumentação externa de uma palavra (AE) é, portanto, a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo. Se a AE à direita de uma entidade X contém o aspecto *X CONN Y*, ela contém também o aspecto converso, ou seja, *X CONN' neg-Y*. CONN' designa PT, se CONN designar DC, e vice-versa.¹⁹

¹⁹ A expressão “neg-” marca uma negação.

A dualidade estabelecida entre DC e PT não se deve à realidade do que se passa quando uma pessoa *tem pressa*, mas aos discursos que podem seguir a indicação de que a pessoa *tem pressa*. Por isso, não importa se ter pressa leva ou não alguém a agir com rapidez. À Semântica Lingüística interessa manter as duas possibilidades, e, para mantê-las, Ducrot admite como fundamental a constatação, relacionada às características do discurso, de que, querendo-se acompanhar a indicação de que *alguém tem pressa* pela indicação de que *ele foi rápido*, recorre-se ao modo em DC; para fazer seguir da indicação de *uma ação lenta*, recorre-se ao modo em PT. Quando se trata do aspecto externo à esquerda de uma palavra, isto é, da regra que precede, motivada pelo intuito geral de substituir a ordem da realidade pela ordem do discurso, aplicam-se os mesmos conceitos, mas com uma reformulação. Consideremos, então: se a AE da palavra X contém Y CONN X, ela contém também o aspecto chamado transposto, ou seja, o aspecto *neg-Y CONN' X*. Dessa forma, a AE esquerda de ter pressa comporta *ter pressa DC apressar-se*, e também *neg-ter pressa PT apressar-se*. (Idem). A AE de uma palavra pode originar argumentações tanto normativas como transgressivas.

A argumentação externa de uma palavra pode ser estrutural ou contextual. A AE é considerada estrutural quando está prevista pelo próprio sistema da língua, se constituir parte da significação lingüística da palavra. Por exemplo, os aspectos *prudente DC segurança* e *prudente PT neg-segurança* constituem parte da significação de *prudente*, uma vez que essa palavra está relacionada a *segurança* através do conector DC e a *neg-segurança* através do conector PT (cf. DUCROT, 2005c, p. 64).

A AE é considerada contextual quando depende do contexto lingüístico. Encadeamentos como *é prudente, portanto merece nossa confiança* e *é prudente, no entanto não merece nossa confiança* só podem ser associados à palavra *prudente* pelo contexto, pois a relação entre *prudente* e *confiança* não está prevista no sistema da língua, pois depende exclusivamente do contexto discursivo. Em suma, a AE é relativa aos discursos que podem preceder ou seguir o uso da palavra, que representa sua colocação em discurso.

De outro lado, a AI refere-se aos encadeamentos que parafraseiam a palavra. Assim como a AE, a AI é feita de aspectos. No entanto, como se trata de uma

paráfrase, é feita de aspectos os quais a própria palavra não pode integrar, ou seja, a própria palavra não pode ocupar o lugar de um segmento desse aspecto. No exemplo *João é prudente*, que pode ser reformulado pelo encadeamento *se há perigo, João toma precauções*, se é levado a colocar na AI de *prudente* o aspecto (a) *perigo DC precauções*. Por motivos de analogia, podemos supor que a AI de *imprudente* comporta o aspecto dito converso do anterior: (b) *perigo PT neg-precauções*. Esses exemplos apontam a diferença mais importante entre AI e AE, do ponto de vista teórico: em sua AI, uma palavra não pode comportar ao mesmo tempo um aspecto e o aspecto converso. Assim sendo, *prudente* contém em sua AI o aspecto (a) *perigo DC precauções*. A negação de *prudente*, isto é, seu aspecto converso, está contida na AI de *imprudente*: (b) *perigo PT neg-precauções*. A escolha por um aspecto ou outro, depende do emprego discursivo que queremos dar à palavra. Por exemplo, o emprego da palavra *prudente* leva a escolher o aspecto externo em DC da palavra *perigo*, excluindo-se, assim, o aspecto em PT. E, é o emprego de *imprudente* que nos leva a escolher o aspecto em PT (DUCROT, 2002). Assim, temos que uma palavra não comporta, em sua argumentação interna, dois aspectos conversos.

Porém, segundo Ducrot (2005c), na AI de uma entidade, pode haver dois aspectos recíprocos. É o caso da palavra *exame*, que contém em sua AI os aspectos *bom DC aprova* e *neg-bom DC neg-aprova*. O lingüista explica que a atribuição desses dois aspectos é possível porque a palavra *exame* contém em sua significação uma certa discriminação: um exame tem a função de aprovar os bons alunos e reprovar os maus alunos. Outro exemplo citado pelo lingüista, é a palavra *crivo*²⁰, que evoca discursos relacionados a deixar passar o que é pequeno e impedir a passagem do que é grande. Pode-se atribuir, então, a sua AI os aspectos recíprocos *fino DC passa* e *neg-fino DC neg-passa*.

A AI de uma palavra também pode ser estrutural ou contextual. A AI é estrutural quando constitui a significação da palavra prevista no sistema da língua, como por exemplo a AI da palavra *prudente*. Assim como a AE, a AI contextual de uma palavra também é definida pelo contexto discursivo em que ocorre. No enunciado *Livre é aquele que faz o que a sociedade proíbe* a AI de *livre* é *proibido*

²⁰ No original, consta a palavra *tamiz*, que quer dizer *crivo, malha*.

DC fazer, sentido que, segundo Ducrot (2005c), certamente não está na língua, e que deve ser construído provavelmente por um locutor que se opõe às proibições impostas pela sociedade.

O autor explica que não é possível atribuir uma AE e uma AI a todas as palavras da língua. Na melhor das hipóteses, isso é possível somente com as palavras chamadas *plenas*, aquelas que se caracterizam por possuírem um conteúdo e evocarem discursos. Certamente, isso é impossível com as palavras instrumentais, também chamadas de palavras gramaticais. Tais palavras caracterizam-se por não designarem nenhum elemento da realidade, seja indivíduo, ação, estado ou propriedade. A essas palavras não é possível associarmos um conjunto específico de aspectos e discursos, e seu valor semântico é definido em relação aos discursos que não são ligados a elas propriamente²¹.

2.5 A gradualidade

De acordo com Ducrot (1998b), uma das afirmações feitas com mais frequência na TAL é de “que o sentido e a significação comportam uma gradualidade inerente”. O linguista introduz a noção de gradualidade na semântica lingüística por ser importante para a descrição dos encadeamentos, considerando que cada segmento de um discurso tem um potencial argumentativo. A descrição proposta por Ducrot, nesse momento da TAL, é orientada por três critérios.

O primeiro diz que os encadeamentos são extrínsecos, isto é, o sentido resulta não somente do valor das palavras mas também das crenças parcialmente independentes da língua, como por exemplo, no encadeamento *Pedro virá, portanto Maria virá*, tendo como base a idéia de que *Maria em geral acompanha Pedro*.

O segundo critério diz que os encadeamentos são intrínsecos, e que o sentido resulta do valor lexical das palavras utilizadas: “trata-se de encadeamentos que a palavra, por si mesma, evoca, quaisquer que sejam o contexto e a situação em que

²¹ Sobre as palavras plenas e instrumentais falaremos no Capítulo 3 – Os operadores.

ela seja utilizada”. O autor considera intrínsecos encadeamentos do tipo *Trabalhou, portanto/no entanto não/ se cansou*, uma vez que, em sua opinião, entende que não é possível explicitar a significação da palavra *trabalho* sem referir-se a discursos deste tipo. Outro diferencial dos intrínsecos, introduzido por M. Carel, é a separação entre encadeamentos conclusivos (também chamados de normativos), articulados por um conector do tipo *donc*, dos exceptivos (atualmente chamados de transgressivos), articulados por um conector do tipo *pourtant*.

O terceiro critério refere-se ainda aos encadeamentos intrínsecos, mas tange à distinção entre os encadeamentos evocados por uma palavra. Um encadeamento é intrínseco externo quando evocado por uma palavra sendo que esta palavra compõe dito encadeamento, como por exemplo, o emprego da palavra *valente*, em *Fulano foi valente, e por isso merece estima*, e *Fulano foi valente, no entanto eu o desprezo*. Pode-se encadear uma argumentação normativa, como no primeiro exemplo, se o locutor pretender fazer um elogio; se pretender uma crítica, pode-se encadear uma argumentação exceptiva, como na segunda frase. Ducrot (1998b) explica que, para tornar claro o valor semântico de uma palavra, é preciso descrevê-la através de empregos prototípicos aos quais ela é suscetível. Por outro lado, um encadeamento é intrínseco interno quando evocado pela palavra, sendo que o encadeamento é uma espécie de paráfrase desta palavra. O sentido da palavra *valente*, por exemplo, pode ser descrito através do encadeamento interno exceptivo *há perigo, no entanto não recuará*. Do mesmo modo, pode-se descrever o sentido de *covarde*, construindo o encadeamento interno normativo *há perigo, portanto recuará*.

Voltando à questão da gradualidade, Ducrot (1998b) entende que os encadeamentos constitutivos do sentido são graduais, e que os conectores, *donc* e *pourtant*, podem ser mais ou menos fortes. A coexistência de ambos permite que um discurso *A donc C* seja contestado por *A portanto neg-C*, tendo como ponto de partida um mesmo princípio argumentativo. No entanto, a seqüência *A portanto neg-C* não questiona a relação entre A e C, o que parece apontar para graus na relação conclusiva. Se no encadeamento *X foi valente, e portanto merece que o estimemos* substituirmos o primeiro segmento por *X teve um valor surpreendente*, notaremos que a substituição aumenta a força do conector *portanto*, fazendo a relação entre o

valor de X e a estima que lhe devemos tornar-se mais necessária. Verifica-se o mesmo quanto à exceptividade. O encadeamento *X teve um valor surpreendente, no entanto eu o desprezo* é mais forte que *X foi valente*, e também menos forte e menos surpreendente que o segmento *demonstrou certo valor*. Neste exemplo, a força ocorreu sobre argumentações externas, evocadas pela palavra *valor*, no entanto o mesmo pode ocorrer com argumentações internas. É o caso da palavra *valente*, cujo sentido pode ser descrito pelo encadeamento *havia perigo, no entanto não recuou*. É possível aumentar a força da exceptividade enfatizando a importância do perigo, substituindo o primeiro segmento por *havia perigo de morte*, ou ainda, enfatizando a maneira como X resistiu ao perigo: *não retrocedeu absolutamente*. Como se observa, a gradualidade semântica da palavra reflete-se nos discursos evocados por ela. Por outro lado, a gradualidade dos encadeamentos é transmitida à noção que os evoca.

De acordo com o lingüista, qualquer palavra do léxico pode ser determinada por outra, que venha a reforçar ou contrariar os discursos evocados pela palavra. Esses vocábulos determinantes são os modificadores, dos quais tratamos no próximo item.

Em Ducrot (2005d), fase recente da Teoria da Argumentação na Língua – a Teoria dos Blocos Semânticos – a definição geral de gradualidade é apresentada da seguinte forma: uma expressão *M*, do tipo *muito*, aplicada a uma palavra *e*, que representa o adjetivo *inteligente*, aumenta a força da qualificação atribuída pelo adjetivo. Isto é, *M-e* qualifica a pessoa da qual se fala da mesma maneira que a expressão *e*, no entanto com mais força. Há também expressões como *UP* (um pouco) que aplicadas a uma palavra tornam a qualificação menos forte. Em outras palavras, *UP-e* é menos forte que *e*. Por exemplo, dizer que alguém é *relativamente inteligente* é dizer que sua inteligência não é muito importante.

O autor contesta a noção de quantidade porque ela retoma a idéia de grau em termos de propriedades extralingüísticas. Dizer que uma pessoa é *inteligente* equivaleria a dizer que ela tem um certo grau de qualidade intelectual; e *muito inteligente* a dizer que ela tem um grau superior dessa propriedade. No entanto, essa descrição não é aceitável no marco da TBS. A descrição do sentido de *M-e* e

UP-e deve, sim, mostrar que essas expressões contêm conjuntos de discursos argumentativos definidos a partir de *X* e de *Y* da *AI* de *e*.

Ducrot (2005d) também observa que as palavras do tipo *M* surtem efeitos diferentes, de acordo com a argumentação interna das palavras às quais se aplicam. Se a palavra *e* for normativa, isto é, contiver em sua *AI* o aspecto *X DC Y*, a *AI* de *M-e* será do tipo *UP-X DC Y*. Em *prudente (e)*, a *AI* é *perigo DC precaução*. Uma forma de mostrar que alguém é *prudente ao extremo* é dizer que esta pessoa não necessita estar diante de um grande perigo para tomar precauções, basta haver um pouco de perigo para que ela se precavenha. Assim, teremos na *AI* de *muito prudente (M-e)*, o aspecto *um pouco de perigo DC precaução (UP-X DC Y)*. Desta forma, o reforço de *e* está na diminuição da força de *X (perigo)*. Há outra maneira de dizer que alguém é *muito prudente*: não modificar *X* e aumentar a força de *Y* através de uma expressão *M*. Assim, *quando há perigo, ele toma enormes precauções*. É possível também manter as duas opções no mesmo encadeamento: *existe um pouco de perigo DC ele toma enormes precauções*.

De outro lado, se a palavra *e* contiver uma argumentação transgressiva, *X PT Y*, a *AI* de *M-e* pode ser do tipo *M-X PT Y*. O autor exemplifica essa proposição com a palavra *inteligente*, cuja *AI* é *difícil PT compreende*. Uma maneira de descrever a *AI* de *muito inteligente* é reforçando a palavra *difícil*: *muito difícil PT compreende*. Para Ducrot, a vantagem dessas descrições discursivas é que elas nos permitem perceber que as palavras em *DC* e as palavras em *PT* se comportam de maneiras distintas quando são modificadas por uma expressão do tipo *M*.

Outro exemplo abordado pelo lingüista, é o do verbo *lavar*, cuja *AI*, em *PT* é *sujo em t₀ PT neg-sujo em t₁*. Não é possível, nessa descrição, empregar a palavra *muito* (*muito lavar*), mas é admissível a idéia de *fazer uma lavagem intensa*, a qual pode ser descrita a partir do reforço do primeiro termo da *AI*: *muito sujo em t₀ PT neg-sujo em t₁*. Quanto mais se insiste na força da sujeira da roupa num determinado momento, mais intensa é a lavagem.

A descrição geral de gradualidade, apresentada por Ducrot (2005d), não parece, segundo o autor, ser aplicável ao estudo do efeito de expressões do tipo *M* aplicadas às palavras paradoxais. O exemplo analisado pelo autor é o da palavra

masoquista, cuja AI é *sofrimento DC satisfação*. A descrição de *muito masoquista* deveria ser *sofre um pouco DC está contente*. Tal encadeamento soa estranho uma vez que contém a idéia de que alguém está contente quando sofre pouco. Mas a descrição que se pretende é a contrária, é a de que há contentamento quando se sofre muito, expressa pelo encadeamento *sofre muito DC está contente*.

O autor também analisa o efeito da expressão *demasiado* aplicada aos adjetivos. Nos estudos realizados antes do surgimento da TBS, Ducrot e Anscombe acreditavam que ao reforçar uma expressão reforçavam-se também as conclusões extraídas a partir de seu emprego. Mas não era o que ocorria com *demasiado prudente*. Do adjetivo *prudente* extrai-se uma conclusão favorável, na direção de uma qualidade, enquanto que de *demasiado prudente*, extrai-se uma conclusão desfavorável, na direção de um defeito. Nesse momento da TAL, a explicação para estes casos ocorria em termos de AE. Com a TBS, inclui-se a análise das AI destas expressões, o que fez aparecer uma diferença que vai além do grau.

No caso das palavras favoráveis normativas, a aplicação do termo *demasiado* permite construir uma AI transposta da AI da palavra à qual se aplica o termo. Por exemplo:

Prudente: perigo DC precaução (X DC Y)

Demasiado prudente: neg-perigo PT precaução (Neg-X PT Y)

Como vemos, *demasiado* faz passar de X DC Y para Neg-X PT Y, o que nos faz deparar com a AI da palavra *medroso*, que significa excesso de prudência.

Outro exemplo é o da palavra *econômico*, cuja AI é *neg-útil DC neg comprar*. Alguém *econômico* é aquele que não compra o que considera desnecessário ou supérfluo. O termo *demasiado econômico* apresenta a AI transposta de econômico: *neg-neg-útil PT neg-compra* (útil PT neg-compra). Esta argumentação está contida na palavra *avarento*.

Para a análise dos termos desfavoráveis normativos, a regra do aspecto transposto nem sempre se aplica. Assim sendo, é necessário buscar na AE apoio para descrever adequadamente o efeito de *demasiado* sobre as expressões

desfavoráveis em DC, o que permite antever duas possibilidades. A primeira é que *demasiado X* tem uma AE que inclui somente a AE em DC de X. Por exemplo, o sintagma *pouco inteligente*, considerado desfavorável, tem em sua AI o aspecto *difícil DC neg-compreende*, e em sua AE os aspectos:

Pouco inteligente DC neg-agradável de freqüentar/neg-interessante

Pouco inteligente PT agradável de freqüentar/interessante

Poder-se-ia dizer que *demasiado pouco inteligente* suprime a AE em PT e que o único encadeamento possível é em DC. Mas o autor entende que essa solução não é apropriada, uma vez que se pode introduzir PT após a palavra *demasiado*, como em *Pedro é demasiado pouco inteligente, no entanto é sempre um prazer encontrar-me com ele*.

Ducrot (2005d) entende que é possível explicar o efeito de *demasiado* sobre algumas palavras, e também sua influência nas conclusões, por meio da noção de *internalizador*. A noção de internalizador e de modificador será exposta com maior detalhamento no Capítulo 3 – Os Operadores.

3 OS OPERADORES

Em seu artigo *Os internalizadores*, publicado na revista *Letras de Hoje*, v. 37, em 2002, Oswald Ducrot utiliza a noção de *internalizador* para estabelecer uma classificação semântica das palavras da língua. Por tratar de palavras, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) está relacionada com a microssemântica, mas ao mesmo tempo integra uma macrossemântica, na medida em que admite o discurso como constitutivo na descrição semântica de qualquer expressão.

Na TBS, são mantidos e reiterados alguns preceitos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), principalmente no que se refere ao discurso como doador de sentido. Em obra mais recente, o autor diz:

Para M. Carel, o sentido de uma unidade lingüística consiste ou em evocar um conjunto de discursos (sejam argumentações internas (AI) ou externas (AE)) ou, se se tratar de uma unidade com função puramente combinatória, em modificar os conjuntos de discursos que se associam a outras unidades. Consideramos, portanto, que somente o discurso é doador de sentido. (DUCROT, 2005e, p. 165).

A TBS limita o conjunto de discursos doadores de sentido aos encadeamentos argumentativos, que são seqüências de duas proposições ligadas por um conector. Os conectores que têm a função de construir um encadeamento argumentativo são do tipo geral de *donc* (portanto), que constituem encadeamentos do tipo normativo, e do tipo de *pourtant*²² (no entanto), que constituem encadeamentos do tipo transgressivo.

Como exemplo de encadeamentos argumentativos normativos, temos:

(38') João está com pressa de chegar, portanto ele corre.

²² O conector *donc*, do francês, será abreviado como DC; igualmente, o conector *pourtant* como PT.

(38'') Se João está com pressa de chegar, então ele corre.

(38''') João corre porque está com pressa de chegar.

O aspecto argumentativo (normativo) desses encadeamentos pode ser representado por *ter pressa DC agir rapidamente*.

Como exemplos de encadeamentos argumentativos transgressivos, temos:

(39') João tem pressa de chegar, no entanto não corre.

(39'') Ao mesmo tempo que ele tem pressa de chegar, João não corre.

(39''') Embora tenha pressa de chegar, João não corre.

O aspecto argumentativo transgressivo desses encadeamentos pode ser representado por *ter pressa PT neg-agir rapidamente*.

Ducrot (2005e) propõe uma classificação semântica do léxico em dois grandes grupos: as palavras plenas e as palavras gramaticais (também chamadas ferramentas). As palavras plenas, tais como *prudente*, *imprudente*, entre outras, são aquelas às quais podemos atribuir uma AI e uma AE. As palavras instrumentais são aquelas às quais não podemos associar um conjunto específico de aspectos e de discursos.

As palavras gramaticais são classificadas em conectores, articuladores e operadores. Os conectores, análogos a *donc* e *pourtant* em francês, servem para construir discursos doadores de sentido, que são os encadeamentos argumentativos (como vimos nos exemplos (38) e seguintes). Os articuladores, como o *mas*, servem para comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem. Os operadores, dos quais trataremos nesse capítulo, subdividem-se em modificadores e internalizadores.

Segundo Ducrot (2005e), operador é uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido é constituído de aspectos que contém somente as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X. Os operadores têm a função de reorganizar os constituintes semânticos de X. Em alguns empregos,

eles possuem uma AI e uma AE, e representam o papel das palavras plenas. Em outros, alguns operadores não têm nem AI, nem AE, como é o caso dos diferentes tipos de negação, que veremos mais adiante.

Definida a noção de operador, passamos a falar sobre os modificadores – realizantes e desrealizantes –, na seção 3.1, sob o enfoque da Teoria dos *Topoi* e sob o enfoque da TBS; na seção 3.2, tratamos dos internalizadores, somente sob o enfoque da TBS, uma vez que eles não foram estudados sob o enfoque da Teoria dos *Topoi*; e, finalmente, na seção 3.3, apresentamos os modificadores sobre-realizantes, apenas sob o enfoque da Teoria dos *Topoi*, porque não foram ainda estudados à luz da TBS.

3.1 Os modificadores realizantes e desrealizantes

Nesta subseção, tratamos da noção de modificador, iniciando pela concepção de modificador apresentada na Teoria dos *Topoi*, e por último, acrescentando as noções apresentadas pela Teoria dos Blocos Semânticos.

Após a introdução da noção de *topoi intrínsecos* na Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot (1998a) passa a considerar duas hipóteses em seus estudos sobre a argumentação. A primeira diz que as palavras com conteúdo lexical (verbos e substantivos) são como feixes de *topoi*. Isso significa que, ao aplicar-se essas palavras a um objeto, evocam-se certos tipos de discursos possíveis em relação a esse objeto. Uma segunda hipótese diz que os *topoi* podem aplicar-se com mais ou menos força: alguns encadeamentos discursivos podem ser mais ou menos necessários que outros para legitimar a aplicação que se faz de determinadas palavras.

Vista dessa forma, a significação da palavra, constituída de *topoi*, carrega em si mesma um tipo de gradualidade. Ou seja, as palavras têm, segundo sua semântica própria, graus de aplicabilidade diferentes. Ducrot separa as palavras que

conteriam esse grau de aplicabilidade em dois grupos: o grupo dos predicados - substantivos e verbos -, e o grupo dos modificadores - adjetivos e advérbios - que determinam os predicados. Seu estudo detém-se unicamente nos modificadores “que explicitam caracteres cuja presença diminui ou aumenta a aplicabilidade de um predicado, isto é, [...] a força com a qual se aplicam, a propósito de um objeto ou de uma situação, os *topoi* que constituem sua significação” (DUCROT, 1998a, p. 48). Há dois tipos de modificadores: os realizantes (MR) são aqueles que aumentam, e os desrealizantes (MD) são os que diminuem a força da aplicação do *topos*.

Quanto à gradualidade, o estudo de Ducrot não se restringe aos comparativos. A noção com que trabalha é metalingüística e pode aplicar-se, inclusive, a palavras que não sejam traduzidas por meio de comparativos. Nem sempre o comparativo *mais* expressa a idéia de *mais*. Ele pode ser interpretado sem evocar o aspecto gradual. No caso dos verbos *avançar* ou *correr*, por exemplo, sempre se atribui a gradualidade a circunstâncias particulares. *Correr mais* significa *correr mais rápido*, ou *por mais tempo*. Ao aplicarmos o comparativo *mais* ao verbo *avançar* (*X avançou mais que Y*), observa-se que a gradualidade não está situada na palavra *avançar*, mas no espaço percorrido (*X percorreu uma distância maior*). A noção de avanço apresenta-se como a convocação de princípios graduais; introduz-se a gradualidade na noção de avanço como característica intrínseca.

Para Ducrot (1998a), uma palavra lexical Y é MD em relação a um predicado X somente se o sintagma XY não for sentido como contraditório e se tiver uma orientação argumentativa inversa, ou uma força argumentativa inferior à de X. Caso contrário, isto é, se XY tiver uma força argumentativa superior à de X e a mesma orientação, Y é um MR.

Um modificador realizante (MR) pode ser identificado se for possível enunciar, sem intenção argumentativa particular, uma oração do tipo *X, e inclusive XY*. É o caso da seguinte frase:

@ Pedro é um parente, e inclusive (um parente) próximo.

Por outro lado, um modificador desrealizante (MD) pode ser identificado se houver possibilidade de enunciar *X, mas XY*, sem ter razão argumentativa precisa

para opor X a XY. A, *mas B* supõe uma conclusão determinada apoiada por A. Raccach (1990a, *apud* Ducrot, 1998a), apresenta uma descrição de *mas* que não supõe a existência de uma conclusão determinada. O símbolo @ indica a possibilidade de oposição imediata entre X e XY, independente de conclusão precisa, diante do encadeamento X, *mas* XY:

(40) @ Pedro é um parente, mas (um parente) distante.

O uso do *mas*, nessa frase, independe da conclusão de proximidade para a qual orienta a palavra *parente*. O mesmo ocorre com (41):

(41) @ Existe um problema, mas fácil.

Nesse caso, *fácil* desrealiza *problema*. A conclusão de dificuldade para a qual orienta a palavra *problema* tem sua força diminuída pelo adjetivo *fácil*. O símbolo # indica a necessidade de imaginar argumentação a favor de uma terceira proposição para compreender o encadeamento X, *mas* XY:

(42) # Pedro é um parente, mas (um parente) próximo.

Para compreender (42), é necessário imaginar uma situação enunciativa mais complexa, a favor de uma terceira proposição para se compreender que o adjetivo *próximo* esteja desrealizando o substantivo *parente*.

Considerando a função sintática dos adjetivos, os modificadores desrealizantes subdividem-se em inversores e atenuadores. O lingüista explica que “Em francês, quando a função sintática do adjetivo desrealizante é a de predicativo, sempre se produz uma inversão.”(DUCROT, 1998a, p. 55). Vejamos o exemplo:

(43) A mudança em Paris é lenta, não ficarás desorientado.

Em (43), *lenta* tem a função de predicativo. Segundo a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), o adjetivo *lenta* está dado como o objeto da enunciação, portanto, o locutor se identifica com o ponto de vista em que a qualificação é apresentada. Para ser atenuador, o MD deve ter a função de adjunto adnominal, como em (44):

(44) Houve lentas mudanças em Paris, talvez fique desorientado.

Nesse caso, *lentas* tem a função de adjunto adnominal, é uma expressão parentética, e não é o propósito da enunciação. De acordo com a TAL, o locutor declara concordar com o ponto de vista apresentado pela qualificação, o que não implica tê-la como já conhecida ou admitida pelo alocutário.

Ducrot ressalta que, ao contrário dos MD, os MR não introduzem inversão, qualquer que seja a função sintática. Chega-se ao mesmo tipo de conclusão a partir de *Houve rápidas mudanças* e de *As mudanças foram rápidas*. Os MR não são sensíveis, no que tange à orientação argumentativa, à oposição entre as funções de predicativo e de adjunto adnominal.

Quanto aos advérbios, os estudos revelam que não há uma oposição funcional gramatical, análoga às funções de predicativo e de adjunto adnominal. Isso dificulta a caracterização dos advérbios como atenuadores ou inversores. C. de Cortanze (*apud* DUCROT, 1998a) aponta algumas regularidades observadas no emprego dos advérbios. Quando o MD está intercalado no enunciado, produz uma inversão:

(45) Foi lentamente que Paris mudou, tu não ficarás desorientado.

Uma conclusão positiva é possível invertendo-se o *topos*, supondo que a *mudança* impede a desorientação. No caso de o advérbio preceder o verbo, o MD tende a desempenhar o papel de atenuador, e a não provocar inversão:

E, se o advérbio estiver posposto, pode-se conceber uma conclusão positiva ou negativa. Dependendo da entonação, o MD pode ter a função de inversor:

(46) Paris mudou lentamente, tu corres o risco de ficar desorientado.

Segundo Ducrot (1998a), os estudos sobre os advérbios corroboram os estudos sobre o adjetivo, uma vez que apontam algumas semelhanças entre essas duas classes. Se a indicação dada pelo MD é apresentada como objeto da enunciação, desde o momento em que o locutor se responsabiliza pela indicação e faz dela o propósito de sua fala, essa indicação produz um efeito de inversão. Por

outro lado, se a indicação aparece como um acessório, separado da intenção da enunciação, não faz mais do que atenuar, mantendo a orientação intrínseca do predicado.

Dessa forma, corrobora-se também o uso do teste do *mas* para explicar o comportamento dos modificadores desrealizantes. Numa estrutura *X mas Y*, X e Y devem ir em sentidos opostos. Se Y é um modificador de X, *mas* exige que Y seja inversor, como no enunciado *A situação mudou, mas lentamente*. O verbo *mudou* orienta para *rapidamente*. Com o uso do *mas*, essa orientação se inverte para *lentamente*, e é com este ponto de vista que o locutor concorda. Para ser somente atenuador, o *mas* seria um tanto estranho como no enunciado *A situação mudou, mas um pouco*, diante do qual seria necessário usar um #. Do ponto de vista dos MD, as expressões *pouco* e *um pouco* são consideradas ocorrências de um mesmo morfema abstrato com valor desrealizante. Esse morfema é suscetível de manifestações morfológicas diferentes: uma forma em que é propósito e é inversor, e outra em que não se constitui propósito e é atenuador. Por isso, o autor dá o mesmo valor de desrealizante inversor a *Paris mudou pouco* e a *A mudança de Paris foi lenta*. E o mesmo valor de desrealizante atenuador a *Paris mudou um pouco* e a *Paris experimentou uma lenta mudança*.

Ducrot também analisa a expressão avaliativa *não mais do que*, a qual pode ser considerada um MD. No entanto, deve se combinar no enunciado com uma palavra que tenha valor de MD, tenha ou não a função de inversor. Usa-se o *não mais do que* para refutar uma informação precedente. Em (47), observa-se que a referida expressão orienta para a conclusão de que *100 francos é barato* e restringe os encadeamentos.

(47) Isso não custa mais do que 100 francos.

Na frase abaixo, a expressão *100 francos* tanto pode orientar para o barato quanto para o caro:

(48) Isso custa 100 francos.

Custar está orientado intrinsecamente para o *caro*. A frase (48) deve ser enunciada em um contexto em que 100 francos é visto como preço barato,

desrealizando a palavra *custar* (se 100 francos é preço alto, a ironia consistirá em apresentá-lo como barato). A introdução de *não mais do que* orienta para conclusões relacionadas a *barato*.

Outra forma de desrealização é a datação dos acontecimentos, de cujos exemplos tomaremos apenas os relativos a *cedo* e *tarde*. Os MD e os MR são expressões que atenuam ou reforçam a realidade do acontecimento: a data de um acontecimento o torna mais ou menos dependente do predicado mediante o qual se representa. Conforme a situação de discurso um modificador quantitativo pode ser realizante ou desrealizante. É o que ocorre com as datas. Nos predicados de acontecimentos, *cedo* é MR e *tarde* é MD:

(49) Pedro chegou, mas cedo.

(50) Pedro chegou, mas tarde.

Para o desrealizante *tarde*, Ducrot aponta duas possibilidades de explicação. Uma explicação lógica, baseada numa lógica temporal elementar. O fato de que um acontecimento se produz tarde reduz, a priori, o lapso durante o qual seus efeitos podem existir. E uma explicação lingüística, em que ver uma data como *tarde* é ver o acontecimento datado como distante e, por isso, ausente.

O que vimos até aqui, refere-se ao estudo dos modificadores com base na Teoria dos Topoi, que, juntamente com a Teoria da Polifonia, compreende a segunda forma da Teoria da Argumentação na Língua. Passamos a expor, agora, a noção de modificadores, reformulada na Teoria dos Blocos Semânticos, sob o conceito de operador.

Ao estudar os modificadores à luz da TBS, Ducrot retoma a noção de modificadores introduzida na Teoria dos *Topoi*, segunda forma da TAL. Nessa forma, o modificador era um termo Y que, aplicado a um termo X, tinha por efeito modificar as argumentações normativas cujo X era o ponto de partida, mas somente reforçando-as ou contrariando-as. O termo Y modificava somente as formas tópicas que constituíam o sentido de X, sem introduzir um *topos* novo. Pela TBS, uma palavra gramatical Y é *modificador* em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é constituída somente pelas palavras plenas contidas na AI de X. Isso significa

que Y não introduz nenhuma entidade nova plena nos aspectos que constituem a AI de X. O modificador apenas reorganiza-as, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação. Esse caso pode ser exemplificado pelo emprego dos modificadores desrealizantes inversores, como *fácil* em relação a *problema*, ou *distante*, em relação a *parente*. Ambos os termos funcionam como negações atenuadas e atribuem a XY uma AI conversa da AI de X. Assim, o sintagma *pouco prudente* tem a mesma AI atribuída a *imprudente*: *perigo PT neg-precaução*. E, se colocarmos na AI da palavra *problema* o aspecto *esforço PT neg-compreensão*, o sintagma *problema fácil* terá como AI o aspecto converso da AI de X: *esforço DC compreensão* (basta fazer esforço para compreender).

Observamos que o conceito de modificador agora passa a ser descrito em relação aos aspectos que reorganizam o sentido de uma palavra, e não mais em relação às formas tópicas. Mantém-se, no entanto, a característica da gradualidade, noção da qual tratamos na seção 2.5.

Outra questão a ser tratada no âmbito dos modificadores, é o efeito semântico produzido pela negação numa frase. Ducrot (2005e) explica que a negação é um fenômeno que pode ser expresso por várias formas lingüísticas, não somente pela palavra *não*. Por exemplo, dizendo que *Pedro é pouco prudente* nega-se a prudência de Pedro, através da palavra *pouco*, cujo sentido atua negativamente sobre o sentido de *prudência*. A descrição do sentido de uma expressão *não-e* deve ser feita a partir da descrição de sua AI e sua AE. *Não-e* tem em sua AE os aspectos recíprocos dos aspectos da AE de *e*. Na AE da palavra *prudente*, temos os aspectos *prudente DC segurança* e *prudente PT neg-segurança*. Consideramos os aspectos recíprocos para descrever, então, a palavra *imprudente*: *neg-prudente DC neg-segurança* e *neg-prudente PT segurança*. A partir desses aspectos, podemos construir os encadeamentos *Pedro é prudente portanto não sofrerá acidentes* e *Pedro é imprudente (neg-prudente) portanto sofrerá acidentes*. E também: *Pedro é prudente no entanto poderá sofrer acidentes* e *Pedro é imprudente (neg-prudente) no entanto não sofrerá acidentes*. Considerando as possibilidades de relação entre os aspectos no quadrado argumentativo, temos a afirmação de *prudente* como o aspecto *X DC Y* e a negação com o aspecto *neg-X DC neg-Y*.

Considerando, agora, a descrição a partir da AI, teremos na AI de *não-e* os aspectos conversos dos aspectos que constituem a AI de *e*. Por exemplo, a AI de *prudente* (*e*) contém o aspecto *perigo DC precaução*. Conforme a regra, a AI de *imprudente* (*não-e*) é *perigo PT neg-precaução*. Considerando o quadrado argumentativo, temos que o converso de $X DC Y$ é $X PT neg-Y$.

Essa regra de negação das AI não se aplica a expressões e palavras paradoxais, uma vez que não é possível transformar o aspecto da AI em seu converso. Por exemplo, a palavra *masoquista* (*e*) tem em sua AI o aspecto *sofrimento DC satisfação*. Por sua vez, *não-masoquista* (*não-e*) contém em sua AI o aspecto *sofrimento DC neg-satisfação*. A regra geral é que no aspecto converso o conector tem que mudar, mas com a palavra *masoquista* isso não acontece, pois o conector permanece o mesmo. Portanto, a negação das palavras paradoxais é uma exceção à regra da negação.

Ducrot (2005) também explica que a regra da negação pode ser um critério para atribuímos a AI às palavras. Dentre várias AI possíveis, a mais adequada é aquela que permite verificar a lei da negação. O autor exemplifica com a análise do sentido do verbo *lavar*. Sua AI é expressa pelo aspecto *sujo em t_0 PT neg-sujo em T_1* . Para *neg-lavar*, teremos a AI *sujo em t_0 DC neg-neg-sujo em t_1* , aspecto que constitui a AI da palavra *sujo*. Observamos que a dupla negação, no segmento aporte do aspecto produz um segmento equivalente a *sujo em t_1* . Se uma roupa está suja em um momento t_0 e ninguém a lava, ela continua suja no momento seguinte t_1 .

Ressaltamos que, para o presente trabalho, a lei da negação permitirá, através da hipótese da negação, sobre a qual tratamos no Capítulo 4, tomar decisões em relação à AI das palavras. E, além disso, a negação produz efeitos de sentido, no discurso, na função de modificador desrealizante inversor.

3.2 Os internalizadores

A outra subclasse de operadores é a dos internalizadores. O internalizador permite integrar à AI de XY palavras plenas relacionadas à AE de X , garantindo

assim uma espécie de passagem entre AE e a AI. Essa eventual passagem permite ver uma relação entre os dois modos de argumentação, respeitando sua dualidade. Dessa forma, se um aspecto em DC pertence à AE de uma expressão, o aspecto converso em PT lhe pertence também, e inversamente. Como esses dois aspectos não podem ser simultâneos na AI de uma mesma palavra, deve haver uma seleção e o internalizador assumirá ou o aspecto em DC ou o aspecto em PT. A função de assumir um ou outro aspecto impõe uma dualidade entre *internalizadores transgressivos*, que só conservam o aspecto em PT e os *internalizadores normativos*, que só conservam o aspecto em DC.

Ao tratar dos internalizadores transgressivos, Ducrot segue a reflexão iniciada por Anscombe (1995) sobre o verbo *procurar*. Anscombe (*apud* Ducrot, 2002, 2005e) propõe que na semântica desse verbo está também a idéia de *encontrar*.

Certamente a língua não obriga em nada a admitir que quem procura encontra sempre, mas para que ela autorize a qualificar como procura uma atividade qualquer, ela impõe que se atribua a quem procura a intenção de encontrar. Se não, trata-se somente de uma procura simulada. Anscombe dá conta desse fato ao declarar intrínseco à palavra procurar um *topos* do tipo *Quanto mais se procura, mais se encontra*. (DUCROT, 2002, p. 14-15).

Analisando a modificação produzida pela expressão *em vão* ao ser aplicada ao verbo *procurar*, percebe-se que ela inibe a ação do *topos* e Anscombe propõe classificá-la entre os operadores que Ducrot (1995) chama de modificadores desrealizantes. Pela TBS, o termo *em vão* produz uma internalização transgressiva, pois traz para dentro da AI de XY um aspecto da AE de X, e que é o aspecto converso de *procurar*: *procurar PT neg-encontrar*.

A relação entre *em vão* e o verbo *procurar* pode estender-se a toda uma classe de verbos chamados verbos de ação, os quais indicam uma atividade orientada para a obtenção de um resultado sem implicar que esse resultado foi obtido. São exemplos de verbos de ação: *olhar*, cujo resultado esperado é *ver*; *chamar ao telefone*, cujo resultado é *obter comunicação*; *bater à porta* cujo resultado é *obter autorização para entrar*. Assim como em *procurar*, na AE desses verbos há

dois aspectos: A (verbo de ação) DC R (resultado) e A PT neg-R. Em todos esses casos, as expressões *em vão* ou *sem sucesso* são internalizadores transgressivos do verbo. Por exemplo, *bater à porta em vão* possui em sua AI o aspecto transgressivo: *bater à porta PT neg-autorização para entrar*.

O lingüista apresenta também outros exemplos. A expressão *com prejuízo*, no sintagma *vender com prejuízo*, empregada no discurso comercial, em que *venda* orienta para o lucro, exprime duas AE: *vender DC ganhar* e *vender PT neg-ganhar*. A idéia de *venda com prejuízo* é expressa por encadeamentos relacionados com o segundo aspecto, que é transgressivo. Sendo assim, coloca-se esse aspecto na AI da expressão *vender com prejuízo*.

Outro exemplo refere-se à expressão *ter pressa*. Como dito anteriormente, na AE dessa expressão estão os dois aspectos conversos: *ter pressa DC agir rapidamente* e *ter pressa PT neg-agir rapidamente*, o que constitui uma internalização transgressiva à direita. Há também internalizadores transgressivos à esquerda: “entre dois aspectos transpostos, um transgressivo, o outro normativo, contidos na AE de uma palavra e da qual essa palavra é o segundo segmento, eles só conservam os transgressivos” (DUCROT, 2002, p 18). Podemos descrever a AE à esquerda com os dois aspectos: *estar com pressa DC apressar-se* e *neg-estar com pressa PT apressar-se*.

Outra expressão analisada por Ducrot (2005e) é *rir sem vontade*²³. Se considerarmos que *rir* contém em sua semântica o resultado de um certo tipo de prazer, obrigamo-nos a introduzir na AE de tal expressão os aspectos *estar contente DC rir* e *neg-estar contente PT rir*. Mas somente o segundo aspecto é conservado nessa expressão, uma vez que ela designa uma situação em que não há prazer em rir ou rir é desagradável.

O autor também assinala a função da palavra *sozinho*, empregada na expressão *falar sozinho*. Para dar conta dessa expressão, o autor propõe colocar dois aspectos transpostos na AE à esquerda de *falar*: *querer comunicar DC falar* e *neg-procurar comunicar PT falar*. Em função da palavra *sozinho*, a expressão mantém na sua AI somente o aspecto transgressivo. Numa outra situação

²³No original: Reír a desgano. (Ducrot, 2005e, p. 176)

discursiva, como por exemplo, se dissermos que o professor *fala sozinho* no seu anfiteatro lotado, colocamos na AE à direita de *falar* os aspectos *falar DC comunicar* e *falar PT neg-comunicar*: assim sendo, *sozinho* deve ser considerado como um internalizador transgressivo à direita. A TBS admite colocar ao mesmo tempo *querer comunicar* na AE à esquerda de *falar* e *comunicar* na AE à direita, e também admitir que *sozinho*, aplicado a *falar*, funciona ora como um internalizador à direita ora como internalizador à esquerda.

Diferentemente dos internalizadores transgressivos, os internalizadores normativos mantêm a AE em DC operando sobre o termo ao qual se juntam. Por exemplo, o internalizador *demais* pode ser transgressivo, se empregado na expressão *prudente demais*. Quando aplicado a um termo *M* visto como favorável e comportando em sua AI um aspecto *X DC Y*, coloca-se na AI do sintagma *M demais*, o aspecto transposto *neg-X PT Y*. *Prudente* contém em sua AI o aspecto *perigo DC precauções*, e *prudente demais* pode ser descrita como contendo em sua AI o aspecto *neg-perigo PT precauções*. Neste emprego, *demais* classifica-se como modificador, pois entre *prudente* e *prudente demais* torna-se possível introduzir a expressão *inclusive*, mesmo que *prudente* descreva uma qualidade e *prudente demais*, um defeito.

No entanto, como internalizador normativo, *demais* funciona de modo diferente. É o que ocorre no emprego onde um termo *M* é desfavorável (negativo) e que esse termo contenha em sua AI um aspecto em PT, como em *burro*, ao qual atribuímos o aspecto *fácil PT neg-compreende* (mesmo sendo um problema fácil, ele não o compreende). Não é possível aqui fazermos uma simples transposição, da qual resultaria o aspecto *neg-fácil DC neg-compreende* (se não é fácil, ele não compreende). Esse aspecto não traduziria a idéia de intensificador. Ducrot sugere que os empregos de *demais* desse tipo sejam considerados como internalizadores normativos à direita. Se supusermos que a palavra *burro* tem também na sua AE, ao mesmo tempo, os aspectos *burro DC desinteressante* e *burro PT neg-desinteressante*, podemos dizer que tal palavra comporta numerosas duplas de aspectos. Podemos, então, acrescentar *demais* para acentuar uma dessas duplas, e eliminar o PT. É possível utilizar, então, depois de *demais*, a expressão *no entanto*, com a condição de que o conector não faça alusão àquele que foi excluído pelo

demais. De outro lado, é necessário ver que se *demais* é internalizador não é a AE de *burro demais* que ele determina diretamente, mas a sua AI.

Por outro lado, o emprego do *demais* com palavras favoráveis (positivas), cuja AI é em PT, acentua o caráter favorável da palavra à qual ele é aplicado. A palavra *barato*, no enunciado *É verdadeiramente barato demais, não posso comprá-lo*, indica uma internalização normativa: o locutor recusa-se a considerar os *no entanto* que arriscariam dissuadi-lo da compra. O mesmo não ocorre com o emprego de *demais* aplicado à palavra *inteligente*, cuja AI é *difícil PT compreende*. Esse *demais* não se constitui um modificador, que construiria a AI transposta *neg-difícil DC compreende*, nem um internalizador normativo, que introduziria nessa AI qualquer um dos encadeamentos em DC que pertencem à AE de *inteligente*, por exemplo, *inteligente DC interessante*. Esses encadeamentos são favoráveis enquanto *inteligente demais* é desfavorável. Diante dessas constatações, Ducrot (2005e) assinala a necessidade de se tratar esse *demais* como um terceiro tipo de internalizador, os *internalizadores paradoxais*, que dão como AI ao sintagma um encadeamento externo *paradoxal*, evocado pela palavra à qual *demais* é aplicado. Mas essa tarefa ainda está no início.

Há também internalizadores normativos na estrutura lexical. Ducrot (idem) analisa os verbos ditos *resultativos*, decorrentes da combinação de um verbo de ação com um internalizador normativo. O verbo *refutar*, cujo emprego implica que a posição refutada foi de fato destruída, e o verbo *criticar*, que atribui ao autor a intenção de destruir a posição adversa, mas sem implicar o êxito desse empreendimento. O verbo *encontrar* não poderia ser incluído nessa categoria, pois a sua AI não comporta um aspecto do tipo *procurar DC obter*, porque o emprego desse verbo não implica nem pressupõe que tenha havido busca.

Para concluir, o autor ensina que tanto os internalizadores quanto os modificadores acrescentam uma espécie de gradualidade aos termos aos quais são aplicados, dizendo que:

Sente-se de fato que o discurso que dá a uma palavra a continuação normativa presente na sua argumentação externa (que é, lembro-o,

constitutiva de sua semântica própria) atribui a essa palavra seu pleno valor, e que a continuação transgressiva, ao contrário, retira-lhe uma parte de sua força. De onde resulta que o internalizador normativo parece dar à palavra seu sentido mais forte: chamar uma crítica de “refutação” é dar a entender que ela representou plenamente seu papel. Inversamente, dizer de uma procura que seu autor procurou em vão é dar a pensar que ela não se desenvolveu como deveria para merecer completamente seu título de *procura*. (DUCROT, 2002, p.23)

Pelo exposto na citação, parece que os internalizadores normativos aproximam-se dos modificadores realizantes e os internalizadores transgressivos dos modificadores desrealizantes.

Finalizando, Ducrot (2005e) afirma que uma semântica discursiva deve distinguir diversas formas de gradualidade, utilizando certos critérios lingüísticos, como por exemplo, os que foram atestados pelos operadores acima estudados. Após algumas tentativas de se explicar a gradualidade (na primeira forma da TAL, e na segunda forma, especificamente na Teoria dos Topoi), uma questão permanece aberta para a TBS: a de saber se é preciso constituir um único conceito lingüístico de gradualidade, ou se é preciso admitir definitivamente que a gradualidade pode corresponder a estruturas lingüísticas muito diferentes.

3.3 Os modificadores sobre-realizantes

Os modificadores sobre-realizantes foram estudados por Negroni (1995), sob o enfoque da Teoria dos *Topoi*, a exemplo dos realizantes e desrealizantes. Portanto, toda a descrição feita a seu respeito, está circunscrita à segunda forma da Teoria da Argumentação na Língua. Não há, até o presente momento, estudos dos modificadores sobre-realizantes à luz da Teoria dos Blocos Semânticos. Procuraremos, na medida do possível, descrevê-los, em nossas análises, a partir da noção de bloco semântico, embora entendamos que tais modificadores merecem um estudo mais aprofundado considerando a forma atual da TAL.

Em seu trabalho *Scalarité et réinterprétation: les modificateurs surreálistants*, María Marta Negroni (1995) explica que os modificadores sobre-realizantes (MS) reforçam a orientação argumentativa de um predicado sobre o qual atuam, acentuando a intensidade desse predicado. Os MS têm propriedades distintas dos MR e dos MD.

O critério utilizado para descobrir se um modificador é sobre-realizante é o teste: *X, mas (X) Z*. O elemento Z é o modificador sobre-realizante e tem propriedades específicas que o diferenciam dos MR e dos MD:

Afirmamos que, assim como o MR, o MS reforça a aplicabilidade do predicado sobre o que ele contém e que se distinguem no fato de que é possível enunciar uma frase X, MAS (X)MS sem ter de procurar uma intenção argumentativa distante para ser interpretada. Essa propriedade aproxima o MS, dessa vez, dos MD. (NEGRONI, 1995, p. 106).

Uma segunda propriedade refere-se ao fato de que os MS não admitem uma reiteração material ou repetição por anáfora, do predicado X depois do conector. Observemos os seguintes exemplos:

(51) Houve uma melhora, mas excepcional/incrível.

(51a) Houve uma melhora, mas ela foi excepcional/incrível.

Em (51) temos um exemplo de como se porta o MS no enunciado. O enunciado (51a) não constitui exemplo de MS, pois o anafórico *ela* está presente. Assim como ocorre com o MR e o MD, o locutor se identifica com o ponto de vista expresso pelo MS.

Uma terceira propriedade dos MS diz respeito à atribuição de sentido à seqüência *só MS*. A autora afirma que “Diferentemente das seqüências *só MD* e *só MR*, as do tipo *só MS* são muito dificilmente interpretáveis e isso na medida em que mesmo a leitura metalingüística é excluída” (NEGRONI, 1995, p.108). Assim, é impossível atribuir sentido ao enunciado:

(52) A melhora foi só total/excepcional/incrível.

No entanto, Negroni observa a possibilidade de se fazer uma leitura irônica ou cômica de (52). É também o caso do seguinte diálogo:

(53) A: - Esqueceremos rápido. Tu verás!

B:- Oh, é claro! Seu último sucesso foi só (apenas) extraordinário/formidável/incrível!

Nesse diálogo, a ironia produzida por *só (apenas) extraordinário* apresenta o modificador reforçador de orientação argumentativa com o valor de MD. Assim, a combinação *só MS* leva a um sentido oposto à orientação intrínseca do predicado correspondente. Os MR também podem ter uma interpretação irônica, mas essa não é a única. Um *só MR* pode ter uma interpretação metalingüística para corrigir um *muito MR*. É o caso dos exemplos seguintes:

(54) A: - Não vejo razão para convidá-lo para o casamento.

B: - Ah, sim! Tu tens razão. Por que o convidarias? Ele é só um parente próximo.

Em (54) temos uma interpretação irônica de *só MR*.

(55) A: - X é um parente muito próximo?

B: - Não, ele é só próximo.

A quarta propriedade dos MS é a compatibilidade com as formas interrogativas especializadas na busca por adesão ou verificação (expressões do tipo *hein? / não é? / Não?*).

(56) Houve uma melhora, mas extraordinária, hein? / não é? / não?

Mas, ao contrário dos MR e MD, os MS não podem ser objeto de uma busca real por informações:

(57) A melhora foi extraordinária / incrível / formidável?

Após a introdução das noções básicas relativas aos MS, Negroni passa a discutir sobre o grau extremo representado por esses modificadores. Ela afirma a importância do aspecto prosódico na utilização do MS, pois ele é a marca da subjetividade do locutor que se manifesta sobre o grau extremo esperado na situação em que se emprega. No enunciado *O partido X perdeu, mas de forma esmagadora*, o locutor, além de afirmar que o partido X perdeu por muitos votos, coloca em questão uma qualificação do caráter interjetivo desse grau muito alto. Uma vez que os MS admitem um grau, esse grau só pode ser o extremo, excluindo-se os graus negativos ou fracos. Por isso, a enunciação dos MS sempre possui um caráter fortemente interjetivo, o que permite a substituição dos MS por gestos ou expressões idiomáticas designando o grau extremo. É o caso das locuções com polaridade positiva e negativa, formadas por uma estrutura comparativa (X + verbo + como Y).

(58) Ele é tagarela como uma gralha.

(59) Isso custa os olhos da cara.

Em (58) e (59) temos exemplos do grau extremo presente nas expressões idiomáticas. *Tagarelar como uma gralha* e *custar os olhos da cara* não indicam graus comuns na escala de *tagarelar* e *custar*, mas realmente o ponto de grau extremo. Nessas locuções é possível a inserção do *mas* sobre-realizante, substituindo um MS em relação ao predicado da locução, como, por exemplo, em:

(59a) Isso custa, mas muito.

(os olhos da cara).

Do mesmo modo, as locuções de polaridade negativa (LPN) de grau muito alto também qualificam o objeto de que trata o enunciado no ponto do grau extremo:

(60) Ele não ajudou nada.

(61) Ele ignora absolutamente tudo a esse respeito.

Nos dois exemplos acima, os graus de *não-ajuda* e de *não-saber* são extremos, os quais chamamos de LPN sobre-realizantes. Esses graus podem funcionar como uma paráfrase de *X, mas (X) MS*, conforme os exemplos abaixo:

(60a) Ele não a ajudou, mas absolutamente nada.

(60b) Ele não levantou, mas nem mesmo um dedinho para ela.

(61a) Ele ignora, mas tudo a esse respeito.

(61b) Ele não tem nenhuma, mas nem mesmo a menor idéia.

O grau extremo também pode ser indicado contextualmente. Nem todos os adjetivos e advérbios estão intrinsecamente destinados a indicar o grau extremo. Mas como MS no enunciado que contém esses elementos, podem evocar o grau extremo e indicar o comentário do locutor diante desse grau. No enunciado *Ele teve uma melhora, mas RÁPIDA, rápida* em letras maiúsculas significa uma pausa entonacional antes do MS e uma pronúncia mais intensa do MS *rápida*. A presença dessas marcas prosódicas elimina a necessidade de se descobrir uma intenção argumentativa complexa para o entendimento do enunciado, bem como deixa claro que *rápida* tem função de MS e não de MR.

Rápida também pode indicar um grau mais fraco, não sendo MS, mas sim um MR, conforme os exemplos:

(62) Houve uma melhora rápida. Ela poderia ter sido mais rápida, é claro, mas a situação geral não era muito favorável.

(63) A melhora foi só rápida.

No exemplo (62) temos um MR. Nesse caso é impossível considerar *rápida* como MS devido à continuação dada pelo discurso. Em (63) também temos um MR considerando a presença de uma negação metalingüística: *só rápida* equivale a *não muito rápida*. Por esses dois exemplos, podemos observar que os MS não podem ter seu valor negado no contexto. Caso isso ocorra, os enunciados, cujos adjetivos/advérbios sobre-realizantes são negados, só podem ser interpretados na condição de admitir uma leitura metalingüística da negação, ou uma interpretação

desrealizante e irônica para o modificador. Enfim, eles somente são compatíveis com as indicações de grau aumentativo, ficando excluídos os graus negativos ou fracos.

Após uma extensa exemplificação acerca do funcionamento dos MS, María Marta Negroni (1995) procura definir a extensão da classe dos modificadores sobre-realizantes. São considerados MS em relação a um predicado X, isto é, sobre-realizantes da forma tópica intrínseca do predicado, os seguintes modificadores que reforçam a orientação argumentativa:

a) os adjetivos e advérbios que indicam o grau extremo na escala do predicado sobre o qual atuam, como no enunciado *Houve uma melhora, mas excepcional/extraordinária/incrível*.

b) Os MR em relação a um certo predicado, no grau superlativo absoluto para línguas que distinguem duas formas de superlativo (português), como por exemplo *Ele corre, mas rapidíssimo*.

c) Os modificadores intrinsecamente realizantes em relação a um determinado predicado X, mas acompanhados da pronúncia de intensidade, marca da subjetividade do locutor. Por exemplo: *Ele teve uma melhora, mas RÁPIDA*.

d) Os MR, em relação a um certo predicado X, no grau superlativo perifrástico, ou seja, na forma “MUITO MR”, onde o advérbio muito, realizante em relação ao MR, aparece fortemente marcado pela pronúncia de intensidade. É o caso do enunciado *Correram, mas muito rápido*.

e) Os MR reiterados colocados em destaque pela entonação interjetiva que a própria estrutura de repetição implica. A reiteração é uma forma de intensificação muito comum de indicar o grau elevado e introduz uma qualificação subjetiva do locutor. A reiteração também pode acrescentar sobre o termo X uma entonação implicada pela própria estrutura reiterativa suficiente para fazer do termo repetido um MS. Como exemplo, temos a frase *Ele é burro, mas BURRO!*

f) O sufixo *ito/a* (do espanhol, equivalente a *inho/a* do português), cujo valor é de MD em relação a substantivos como *casa/casinha*, *livro/livrinho*, pode, eventualmente, desencadear uma leitura de MS, como no exemplo (64):

(64) Ele escreveu um livrinho. Está muito orgulhoso dele!

Nesse caso não há dificuldades para compreender o valor sobre-realizante de *livrinho*, em função da conclusão expressa no enunciado seguinte. Em certos empregos muito marcados por uma entonação exclamativa, o sufixo *ito/a* pode apresentar uma qualificação subjetiva do locutor e receber um grau muito alto:

(65) Que casinha!

Em (65) *casinha* não indica desrealização na gradação de *casa*, mas representa um comentário do locutor no sentido crescente da gradação, a beleza ou a suntuosidade da casa. Esse sufixo pode, ainda, receber leitura sobre-realizante, funcionando como um MS contextual ou extrínseco. Se aplicado aos MR, pode funcionar como atenuador, embora o modificador ainda conserve seu valor realizante:

(66) Ele caminha, mas rapidinho, hein?

Marcada pela prosódia característica dos MS, *rapidinho*, em (66), recebe uma interpretação contextual de grau muito elevado. Diferentemente de *rapidíssimo*, que sempre indica o grau extremo de *rápido*, *rapidinho* é um modificador intrinsecamente realizante atenuado de forma que deixa aberta a possibilidade de graus mais fortes, como *rápido* e *muito rápido*, que realizam ainda mais que *rapidinho* a força argumentativa do predicado *caminhar*.

Uma outra questão abordada por Negróni diz respeito à natureza da escala provocada pelos MS. Milner (1978, citado por Negróni 1995, p. 126) distingue os adjetivos classificantes, que designam propriedades objetivamente de definição e não valorativas, e os adjetivos qualificantes, que designam propriedades valorativas que não podem ser definidas objetivamente, isto é, fora de um ato de enunciação particular. Há também os casos mistos, em que a natureza semântica é dupla: por um lado designam uma propriedade objetiva, oponível a outras e suscetível de

constituir uma classe; por outro, uma qualidade cuja atribuição pode depender inteiramente de uma apreciação subjetiva. Milner aponta as propriedades desses adjetivos/advérbios.

Primeira, esses MS são compatíveis com os contextos interrogativos de busca de informação, mas se colocam muito bem nas exclamativas em *que*, tais como **Que sucesso extraordinário ele teve?* ou *Que sucesso extraordinário ele teve!*

Segunda propriedade: são difíceis de empregar em uma atribuição negativa. Alguns admitem a negação na leitura metalingüística ou com nuance irônica. Não somente o adjetivo é negado, mas a propriedade contrária do objeto é afirmada. Quando negados, os adjetivos se invertem em apreciação e perdem seu valor de MS. No enunciado *Este filme não é genial*, *genial* não é interpretado como MS. Se fizermos uma paráfrase, *Este filme está longe de ser genial*, estaremos aludindo à propriedade contrária, sem, contudo, indicar que os graus extremos de não-genialidade foram alcançados.

Uma terceira propriedade é a de que os MS são muito marcados enunciativamente e sempre representam um comentário do locutor. Não podem ser usados sem que o locutor os assuma, mesmo quando aparecem no interior de uma citação. Se o locutor não indicar explicitamente sua não-assimilação ao ponto de vista desencadeado, eles poderão ser interpretados com alguma estranheza, como em **Já que ele não teve sucesso, ele me disse que tinha tido sucesso, (mas) incrível.*

A quarta propriedade é que eles expressam, quando apresentados pela seqüência *X, mas (X)MS*, o grau extremo da gradação na qual se inserem. No enunciado *Houve uma melhora, mas excepcional*. Os encadeamentos em *e mesmo*, num mesmo e único movimento de discurso são impossíveis: **Ele perdeu, mas enormemente e mesmo mais que isso, na roleta.*

Para Milner (*apud* Negroni (1995)), os MS designariam a intensidade enquanto “fora de gradação”. No entanto, para Negroni, os MS não só servem para introduzir um comentário ou para indicar uma certa reação do locutor a propósito de uma intensidade, como também designam o grau extremo sobre a gradação do predicado

modificado. Nesse grau extremo não há mais uma escala comum e complexa, mas uma escala extrema, sendo que todos os valores abaixo desse extremos são considerados inadequados para a apreciação argumentativa da situação. Os MS desencadeiam uma nova consideração da escala argumentativa, mas isso não implica que os modificadores estejam “fora de gradação”. Assim, é possível produzir enunciados tais como:

(67) Houve um problema, mas enorme. Tão grande que ele desistiu de sair.

(68) É um filme, mas maravilhoso! Tão maravilhoso que o verei mais uma vez!

Nos encadeamentos (67) e (68) a proposição consecutiva introduzida por *tão* ... *que* explicita o sentido da proposição que a precede, e os adjetivos indicam o grau extremo sobre uma escala na medida em que ela retoma precisamente esse grau extremo.

Maria Marta Negroni (1995) também propõe uma descrição polifônica para os MS:

Diferentemente das duas outras classes de modificadores (MD e MR), os adjetivos/advérbios sobre-realizantes (série S₁) ou em função de sobre-realizantes (série S₂) introduzem uma qualificação de caráter interjetivo a propósito do grau extremo esperado na situação em que se emprega. É por isso que postulamos que sua enunciação sempre coloca em cena dois enunciadores: um E₁ responsável do ponto de vista desse grau muito alto e um E₂, enunciador que toma a atitude de qualquer um que reage e mostra sua reação frente ao E₁. (NEGRONI, 1995, p. 129)

Essa descrição polifônica permite explicar aquilo que Milner chama de “fora de gradação”. Uma vez que o locutor concorda com E1 (responsável do ponto de vista do grau muito alto), e se identifica com E2 (enunciador que mostra a atitude do locutor diante de E1) e com os aspectos argumentativos desse ponto de vista, percebemos que os MS sempre representam um comentário do locutor. São, portanto, muito bem usados nas exclamativas, mas incompatíveis com as interrogações de busca por informação.

De outro lado, as diferenças entre os modificadores tornam-se mais claras através da descrição polifônica. Os MR aplicam a seu predicado um grau mais forte, estando totalmente inseridos numa gradação. Os MD aplicam a seu predicado um grau menos forte, estando totalmente inseridos numa gradação. O uso dos MS indica que o locutor se recusa a considerar adequados os graus da escala comum (vistos como “fora de gradação” por Milner, citado por Negroni 1995), estando sobre uma escala extrema em que somente o grau mais alto é considerado. Quando usados, os MS são apresentados pelo enunciado que os contém como designando o grau extremo.

Outra questão discutida por Negroni (1995) refere-se às instruções reinterpretativas na estrutura *X, mas (X) MS*. Como já afirmado anteriormente, a presença do *mas* estabelece uma oposição argumentativa estabelecida entre duas maneiras diferentes de apreender um enunciado: *X* lido à luz do segmento *mas MS* e *X* visto sob o ângulo do MS desde que esse seja um reforçador da orientação argumentativa de *X*.

Para explicar isso, a autora parte da hipótese de que os encadeamentos do tipo *X, mas (X) MS* contêm uma instrução de reinterpretação do grau de aplicabilidade do predicado *X*, ou seja, a força com que aplicamos os *topoi* constituindo sua significação. Dependendo da força do argumento em si mesmo, ou frente a outros argumentos presentes no enunciado e que orientam para a mesma conclusão, o predicado *X*, interpretado como desencadeador da aplicação de uma certa forma tópica, é reinterpretado à luz de *mas MS*. Tal reinterpretação pode ser do tipo que aplica fracamente uma forma tópica (leitura só *X*) ou do tipo que evoca a aplicação da forma tópica conversa do predicado antônimo (leitura *negação antônima de X*).

Nesse tipo de seqüência, o *mas* opõe o ponto de vista de um E_0 , desencadeado pelo *X* e que é apresentado como evocando um certo *topos* comum àquele de E_2 (E_1) que desencadeia a aplicação de uma forma tópica, destacando-se de outro *topos* muito marcado enunciativamente e que liga duas escalas extremas. O locutor se identifica com E_2 (E_1) utilizando esse segundo *topos* (*topos* extraordinário), e indica que não considera adequado o ponto de vista de E_0 . Nos exemplos seguintes, podemos observar que o locutor indica que o *topos* comum não

é suficiente para caracterizar a situação, e que o interlocutor deve buscar um *topos* extraordinário:

(69) Faz frio, mas FRIO hoje.

Não só faz frio, mas faz MUITO FRIO/FRIO, FRIO.

Só faz frio. Faz MUITO FRIO/FRIO, FRIO hoje.

Como se observa, embora haja a mesma orientação dada por uma forma tópica de um *topos* comum, a forma tópica extraordinária desencadeada por (X) MS é muito forte e impõe o distanciamento ou a saída do quadro colocado por X. Essa troca de perspectiva se opõe a um quadro em que a situação poderia ser considerada de outra forma como o *verdadeiro frio*. O grau de aplicabilidade desse predicado X é forte a ponto de não ser considerado como parte de uma escala comum, dado que os graus buscados a partir de tal escala não são suficientes para caracterizar a situação. Em outras palavras, *frio* é suscetível de ser desrealizado ou de ser visto como grau na sub-escala negativa da escala complexa comum (a do não-calor), constituindo-se um argumento fraco para a intenção argumentativa do locutor. Sendo assim, o locutor se distancia do ponto de vista fraco. Nesse caso, para o locutor, somente do ponto de vista de uma escala extrema a situação em que *frio* acontece pode ser apreendida. Nesse ponto, observa-se o motivo pelo qual a estrutura X, mas (X)Z, em que Z é um MS, não admite a reiteração ou repetição por anáfora do predicado X depois do conector. Se o locutor faz do MS o propósito de sua enunciação, o tema em relação ao qual o modificador é proposição não é o X, que será relido, num movimento retroativo, como argumento fraco na escala comum. O tema é X, visto em uma gradação sem ligação com o predicado antônimo. Fica implícito no MS que essa nova visão de X (X') comanda a interpretação do enunciado e se constitui num novo espaço discursivo em relação ao qual tudo deve ser substituído. Temos assim uma forma tópica realizada por um *topos* extraordinário.

Para Anscombre & Ducrot (apud Negroni, 1995), a língua possui uma gradualidade fundamental e uma característica não-referencial, isto é, as unidades lexicais não levam a objetos no mundo, mas a um conjunto de *topoi* em que eles

autorizam a aplicação. Entre esses *topoi*, alguns têm a função de fundamentar a significação das palavras. Nesse ponto surge uma distinção entre dois tipos de *topos*: intrínseco (forma tópica intrínseca) e o extrínseco.

O *topos* intrínseco tem a função de fundamentar a própria significação das palavras:

(70) Alberto é um gênio: ele resolve brincando todos os problemas mais difíceis.

No exemplo acima, o segundo segmento (*ele resolve brincando todos os problemas mais difíceis*) coloca em palavras o que já estava contido no primeiro sob forma de *topos* (forma tópica intrínseca).

No *topos* extrínseco os encadeamentos se constroem intermediando outros *topoi*, que garantem a passagem do argumento para a conclusão sem a necessidade de fundamentar completamente a significação das unidades lexicais concernentes, como por exemplo em *Pedro é rico: ele é, portanto, avarento*.

Há um critério para saber se o *topos* é intrínseco ou extrínseco. Usa-se o teste do *mas* desrealizante, como em (71):

(71) Pedro é rico, mas RICO!

Nesse enunciado, Pedro é qualificado do ponto de vista de sua extrema riqueza ou de seu poder de compra. Não é qualificado do ponto de vista de sua generosidade ou avareza, ou ainda, da quantidade de amigos que tem ou poderá ter. No exemplo abaixo, somente podemos compreender a significação de RICO a partir do segundo segmento, e nesse caso temos um *topos* intrínseco:

(72) Pedro é rico, mas RICO: ele pode se oferecer TUDO.

Aplicando o teste do *mas* desrealizante, percebemos que o efeito é pouco natural, tornando-se necessário imaginar uma situação argumentativa complexa para compreender o enunciado. Por isso é preciso esclarecer qual *topos* está sendo evocado:

(73) *Pedro é rico, mas RICO; ele não pode se oferecer TUDO.

No entanto, RICO pode orientar para a generosidade ou para a avareza, ou para o poder de compra. Se *avarento* e *generoso* não fazem parte da significação intrínseca de *rico*, a passagem entre a forma tópica ligada a *rico* e aquela que define *avarento* ou *generoso* se efetua por um movimento conclusivo intermediado por um *topos* extrínseco.

(74) Pedro é rico, mas RICO: ele é, portanto, muito generoso.

(75) Pedro é RICO: ele é, portanto, avarento.

Como já explicado anteriormente, a descrição dos modificadores, feita nesta seção, tem por base a Teoria dos Topoi, que integra a segunda forma da TAL. Não há até o presente momento, um estudo dos sobre-realizantes sob o ponto de vista da Teoria dos Blocos Semânticos. Nas nossas análises, apresentadas no próximo capítulo, utilizaremos o conceito de operador e de modificador sobre-realizante, mesmo que esses conceitos tenham sido abordados em momentos diferentes da Teoria. Faremos as análises utilizando as ferramentas da TBS, conforme determinado no próximo capítulo.

4 METODOLOGIA E ANÁLISES

4.1 As hipóteses da Teoria da Argumentação na Língua

Para Ducrot (1987),

“a descrição semântica de uma palavra deve, portanto, ser considerada como uma função matemática que produz valores diferentes (neste caso, os efeitos de sentido) de acordo com os argumentos (neste caso, os contextos) que se lhes são associados” (p. 48).

Assim considerada a descrição semântica, o sentido de uma palavra é visto na teoria ducrotiana como um meio de previsão do efeito de sentido, efeito este contextual que tem relação com a mudança produzida pelo emprego de determinada palavra no sentido global do enunciado. Além disso, o semanticista deve descrever o sentido de um enunciado a partir de estruturas maiores que a palavra, ou ainda a partir de uma estrutura subjacente. Se o objetivo é descrever o sentido de um enunciado, a palavra é a unidade básica que, do ponto de vista de uma semântica sintagmática, deve permitir prever a significação do referido enunciado.

O método proposto por Ducrot (idem) é o da simulação, que se desenvolve em duas etapas. A primeira é a etapa empírica, que consiste em isolar e observar certos fenômenos cuja produção ocorre na natureza e independe do observador. A segunda é construir ou imaginar uma máquina capaz de reproduzir tais fenômenos. A simulação permite ao observador construir dois tipos de hipóteses sobre o processo que comanda o fenômeno. Primeiro, as hipóteses externas, relativas à fase empírica. Sabe-se que uma observação não é teoricamente inocente, e portanto, que ela implica pelo menos uma submissão prévia dos fatos observados a conceitos teóricos. Verifica-se se esses conceitos são adequados para a delimitação

e descrição do objeto de estudo. Essas hipóteses não podem ser abandonadas porque é a partir delas que se determina o objeto que a máquina deve imitar. Segundo, as hipóteses internas, que se referem diretamente à construção da máquina simuladora. Elas dizem respeito à teoria e à metodologia criadas para descrever o fenômeno e são elaboradas por decisão do lingüista cada vez que julgar necessário introduzir um mecanismo ou procedimento de acordo com as etapas. Ao contrário das hipóteses externas, as hipóteses internas podem ser alteradas ou mesmo revogadas. Isso significa reprogramar o plano da máquina, permitindo uma melhor descrição do objeto.

É claro que, segundo Ducrot (1980a), embora haja diferenças, a relação entre hipóteses externas e internas é estreita. A máquina simuladora deve ser construída a partir de um olhar externo, que comandará a observação do fato em estudo; por outro lado, as hipóteses internas também são, em certa medida, definidoras das hipóteses externas. Explicando melhor: uma hipótese interna em relação a um fato E, pode levar a observar de um modo novo um outro conjunto de fatos F, de modo que o que era hipótese interna para E, pode vir a tornar-se hipótese externa para F. Este é o caso da relação entre a análise de textos (escolha de hipóteses externas) e a descrição das frases (escolha de hipóteses internas).

Ducrot (2001) dedica-se a expor as hipóteses empíricas que norteiam a aplicabilidade dos conceitos da TAL à análise linguística. Para o autor,

“descrever uma palavra semanticamente é indicar seus aspectos constituintes de maneira estrutural suas AI e AE: é preciso então, fazer aparecer os encadeamentos argumenativos que a língua lhes relaciona, ou ainda seu potencial argumentativo [...]” (p. 4).

Para que a descrição da AI das palavras seja adequada, é necessário perguntar se as escolhas são compatíveis com as hipóteses gerais de descrição. Também é possível recorrer à argumentação externa de outras palavras.

Eis as hipóteses gerais de descrição:

1) Hipótese da negação (HN). Esta hipótese diz respeito ao efeito da negação sobre expressões não paradoxais. Se uma expressão não paradoxal contém em sua AI o aspecto X CONN Y, a negação desta expressão conterá, em sua AI, o aspecto converso X CONN' Y. No exemplo *João vai passear mesmo que faça mau tempo*, a AI é transgressiva e expressa por *mau tempo PT saída*. A negação deste enunciado é *Se fizer mau tempo, João não vai passear*, cuja AI normativa é *mau tempo DC neg-saída*. Em outro exemplo, *Os culpados serão punidos*, a AI é *falta DC punição* e tem por negação o enunciado transgressivo *os culpados não serão punidos*, cuja AI é *falta PT neg-punição*. A hipótese da negação também se aplica às palavras, em geral quando observamos o sentido dos antônimos. A palavra *virtuoso*, que tem como AI normativa o aspecto *deve fazer DC faz*, tem como negação a palavra *imoral*, cuja AI transgressiva é *deve fazer PT neg-faz*.

A hipótese da negação impede a tomada de algumas decisões, tais como atribuir, intuitivamente, à AI de *virtuoso* o aspecto *agir DC ser aprovado*. Ocorre que o caráter de *virtuoso* suscita a aprovação. A HN proíbe esta descrição uma vez que atribuiria a *imoral* (a negação de *virtuoso*) o aspecto *agir PT neg-ser aprovado*. Para fundamentar tal descrição, seria necessário dizer que o caráter *imoral* de uma ação não impede a sua desaprovação.

Uma possibilidade de aceitar esta descrição equivocada seria atribuir-lhe, do ponto de vista lexical, a idéia de que a virtude visa à aprovação. Diremos que, neste caso, será necessário colocar um DC entre *virtude* e *aprovação*. No entanto, estaremos dando conta de descrever a AE de *virtuoso*, através do aspecto normativo *virtuoso DC aprovado*, e por outro lado, também o aspecto transgressivo *virtuoso PT desaprovado*. Quanto a *imoral*, é possível explorar a regra de que a AE de uma entidade NEG-E é o aspecto recíproco (e não mais o converso): a negação de X CONN Y passa a ser NEG-X CONN NEG-Y. Tem-se então os aspectos *imoral DC desaprovado* e *imoral PT aprovado*.

2) Hipótese de negação de paradoxos (HNP). A negação nas entidades paradoxais orienta-se pela regra de que os aspectos X CONN Y da AI são transformados em X CONN NEG-Y. Negar que alguém seja *cínico*, cuja AI é *dever fazer DC neg-fazer* é dizer que a pessoa faz o que deve fazer (X CONN NEG-NEG-

Y). Para atribuir a uma entidade uma AI e à sua negação uma AI construída por esta hipótese, e não pela hipótese da negação, deve-se antes demonstrar que a palavra é paradoxal.

3) Hipótese da gradualidade (HG)²⁴. Esta hipótese diz respeito a regras sobre o efeito de modificadores na AI de palavras. Os efeitos produzidos por esses modificadores devem ser descritos atribuindo-se uma AI ao sintagma obtido pelo reforço ou enfraquecimento da palavra modificada. Esta hipótese se subdivide em duas:

3a) Hipótese da gradualidade em PT (HGPT): Para enfraquecer a AI X PT Y atenua-se um dos segmentos ou os dois, o que pode ser resumido pelas fórmulas: ATT-X PT Y, X PT ATT-Y e ATT-X PT ATT-Y. Por exemplo, para enfraquecer o adjetivo *indulgente* cuja AI é *crime PT neg-punição*, pode-se atenuar a importância do crime ou atenuar a negação da punição, ou, ainda, atenuar ambos. Dizer que não houve punição severa é uma das formas de inverter a força argumentativa da palavra punição.

Da mesma forma, para reforçar a AI X PT Y de uma palavra, aumenta-se a força de um dos termos do encadeamento ou ambos, conforme as fórmulas REAL-X PT Y; X PT REAL-Y ou REAL-X PT REAL-Y. Assim sendo, para reforçar a indulgência do juiz pode-se reforçar a gravidade do crime que não foi punido ou reforçar a ausência de punição: *apesar da gravidade do crime, o juiz não o puniu* e *apesar do crime, o juiz não puniu de nenhuma maneira*. Ou ainda, insistir no reforço de ambos os segmentos: *apesar do crime horrendo, o juiz não aplicou absolutamente nenhuma punição*.

3b) Hipótese da gradualidade em DC (HGDC): quanto aos aspectos normativos, o enfraquecimento ocorre com o reforço do antecedente ou a atenuação do conseqüente, ou os dois, do que resulta a fórmula REAL-X DC ATT-Y. Assim, a virtude pode ser atenuada ao insistir na obrigação de agir : *quando ele deve fazer alguma coisa ele geralmente faz*. Para reforçar a AI em DC, basta reforçar o antecedente X para que seja seguido do conseqüente Y.

²⁴ Sobre esta hipótese, ver também a seção 2.5.

4) Hipótese lexical (HL). Esta hipótese compreende dizer que a argumentação interna de uma palavra é tanto doxal como paradoxal. Para que uma palavra seja paradoxal é necessário que pelo menos um dos elementos (X ou Y) comporte em sua argumentação externa estrutural um aspecto antagônico a X CONN Y, ou seja, um dos aspectos X CONN' Y, X CONN NEG-Y ou NEG-X CONN Y. Isso vale para as palavras que contêm um aspecto paradoxal em sua AI.

Empiricamente só é significativa a parte da HN que se refere às palavras não paradoxais. Todas elas têm uma AI doxal, ou seja, se sua AI é X CONN Y então a AE estrutural de pelo menos um dos segmentos (X ou Y) é precisamente X CONN Y. Para Ducrot, a AI de uma palavra lexical não paradoxal comporta um aspecto que reproduz a AE estrutural de um de seus termos. Por exemplo, atribui-se a *virtuoso* o aspecto *dever fazer DC fazer*, aspecto esse que também é evocado pela AE estrutural de *dever fazer (X)*, que evocam, entre outros *ele deve fazer*, *então ele faz* e *ele deve fazer no entanto não faz*. A hipótese é de que isso acontece com todas as palavras do léxico, desde que não sejam paradoxais, todas têm em sua AI um aspecto doxal. Isso também ocorre com certos sintagmas, como *Quando algo precisa ser feito Pedro o faz*, cuja AI comporta a palavra *virtuoso* e é o que corresponde à definição de doxal pela TAL. No entanto, há sintagmas em que a AI não é nem doxal, nem paradoxal. É o caso da AI de *Pedro adora batatas*, que comporta o aspecto *comer batatas DC estar contente*. Não há razão para ligar linguisticamente o primeiro segmento ao segundo.

Isso remete a problemas que dizem respeito às expressões que interferem na AI de uma palavra e que constituem os X e Y da fórmula geral. Admite-se que a AI de uma palavra comporta diferentes aspectos e não há por que um desses aspectos permitir a derivação dos outros e construir um valor fundamental. Cada palavra possui, em cada momento histórico, um valor lingüístico (chamado na TAL de estrutural) distinto do valor associado pelo contexto, valor este que se apresenta como um pacote de aspectos que não são necessariamente ligados uns aos outros por uma lógica interna. Podem estar ligados somente pela forma material da palavra. A descrição de uma palavra não impede que outros elementos lhe sejam associados dentro do valor estrutural, mas isso não leva nenhuma noção a integrar a palavra, mesmo que ela seja compreendida em termos discursivos e moldada no formato X

CONN Y. Por isso, as hipóteses permitem rejeitar certo número de possibilidades de descrição e levam a tomar certas decisões lexicais.

Isso Ducrot (2001) exemplifica com a descrição da palavra *inteligente*, já apresentada anteriormente, que se resume ao aspecto *difícil PT compreende*. A *negação de inteligente* evoca o aspecto converso *difícil DC neg-compreende* à descrição do *antônimo de inteligente*, *burro*, é *neg-difícil PT neg-compreende*. Não seria possível, por exemplo, atribuir a *inteligente* um aspecto como *rápido PT compreende*. As hipóteses da negação e da gradualidade não interviriam diretamente nesse caso, mas a diferença entre a negação da palavra e seu antônimo torna-se menos previsível se interviesse na descrição de *inteligente* a noção de *rapidez*. Assim, teríamos *rápido DC neg-compreende* e *neg-rápido PT neg-compreende*. Para que possamos aceitar essas descrições, seria necessário atribuir à significação lingüística de rapidez ou de compreensão, uma AE estrutural tal como *rápido PT compreende*. Para o lingüista, não parece necessário ver a compreensão como algo gerado pela rapidez, nem ver a rapidez como um obstáculo à compreensão. Isso não permite descrever a palavra *inteligente* como doxal e impossível torná-la paradoxal, uma vez que suporia que rápido e compreender comportam, em suas AEs estruturais, aspectos como *rápido DC compreende* ou *rápido PT neg-compreende*. Por isso, não é possível intervir a noção de rapidez na AI estrutural de *inteligente*. Mas nada impede que ela interfira numa AI contextual da palavra.

Tem-se, então, que a hipótese lexical é compatível com a descrição proposta para *inteligente*. É uma palavra doxal pois o primeiro segmento de sua AI (*difícil*) contém em seu sentido uma AE estrutural cujo aspecto é *difícil PT compreende* (ou *difícil DC neg-compreende*). A relação entre compreensão e dificuldade está contida na significação da palavra *difícil*, não sendo necessário o estabelecimento de uma relação entre compreensão e rapidez.

Outro exemplo que ilustra a escolha de X e Y para a AI de uma palavra é a descrição da palavra *porta*, cujo aspecto proposto é *separação PT comunicação*. A *porta* permite a passagem entre espaços separados. Através deste aspecto pode-se

estabelecer uma comparação com a palavra *mônada*²⁵, que contém o aspecto *separação DC neg-comunicação*. Mônada não tem porta nem janela e o aspecto atribuído a sua AI corresponde à negação do sentido de *porta*, como previsto na hipótese da negação.

A descrição de *porta* também possibilita compreender o parentesco etimológico de porta com palavras de outras línguas romanas. A palavra francesa *port*, que significa porto marítimo, evoca noção de comunicação entre dois espaços separados: a terra e o mar. Há casos em que esta palavra é empregada para evidenciar um obstáculo à comunicação. Se alguém entra em um ambiente sem bater à porta esta é vista como impedindo a passagem. É também o caso do emprego da palavra no provérbio búlgaro, citado por Ducrot (2001), para mostrar a inutilidade das leis: uma lei é como uma porta em uma pradaria. A função da lei é impedir a passagem, como a da porta, no entanto a lei cumpre esta função tanto quanto uma porta numa pradaria. O autor entende que, neste ditado, a expressão *em uma pradaria* é um desrealizante inversor da palavra *porta*.

As hipóteses também auxiliam o lingüista na tomada de decisões relativas à escolha dos conectores que se interpõem entre os segmentos X e Y. Ao descrever a palavra *faca*, opta-se por descrevê-la do ponto de vista do discurso que diz respeito ao emprego deste objeto. Pode-se hesitar entre descrever sobre a condição do emprego da faca ou sobre sua função. No primeiro caso, a utilização remete a um objeto divisível, se este for duro, o que levaria a construir a AI de faca com o aspecto *duro DC pode ser cortado* (1). Por outro lado, se a solidez é vista como um obstáculo que impede o seu corte, consideraremos a função da faca de sobrepor este obstáculo, o que levaria a atribuímos a seguinte AI: *duro PT pode ser cortado* (2).

Se aplicada a HN, não há discriminação entre estas duas AI. Acrescentando o qualificativo ruim, produz-se uma inversão da palavra, um tipo de negação, contida no sintagma *faca ruim*. Assim, constroem-se (1') *duro PT neg-pode ser cortado* e (2') *duro DC neg-pode ser cortado*. Não é absurdo admitir que uma faca ruim não corta

²⁵ *Monade* em francês.

um objeto, mesmo que ele seja duro, nem tampouco que ela não corta um objeto cuja dureza seja fraca.

A aplicação da HG permitira tomar uma decisão lexical mais precisa, através das regras de reforço. Como visto anteriormente, o reforço de uma palavra em DC pode ser feito pelo enfraquecimento do primeiro segmento de sua AI e de uma palavra em PT, com o reforço do seu primeiro segmento. Isso implica, no caso de (1), que os discursos apresentam a qualidade de uma faca que atua sobre uma dureza não tão rígida. Por outro lado, o aspecto (2) é compatível com a HGPT, em que se destaca a qualidade da faca reforçando a dureza daquilo que é passível de corte (carnes mais duras não resistem a ela, por exemplo). Esse critério de gradualidade pode ser utilizado quando se reforça a palavra *faca*, não através de um sintagma, mas quando se usa a palavra *facão*. Escolher o aspecto (1) para a AI de *faca* faz distingui-la de *facão* pelo fato de que este é usado para cortar coisas menos compactas que aquelas para as quais se usa a faca. Mas Ducrot entende que esta escolha é pouco satisfatória. A escolha do aspecto (2) é mais adequada: a escolha do *facão*, no lugar de uma *faca*, decorre do alto grau de dureza do objeto a ser cortado, obstáculo que uma faca certamente não poderia transpor.

A hipótese lexical, aplicada às palavras *doxais*, por sua vez, também discrimina as AI (1) e (2), acima propostas para a palavra *faca*. Aplicada à AI (1), exige-se que o primeiro segmento (*duro*) contenha em sua AE estrutural um aspecto do tipo *duro DC pode ser cortado*. Se o aspecto transgressivo (2) está na AE estrutural de *duro*, atribui-se também a essa argumentação o converso *duro PT cortar*, e que introduzimos na AI de *faca*. Esta análise, segundo Ducrot se conforma também pelo estudo de expressões metafóricas, construídas com a palavra *faca*: “é uma neblina de cortar com faca”. Tal expressão pode mostrar a dureza (no caso a densidade da neblina) e pode ser compreendida se representamos *faca* no aspecto (2), como um instrumento destinado a transpor o obstáculo imposto pela dureza. Além disso, se quisermos insistir na espessura da neblina, pode-se substituir *faca* por *facão* ou *machado*.

Com a aplicação dessas hipóteses, Ducrot conclui que a Teoria dos Blocos Semânticos oferece meios de construir e justificar descrições lexicais. E que a noção

de paradoxo tem função crucial na escolha dos aspectos que descrevem uma palavra.

4.2 As hipóteses da pesquisa

Retomando o que dissemos no capítulo da Introdução, o projeto inicial previa uma análise dos modificadores realizantes, desrealizantes e sobrealizantes à luz da Teoria dos Blocos Semânticos. O objetivo principal era explicar como essas palavras atuam na argumentação do discurso. No decorrer dos estudos, verificou-se a necessidade de compreender o funcionamento dos operadores (modificadores e internalizadores), mas a partir do estabelecimento de critérios lingüísticos para defini-los com mais clareza. Em função disso, a proposta deste trabalho compreende estabelecer critérios que distinguem os papéis exercidos pelos modificadores e internalizadores para, então, descrever o modo como atuam na argumentação do discurso.

Como já comentado anteriormente, o discurso será observado do ponto de vista da Teoria da Argumentação na Língua. É ela que irá nortear nosso olhar sobre a linguagem. Entendemos que a TAL oferece conceitos que permitem estabelecer critérios para a distinção de dois papéis exercidos por adjetivos e advérbios quando na função de operadores. O operador, conforme Ducrot (2002, 2005e), é uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido é constituído de aspectos que contêm somente as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X. Os operadores têm a função de reorganizar os constituintes semânticos de X. Em alguns empregos, possuem uma AI e uma AE, e representam o papel das palavras plenas. Em outros, alguns operadores não têm nem AI, nem AE, como é o caso dos diferentes tipos de negação. Os operadores subdividem-se em dois:

Modificador– Y é considerado modificador em relação a X se a AI de XY for constituída somente pelas palavras plenas contidas na AI de X. Y não introduz termo pleno novo no aspecto que constitui a AI de XY. O modificador somente reorganiza os aspectos do termo ao qual se aplica (papel já definido pela teoria).

Internalizador – Y é considerado internalizador em relação a X se permitir integrar à AI de XY palavras plenas relacionadas à AE de X, garantindo assim uma espécie de passagem entre AE e a AI. Dessa forma, se um aspecto em DC pertence à AE de uma expressão, o aspecto converso em PT lhe pertence também, e inversamente. Como esses dois aspectos não podem ser simultâneos na AI de uma mesma palavra, deve haver uma seleção e o internalizador assumirá ou o aspecto em DC ou o aspecto em PT. A função de assumir um ou outro aspecto impõe uma dualidade entre *internalizadores transgressivos*, que só conservam o aspecto em PT e os *internalizadores normativos*, que só conservam o aspecto em DC.

O primeiro objetivo deste trabalho é distinguir, a partir das situações de uso, os papéis exercidos pelos adjetivos e advérbios. Com a finalidade de melhor compreender seu funcionamento, sugerimos a criação de um conceito relativo ao papel contrário ao exercido pelos modificadores e internalizadores, a que chamaremos, provisoriamente, de *construtor*. E é a este papel que diz respeito nossa primeira hipótese:

HIPÓTESE 1 – A função de *construtor* contrasta com a de operador (modificadores e internalizadores), e serve para distinguir adjetivos e advérbios na função de operador de adjetivos e advérbios em outras possíveis funções.

O papel de *construtor*, de acordo com nossas análises prévias, difere do papel de operador pelo fato de que ele interfere na construção do sentido da palavra à qual se aplica. Ao contrário do operador, que reorganiza os aspectos da palavra, o *construtor* introduz palavras novas plenas à argumentação interna da palavra à qual se aplica.

Obviamente, suspeitamos que existam outros “papéis”, exercidos por essas mesmas palavras. Por questão de delimitação, o presente trabalho ocupar-se-á de mostrar o funcionamento do *construtor*.

A partir dessa primeira hipótese, procuramos apontar quais estruturas lingüísticas podem exercer os papéis de operadores e *construtores*. Para tanto, tentaremos comprovar a seguinte hipótese:

HIPÓTESE 2 - Os papéis de operador (modificador e internalizador) e *construtor*, atribuídos a Y, na estrutura XY, podem ser marcados por um vocábulo ou expressão (com as funções de adjunto adnominal ou um adjunto adverbial) e/ou por uma oração (nos casos analisados até agora, por subordinadas adjetivas).

Acreditamos ser necessária uma ampliação das marcas lingüísticas de ocorrência de operadores e *construtores*. De modo geral, a TAL apresenta como sujeitos ao papel de operador alguns adjetivos e advérbios. Nossa ampliação consiste em observar também termos como locuções adjetivas e adverbiais e frases inteiras na função de operador e de *construtor*. Entendemos por esses termos o que na terminologia gramatical chamamos de termos acessórios da oração (adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais, entre outros) e orações subordinadas – em especial as adjetivas.

O segundo objetivo deste trabalho é descrever a atuação dos operadores e construtores na argumentação do discurso. Esta descrição terá como ponto de partida os levantamentos decorrentes da comprovação das hipóteses 1 e 2, e será norteada pela Hipótese 3, a ser comprovada:

HIPÓTESE 3 – Operadores e construtores atuam na orientação argumentativa do discurso.

Entendemos que operadores e *construtores* podem atuar não somente sobre o sentido de uma palavra, mas também sobre o sentido de um predicado (suporte ou aporte). Podem, além disso, construir e/ou reforçar efeitos de sentido que resultam, por exemplo, na gradualidade ou na negação de um termo, ou de um argumento, de modo a interferir no encadeamento de conclusões do discurso.

4.3 Procedimentos de análise

Com o objetivo de comprovar as hipóteses apresentadas no subitem anterior, escolhemos 5 textos, de gêneros variados, que serão analisados a partir da seguinte orientação:

1) identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna²⁶ de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores, conforme segue:

a) MODIFICADOR – realizante, desrealizante atenuador, desrealizante inversor e sobre-realizante;

b) INTERNALIZADOR - transgressivo e normativo;

Não estabelecemos, até o momento, uma possível classificação dos construtores pela Teoria da Argumentação na Língua. Vamos nos limitar a classificá-los pela forma/função com que se constituem (construtor do sentido de um nome, construtor do sentido de um verbo ou de uma locução verbal, construtor do sentido de orações relativas, etc).

Para auxiliar na determinação das argumentações internas, empregaremos também as hipóteses da teoria: hipótese da negação (HN), as hipóteses da gradualidade (HG, HGDC, HGPT) e a hipótese lexical (HL).

Este passo compreende as análises necessárias para a confirmação das Hipóteses 1 e 2, da seção anterior.

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

²⁶ Na subseção 2.4.1, falamos em argumentação interna *estrutural* e *contextual*. Por entendermos que a palavra adquire sentido no uso, no contexto em que é empregada, não trataremos da análise da argumentação interna estrutural, mas sim da argumentação interna contextual.

Este passo é importante para a apreensão do sentido global do discurso, o que facilitará a realização do passo seguinte. Nesta análise, o discurso será segmentado em enunciados, quando necessário.

3) Análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, com seus argumentos e conclusões.

Este último momento da análise busca evidenciar a Hipótese 3.

Na próxima seção, fazemos as análises. A discussão dos resultados será apresentada no Capítulo 5.

4.4 Análises

4.4.1 Análise 1

O primeiro discurso é uma publicidade da pomada Hipoglós, veiculada na Revista Veja, 9 de abril de 2003, p. 7, transcrita a seguir:

Quem protege de verdade não desgruda do bebê. (1)

Hipoglós tem uma consistência única que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas. (2)

Não arrisque a pele do seu bebê. (3) Fique com Hipoglós. (4) Nele você confia. (5)

1) identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores e construtores.

No primeiro enunciado, temos duas expressões adverbiais, conforme destacado: *Quem protege **de verdade não** desgruda do bebê.*

Tomamos a estrutura *protege de verdade* como constituída pela AI²⁷ de *proteger*: *cuidar DC resguardar*. Pela HGDC²⁸ verifica-se que a expressão *de verdade* é um modificador realizante de *protege*. Apliquemos a fórmula do reforço para as palavras, cuja AI é normativa, REAL-X DC Y: *cuidar de verdade DC resguardar*. Podemos optar pelo reforço de ambos os segmentos: *cuidar de verdade DC resguardar bem*. Se tomarmos a expressão antônima *de mentira*, o resultado será o enfraquecimento, ou até mesmo, a negação de proteger: *cuidar de mentira DC resguardar mal*; ou ainda, *cuidar de mentira DC neg-resguardar*. Vemos que, neste caso, o modificador *de mentira* orienta para um enfraquecimento intenso do segmento aporte da AI. Se pensarmos numa escala gradual, veremos que *cuidar de mentira* é *cuidar pouco*, o que pode orientar para uma conclusão que estaria à beira da negação de *cuidar*, portanto, da negação de *proteger*.

Ao aplicarmos a hipótese da negação, no entanto, fica claro que empregando o desrealizante antônimo, o sentido resultante é o aspecto recíproco do termo em questão: *neg-cuidar DC neg-resguardar*. E, conseqüentemente, *neg-proteger*.

Considerando essas comparações, diremos que em relação a *proteger*, a expressão *de verdade* é um modificador realizante, pois imprime ao termo ao qual se aplica, uma espécie de proteção forte (intensa, verdadeira, etc.), elevada a um alto grau. Assim, confirmamos que a AI de XY²⁹ contém somente os termos plenos da AI de X.

Concluimos, então, que a expressão adverbial *de verdade* é um **modificador sobre-realizante**.

Na expressão *não desgruda do bebê*, observamos uma dupla negação: a do advérbio *não* e a do prefixo *-des*. Ocorre uma dupla negação, cujo efeito de sentido, num primeiro momento, parece ser o de um modificador realizante. A AI de *desgrudar* é expressa pelo aspecto *aderir em T₀ PT³⁰ neg-aderir em T₁*. Com a presença do advérbio *não*, a negação é dupla, e por isso é anulada também a negação do prefixo *-des*:

²⁷ As argumentações internas propostas nas análises são as argumentações internas contextuais.

²⁸ Lembramos que HGDC significa Hipótese da Gradualidade em DC, explicada na pág. 113.

²⁹ Pela TAL, X representa a palavra modificada, e Y representa a palavra modificadora.

³⁰ PT significa “pourtant”, cuja tradução é *no entanto*.

AI de *desgrudar* (X): aderir em t_0 PT neg-aderir em t_1

AI de *não desgrudar* (XY): aderir em t_0 DC aderir em t_1

O sentido desta argumentação passa a ser o da afirmação da aderência do produto à pele do bebê, contida no aspecto converso de *desgrudar*. *Não desgrudar* não significa somente a anulação da negação contida em *desgrudar*. Tampouco a simples afirmação da AI de *grudar*. Vejamos:

(a) AI de *grudar*: neg-aderir em t_0 PT aderir em t_1

(b) AI de *desgrudar* (X): aderir em t_0 PT neg-aderir em t_1

(c) AI de *não desgrudar* (XY): aderir em t_0 DC aderir em t_1

Não desgrudar significa a presença de uma aderência contínua, uma aderência que não cessa, o que corresponde a (c). Verificamos assim a polifonia dessa estrutura, uma vez que o aspecto (c) é o converso do aspecto (b) e o transposto do aspecto (a).

Considerando, no contexto, a presença do pronome *quem*, verificamos a necessidade de trazer para esta análise a AI da expressão *não desgruda*. O pronome *quem* remete aquele que protege o bebê de verdade. Por isso, é aceitável que entendamos a expressão *não desgrudar* como *não descuidar*. Vejamos:

AI de *não desgrudar* (XY): cuidados em t_0 DC cuidados em t_1

Considerando este aspecto, podemos interpretar que quem protege de verdade não descuida do bebê por nenhum momento. Assim, podemos atribuir a *não desgrudar* o sentido de *cuidar permanentemente*, um cuidado que não cessa.

Quanto à classificação, diremos que a função da palavra *não*, na estrutura XY *não desgruda*, é de **construtor** do sentido de um verbo. Observa-se que esta palavra não reorganiza os aspectos de *grudar* e *desgrudar*, mas constrói um novo aspecto, em que os segmentos relativos à negação de *aderir* e à negação de *cuidar* não mais aparecem. Essa é a diferença de sentido entre *grudar/desgrudar* e *não desgrudar*. A AI de XY contém termos da AI de X e termos introduzidos por Y.

No segundo enunciado temos a ocorrência de adjetivo no sintagma *consistência única*. A AI da palavra *consistência* pode ser expressa pelo aspecto: *composição DC textura*. Aplicamos a HN para confirmar este aspecto. A negação de *consistência* é a palavra *inconsistência*, que, pela regra contém o aspecto converso da primeira: *composição PT neg-textura*. Entendemos que *textura* resulta de *composição*. Se escolhêssemos, para negar *consistência*, o seu aspecto recíproco – *neg-composição DC neg-textura* – o sentido não seria o de *inconsistência*. Se dizemos que um produto tem *consistência*, a orientação é para entender que houve uma *composição* cujo resultado foi uma tal *consistência* de maneira que o locutor convença o interlocutor a comprar o produto. Agora, se dizemos que o produto tem *inconsistência*, a orientação é para entender que houve uma *composição* cujo resultado não atingiu a *consistência* necessária para que o interlocutor compre o produto.

A palavra *única*, por sua vez, parece comportar-se, à primeira vista, como uma palavra ferramenta³¹, à qual não parece possível atribuímos uma AI. Diremos, apenas, que seu sentido tem a ver com quantidade, algo que *se representa em uma unidade apenas*. Em relação com a palavra *consistência*, no nosso sintagma XY, este adjetivo torna-se passível de receber uma AI, expressa pelo aspecto: *neg-comum DC especial*. Vemos que o sentido da palavra *única*, no sintagma *consistência única*, torna-se passível de ser expresso também por uma noção qualitativa de sentido.

E isso tem efeito importante na AI da expressão *consistência única*. Aplicando a HGDC, o papel de *única*, na expressão XY, é o de modificador realizante. É admissível expressar esta realização pelo aspecto *composição única DC contextura única*. Nesse caso, optamos por “testar” o sentido empregando um desrealizante que atenua ou inverte o sentido de *composição*: *composição comum DC contextura comum*. Tanto o antecedente quanto o conseqüente da AI de *consistência* podem ter suas forças argumentativas atenuadas, mas não invertidas por modificadores do tipo antônimo de *única* (comum, igual, etc.). Parece-nos que *consistência* é passível de realização, sobre-realização ou desrealização, mas o adjunto *única* não se presta ao papel de modificador em termos de gradualidade, ele não se comporta como os

³¹ Para a TAL, a palavra ferramenta, também chamada gramatical ou instrumental, é a palavra à qual não podemos associar um conjunto específico de aspectos e de discursos.

protótipos *pouco*, *muito*, entre outros. Por exemplo, dizer que Hipoglós tem *pouca* consistência é indicar que o produto tem consistência fraca; dizer que Hipoglós tem *muita* consistência é indicar que o produto tem consistência forte. Entendemos, então, que a HGDC não é suficiente para nos fazer entender que *única* tem papel de modificador realizante. E, além disso, não é suficiente para mostrar que a palavra consistência tem uma força argumentativa que pode ser aumentada ou diminuída.

Assim sendo, resta-nos dizer que AI de XY – *consistência única* – é composta por termos plenos da AI de X e da AI de Y. Vejamos:

AI de *consistência* (X): composição DC contextura

AI de *única* (Y): neg-comum DC especial

AI de *consistência única* (XY): contextura DC especial

Como vemos, a AI de XY orienta para entendermos o sentido de *consistência única* não como uma consistência forte, mas sim como uma *consistência especial*. Diremos que suscita uma polifonia no sentido de que é uma consistência *diferente das demais consistências*, enfim, é *única*. Por isso, diremos que essa palavra tem a função de **construtor**. Seu papel vai além de reorganizar os aspectos de XY: ele influencia na construção do sentido de XY, fazendo intervir no enunciado um novo sentido.

Também no segundo enunciado, temos três orações que, como veremos, implicam na construção do sentido de consistência única, a saber: (...) ***forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas***. Primeiramente, apliquemos a estrutura XY:

AI de *forma uma barreira* (X): constrói um obstáculo DC impede a passagem

Nesse caso, vemos que *forma uma barreira* impede a passagem de algo que possa prejudicar o bebê. Verificamos que no sentido dessa oração intervêm o sentido de Y1 e de Y2, que atuam como seus construtores:

AI de *proteger o seu bebê* (Y1): cuidar da criança DC resguardar a criança.

AI de *durar até a próxima troca de fraldas* (Y2:): neg-interromper barreira DC manter barreira.

A estrutura XY é construída com palavras plenas da AI de X e de Y1 e Y2. Y1 e Y2 atuam como construtoras do sentido de *forma uma barreira*, e têm então função adverbial. Assim, o sentido da estrutura XY pode ser resumido pelos aspectos:

AI de (XY1): constrói um obstáculo protetor DC impede a passagem.

AI de (XY2): constrói um obstáculo durável DC impede a passagem

Não é possível aplicarmos a HG (hipótese da gradualidade) para justificar as escolhas que fizemos em relação à análise dessas orações. A exemplo do que ocorre com a estrutura XY *consistência única*, parece-nos que a oração *forma uma barreira* pode ter sua força argumentativa orientada positivamente ou negativamente (enfraquecida, reforçada e/ou elevada a um grau máximo). No entanto, essa modificação não pode ser atribuída a Y1 e Y2, uma vez que ambas não se comportam como os protótipos *pouco*, *muito*, entre outros, que proporcionam modificação em termos de gradualidade.

Por outro lado, aplicamos a HN para confirmar os aspectos construídos. A negação de *forma uma barreira* (X) é o aspecto recíproco do encadeamento construído: *neg-constrói um obstáculo DC neg-impede a passagem*. Entendemos que o impedimento da passagem decorre da construção de um obstáculo. Ou seja, a barreira forma um obstáculo que impede a passagem de elementos que possam pressupostamente agredir a pele do bebê. São descartados, portanto, de nossas escolhas as negações suscitadas pelos aspectos converso - *constrói um obstáculo PT neg-impede a passagem* - e transposto - *neg-constrói um obstáculo PT impede a passagem* – porque não representam a orientação assumida pelo locutor.

A negação de *para proteger o seu bebê* (Y1) decorre de seu aspecto recíproco *neg-cuidar DC neg-resguardar*. Entendemos que resguardar decorre de cuidar e este é o aspecto assumido pelo locutor. Descartam-se, também, as negações propostas pelos aspectos converso - *cuidar PT neg-resguardar* – e transposto - *neg-cuidar PT resguardar*.

A negação de *durar até a próxima troca de fraldas* (Y2) é o seu aspecto recíproco interromper barreira DC neg-manter barreira. O ponto de vista assumido pelo locutor é de que a barreira é durável, é mantida até a próxima troca de fraldas.

Quanto à classificação proposta neste trabalho, diremos que Y1 e Y2 atuam como **construtores**. Ambos intervêm na AI de XY:

AI de (XY): constrói um obstáculo protetor e durável DC impede a passagem

Pela HL, é possível descrever o sentido de uma palavra do ponto de vista discursivo do emprego ou da função do objeto. Os construtores Y1 e Y2 atuam sobre o sentido de *formar barreira*, especificando-o. A função de *formar barreira* é *proteger e durar até a próxima troca de fraldas*. Assim, entendemos que é adequada a descrição de *forma uma barreira* expressa no aspecto *constrói um obstáculo DC impede a passagem*. O impedimento da passagem de algo que possa agredir a pele do bebê decorre da criação do obstáculo. Quanto à função dos construtores, cabe dizer que a relação entre Y1 e Y2 com a oração que contém o termo *barreira* ocorre de tal modo que, descartadas as possibilidades de realização e sobre-realização, pela HG, como já vimos, ambos criam uma força argumentativa para o referido termo, através da preposição *para*. O emprego desta preposição, que tem o valor de uma conjunção adverbial final³², deixa claro que Y1 e Y2 podem (e devem) ser descritos do ponto de vista de suas funções em relação à oração *forma uma barreira*.

Por outro lado, não podemos deixar de observar que o fragmento *que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas* atua como **construtor** sobre o termo *consistência única*. Reformulemos a estrutura XY:

X: consistência única

Y: que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas

³² Entendemos que esta preposição assume o valor de uma conjunção adverbial final porque é possível substituí-la por outras do mesmo tipo, tais como “a fim de” ou expressões como “com a finalidade de”, entre outras.

Como dito anteriormente, o termo *única* atua na construção de um novo objeto no discurso, e por isso, tomamos o termo consistência única como X. Na AI dessa expressão, colocamos o aspecto textura DC especial, que será a partir de agora retomado. Assim, para esta nova estrutura XY, teremos:

AI de *consistência única* (X): textura DC especial

AI de *única* (Y): constrói um obstáculo protetor e durável DC impede a passagem

AI de *consistência única* (XY): textura especial DC construção de obstáculo protetor e durável

O que nos permite lançar esse outro olhar sobre a estrutura do enunciado 2 é, novamente, a HL. O construtor Y, nesse caso, especifica o sentido de *consistência única*. O modo como os termos foram relacionados pelo locutor permite compreender que o termo X funciona como uma causa para o termo Y. Ou seja, a barreira protetora e durável decorre do fato da consistência em questão ser única, incomum, especial. Verificamos, assim, que a AI de XY contém termos plenos da AI de X e da AI de Y. Portanto, *única* é um construtor.

No terceiro enunciado temos a presença de um modificador: **Não** arrisque a pele do seu bebê. Analisemos o sentido da estrutura XY:

AI de *arriscar* (X): colocar em perigo DC prejudicar

AI de *não arriscar* (XY): neg-colocar em perigo DC neg-prejudicar

Observamos que o advérbio de negação não acrescenta termos plenos novos à AI de XY. Ele marca a polifonia do termo, apresentando o aspecto recíproco da AI de X: neg-colocar em perigo DC neg-prejudicar. E este é o aspecto que o locutor assume no enunciado. A função de Y, nessa estrutura é a de um **modificador desrealizante inversor**, porque inverte a orientação argumentativa do verbo *arriscar*.

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

A AI do enunciado “Quem protege de verdade não desgruda do bebê” contém uma polifonia expressa pelo aspecto *neg-desgruda DC protege* (gruda DC protege) e o seu recíproco *desgruda DC neg-protege* (neg-gruda DC neg-protege), sendo que o primeiro aspecto é assumido pelo locutor. Entende-se aqui que o segmento aporte (protege) é uma consequência do segmento suporte (neg-desgruda). A proteção do sujeito *quem* decorre do fato de ele não desgrudar do bebê. O pronome *quem* remete a uma presença protetora. Quem protege de verdade o faz pelo fato de não se afastar (*não desgrudar*) do bebê.

A relação entre os enunciados dessa propaganda está marcada pelo sentido de *proteção* que o produto anunciado oferece, que é comparável à proteção materna através do emprego do vocábulo *quem*. Esta proteção é expressa por *não desgrudar do bebê* e a proteção oferecida pelo produto, conforme a AI do segundo enunciado, que também contém uma polifonia: *consistência única DC barreira protetora e durável*, que o locutor assume, e *consistência neg-única DC barreira neg-protetora e neg-durável*, aspecto com o qual o locutor concorda.

O terceiro enunciado evoca o aspecto normativo *a pele do bebê é sensível DC neg-deve correr riscos* e o seu converso *pele sensível PT correr riscos*, sendo que o locutor assume o primeiro aspecto e concorda com o segundo. Em relação ao enunciado seguinte, podemos construir o encadeamento *usar Hipoglós DC neg-colocar pele sensível em risco*, cujo enunciado também resulta polifônico, porque o aspecto recíproco desse encadeamento, *neg-usar Hipoglós DC colocar pele sensível em risco*, também constitui o sentido que o locutor assume.

Por sua vez, ao último enunciado pode ser atribuído um papel conclusivo, expresso pelo encadeamento *usar Hipoglós DC dever confiar*, aspecto assumido pelo locutor. A polifonia, neste encadeamento, mais uma vez está marcada por um aspecto recíproco, com o qual o locutor concorda: *neg-usar Hipoglós DC neg-deve confiar*. O último enunciado, *nele você confia*, marca uma assimilação do ponto de

vista do enunciador a alguém, que se pressupõe ser a mãe, através do pronome *você*.

O sentido expresso pelos enunciados de 2 a 5 converge para o sentido expresso no primeiro enunciado, cujo funcionamento parece ser o de uma conclusão. As Als desses enunciados contêm termos que podem ser encadeados ao termo conclusivo do primeiro. Vejamos:

ter consistência única DC proteger o bebê

oferecer cuidado duradouro DC proteger o bebê

neg-arriscar a pele do bebê DC proteger o bebê

usar Hipoglós DC proteger o bebê

ter confiança DC proteger o bebê

Como vemos, esses encadeamentos orientam a apreensão do bloco semântico, que podemos expressar pelo encadeamento *a proteção decorre da qualidade de Hipoglós*.

3) análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, com seus argumentos e conclusões.

O papel da negação presente no primeiro enunciado é o de um construtor. Sem a dupla negação, poder-se-ia dizer, simplesmente, que Hipoglós gruda na pele do bebê, por isso o protege, ou Hipoglós gruda na pele do bebê, por isso o protege de verdade. No entanto, a negação de *desgrudar* afirma uma aderência contínua, de tal modo que a proteção é elevada a um grau maior. Ela exige a presença de um realizante na conclusão que se segue. Então, dizer que *Hipoglós não desgruda* impõe ao interlocutor que conclua por uma proteção incomum, forte, e de melhor qualidade, isto é, uma proteção de verdade.

No segundo enunciado, a presença do construtor *única* impõe uma força argumentativa à *consistência*, de modo que o interlocutor seja orientado a concluir que a proteção decorrente da consistência é especial. Por outro lado, esse vocábulo

marca uma polifonia no sentido de que há outras consistências, mas apenas a consistência de Hipoglós é especial em relação às demais consistências existentes.

Por outro lado, as orações construtoras Y1 (*para proteger o seu bebê*) e Y2 (*e durar até a próxima troca de fraldas*), introduzidas pela preposição *para*, intervêm na força argumentativa de forma uma barreira, porque a especificam: a barreira formada protege e dura. Essa especificação cria uma certa força argumentativa para a oração *forma uma barreira*. O interlocutor pode interpretar que, oferecendo proteção e durabilidade, a *barreira* é intransponível para os elementos que podem agredir a pele do bebê.

Assim compreendida a força argumentativa de *forma uma barreira*, observamos que ela atua sobre a força argumentativa de *consistência única*. A consistência é única porque forma uma barreira protetora e durável. Ao que parece, o funcionamento de *única*, nesse sintagma, antecipa uma conclusão que decorre dos argumentos que seguem, relativos à formação de barreira protetora e durável.

Além disso, observamos que, embora não se comporte como os protótipos de gradualidade *pouco*, *um pouco*, etc., o vocábulo *única* parece marcar certa gradualidade que resulta da polifonia e das relações construídas no próprio discurso. Isto é, ao dizer que a consistência é única, além de pressupor que haja outras consistências (polifonia), orienta-se a argumentação para o sentido de que a consistência de Hipoglós é melhor que as demais consistências.

4.4.2 Análise 2

O segundo discurso é uma publicidade da marca Chevrolet, veiculada na Revista Quatro Rodas, de março de 2003, e na Revista Veja, 9 de abril de 2003, p. 79, transcrita a seguir:

SÓ A CHEVROLET TEM O MELHOR VALOR DE REVENDA DO BRASIL.

1) Identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores e construtores.

Neste enunciado, temos três estruturas a serem analisadas: **valor de revenda**, **melhor valor de revenda** e **Só a Chevrolet tem o melhor valor de revenda do Brasil**.

Na primeira estrutura, temos a expressão adjetiva *de revenda* aplicada ao substantivo *valor*. Tal expressão constitui o que temos chamado provisoriamente, neste trabalho, de construtor. Vejamos:

AI de *valor* (X): importância DC preço

AI de *revenda* (Y): compra por preço baixo DC venda por preço mais alto

São necessárias aqui algumas observações sobre o sentido da palavra *revenda*. Os aspectos que essa palavra evoca levam à idéia de uma dupla transação, que é marcada na própria palavra pelo prefixo *re*. Vejamos:

AI de venda: ter um objeto DC trocar por dinheiro

AI de revenda: compra por preço baixo DC venda por preço mais alto

Comparando essas AI, observamos que a palavra *revenda*, diferentemente da palavra *venda*, tem em seu sentido a noção de que um objeto é comprado com a finalidade de ser vendido novamente, mas por um preço maior do que aquele pago na compra, pois o objetivo final da revenda é o lucro. Ao revender um produto, então, uma empresa recebe um valor mais alto do que aquele que pagou. Ressaltamos ainda que há polifonia na palavra *revenda*: uma fábrica produz um objeto para vender; uma segunda empresa compra este objeto da fábrica com a finalidade de vender ao consumidor final; o consumidor final compra. É claro que essa polifonia depende do ponto de vista do qual se analisa a transação. Se a empresa tem um objeto e o troca por dinheiro (*ter objeto DC trocar por dinheiro*), então temos uma venda. Aquele que não tem um objeto mas se propõe a trocar seu dinheiro por esse objeto (*neg-ter objeto PT trocar por dinheiro*) realiza a compra. O aspecto transposto da palavra *venda* constitui o sentido da palavra *compra*. Esta polifonia está presente no sentido de revenda: o objeto é comprado com a finalidade

de ser vendido (comprar DC vender); o aspecto converso da palavra conduz para a negação da revenda (comprar PT neg-vender).

Em relação à palavra *valor*, vejamos a AI de (XY):

AI de *valor de revenda* (XY): valor baixo na compra PT valor mais alto na venda.

Para justificarmos essa descrição, apoiamo-nos na HL, segundo a qual é possível descrever o sentido de uma palavra do ponto de vista discursivo do emprego ou da função do objeto. Para a palavra *valor*, compreendemos que o preço é atribuído de acordo com a importância de determinado objeto.

A expressão *de revenda* atua sobre a palavra *valor*, especificando-a, construindo um novo objeto de discurso. Justificamos a escolha da argumentação interna de revenda, entendendo que algo é comprado e passado para outra pessoa, em troca de dinheiro. Tem-se que alguém compra um objeto com a finalidade de oferecer em venda este objeto, por um valor mais alto. Como vemos, a estrutura (XY) apresenta palavras plenas da AI de (X) e de (Y), o que nos faz concluir que o termo *de revenda* é um **construtor**.

Não é possível aplicar a HG a este caso, porque a expressão *de revenda* não atua sobre a força argumentativa da palavra *valor*, como ocorre com os modificadores. Tal expressão não imprime uma força argumentativa em termos de gradualidade como ocorre com expressões do tipo *parente próximo* ou *problema difícil*.

Na estrutura *melhor valor de revenda* temos o adjetivo *melhor* atuando sobre a expressão *valor de revenda*. Vejamos a análise de XY:

AI de *valor de revenda* (X): ter preço menor na compra PT ter preço maior na venda

AI de *melhor* (Y): = ter valor alto DC ser muito bom

AI de *melhor valor de revenda* (XY): ter preço muito bom para comprar DC ter preço muito bom para vender

Diremos que *melhor* atua sobre *valor de revenda* como **modificador sobre-realizante**. Aplicando a hipótese da gradualidade, veremos que *melhor* indica uma qualidade relativa em alto grau, e atua sobre a força argumentativa de *valor de revenda*, elevando-a, acentuando-a ao máximo.

É possível justificar nossa escolha pela HL, dizendo que o adjetivo *melhor* especifica *valor de revenda*, orienta o interlocutor a compreender que o locutor atribui a esse termo uma certa positividade, ou seja, o valor é muito bom, é excelente.

Na estrutura *Só a Chevrolet tem o melhor valor de revenda do Brasil* verificaremos a função do advérbio *só* em relação ao restante da frase. Vejamos:

Al de *a Chevrolet tem o melhor valor de revenda do Brasil* (X): Chevrolet DC preço muito bom

Al de *só* (Y):

Não é possível atribuir uma Al à palavra *só*. Mas é possível resgatar a polifonia que ela evoca para esse discurso:

A Chevrolet tem melhor preço DC outra marca não tem

Outra marca não tem melhor preço DC a Chevrolet é a única que tem

Al de *Só a Chevrolet tem o melhor valor de revenda do Brasil* (XY): Chevrolet DC preço muito bom

O termo *só* não introduz novas palavras plenas na Al de X, também não reorganiza os aspectos da Al. E nem é possível atribuir-lhe uma argumentação interna. O referido termo atua como modificador sobre-realizante sobre o restante da frase. Aplicando o texto X, mas (X) Z, teremos *Chevrolet, mas só (Chevrolet)*...

NEGRONI (1995), em seus estudos, conclui que os sobre-realizantes indicam um caráter interjetivo ao enunciado, e são marcados enunciativamente. É o caso do advérbio *só*, que traz uma marca do locutor na enunciação, e por isso representa um

comentário do locutor. Os sobre-realizantes podem orientar para uma reinterpretação em função da polifonia que contêm.

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

O adjetivo *melhor* impõe uma leitura comparativa, e por isso diremos polifônica. Dizer que *Chevrolet tem o melhor valor de revenda* deixa implícito que há outros valores aos quais os praticados pela empresa são comparados. Mas a polifonia marcada por esse termo não se resume à comparação. Dependendo do ponto de vista, podemos dizer que estamos diante de um **modificador sobre-realizante inversor**. Para fazer essa afirmação, consideramos os pontos de vista: para quem revende, o melhor preço é aquele que proporciona maior lucro para a empresa, diremos então que quem revende comprou o produto por um preço baixo e fará a venda por um preço bem mais alto; por outro lado, para quem compra, o melhor preço é o menor preço, e que possivelmente influencia na diminuição do lucro da empresa que revende. É por esse ponto de vista que observamos uma inversão no sentido de *melhor preço*, pois o melhor preço, nesse caso, não é aquele que dará mais vantagem à empresa, mas ao comprador. E é esse o ponto de vista que o locutor assume e é assimilado ao interlocutor. Para concluirmos que a palavra *melhor* tem a função de sobre-realizante inversor é preciso aceitar que ela, além de elevar a qualidade do bom preço ao máximo, autorizando uma comparação com outros fabricantes de automóveis, evoca a negação do segmento suporte da AI da palavra *melhor*, fazendo intervir no sentido do enunciado um outro bloco semântico. Ora a AI de *melhor* (Y) é *ter valor alto DC ser muito bom*, o que representa um aspecto do bloco semântico expresso pela idéia geral de *bom preço para venda*. Esse seria o bloco semântico com o qual operaria o locutor do ponto de vista de quem revende. Mas considerando a AI de *melhor* (Y) do ponto de vista de quem compra do revendedor, ou seja, do consumidor final, teremos a negação do primeiro segmento, e conseqüentemente, teremos o bloco semântico expresso pela idéia geral de *bom preço para compra*.

Em relação ao enunciado, temos a AI o aspecto *Chevrolet DC preço muito bom*, aspecto que é assumido pelo locutor. Construimos este aspecto, entendendo

que *preço muito bom* decorre de *Chevrolet*. O emprego do advérbio *só* marca uma polifonia que reforça o aspecto assumido pelo locutor. Dizer que *só a Chevrolet tem o melhor preço* é concordar com o aspecto recíproco *neg-Chevrolet DC neg-preço muito bom* e refutar aspectos como o converso *Chevrolet PT neg-preço muito bom* e como o transposto *neg-Chevrolet PT preço muito bom*. Pode haver outras marcas, com outros preços, em relação às quais a marca Chevrolet indubitavelmente se destaca.

3) análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, com seus argumentos e conclusões.

O sobre-realizante inversor *melhor* marca uma polifonia, estabelecendo uma comparação. O interlocutor é orientado a compreender que há outros preços de revenda, mas o da marca Chevrolet é excelente, enfim, é o melhor do Brasil.

O modificador sobre-realizante *só* também marca uma polifonia, como vimos na análise do item 2, acima. Ao empregar esse advérbio, o locutor orienta o interlocutor a entender que há outras marcas no mercado com preço de revenda, mas, dentre todas, somente a Chevrolet tem o preço melhor.

Observamos, nesse texto, que as palavras *melhor* e *só* são responsáveis por um efeito de gradualidade que decorre das relações estabelecidas no discurso. *Melhor* estabelece uma comparação, atribuindo grau máximo de qualidade ao valor de revenda – muito bom, excelente – em relação ao de outras marcas. O advérbio *só*, por sua vez, tem a mesma orientação polifônica, mas não atribui grau. Ao que parece, esse advérbio reforça a gradualidade construída pelo adjetivo *melhor* no discurso o que faz reforçar também o argumento *melhor preço de revenda*.

4.4.3 Análise 3

O terceiro discurso é uma publicidade da marca Timberland, veiculada na Revista Veja, 9 de abril de 2003, p. 27, transcrita a seguir:

SE VOCÊ NÃO GOSTAR DA TRILHA, TUDO BEM. COM ELE VOCÊ VOLTA MAIS RÁPIDO PARA CASA

1) Identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores e construtores.

Nesse texto, temos três estruturas a serem analisadas: **não gostar, mais rápido e volta mais rápido.**

No primeiro enunciado, temos o modificador *não* aplicado ao verbo *gostar*. Analisemos o sentido da estrutura (XY):

AI de *gostar* (X): apreciar DC ter prazer

AI de *não gostar* (XY): neg-apreciar DC neg-ter prazer

Ao descrever a AI de (X), entendemos que *gostar* de um objeto decorre de apreciá-lo e de se obter algum prazer a partir de sua apreciação. Observamos que o advérbio de negação *não* acrescenta termos plenos novos à AI de XY. Ele tem a função de marcar a polifonia do termo, apresentando o aspecto recíproco da AI de (X): neg-apreciar DC neg-ter prazer. Este é o aspecto assumido pelo locutor. O papel exercido por (Y) nessa estrutura é a de **modificador desrealizante inversor**, porque inverte a orientação argumentativa do verbo *gostar*.

No segundo enunciado, temos o advérbio *mais* aplicado ao adjetivo *rápido*. O sentido da estrutura (XY) pode ser assim descrita:

AI de *rápido* (X): ter pressa DC ser veloz

AI de *mais rápido* (XY): ter pressa DC ser veloz

Para descrever a AI de (X), tomamos a velocidade como algo que resulta de ter pressa em alguma ação. O sentido de *rápido* então é descrito como resultando da relação entre pressa e velocidade. No sentido de (XY) não há introdução de palavras plenas novas, sendo assim, o advérbio *mais* é um modificador realizante, o que se comprova pela HG: *ter mais pressa DC ser mais veloz*. A gradualidade

parece atuar sobre uma certa intensidade que a palavra *rápido* evoca. Se utilizarmos o modificador *menos*, visto como de sentido oposto a *mais*, a polifonia resultante é a do aspecto recíproco: *ter menos pressa DC ser menos veloz*.

Outra estrutura a ser analisada é *voltar mais rápido*. Vejamos:

AI de *voltar* (X): neg-prosseguir DC retornar

AI de *mais rápido* (Y): ter pressa DC ser veloz

AI de *voltar mais rápido* (XY): neg-prosseguir DC acelerar o retorna

A escolha dessa AI resulta da aplicação da HL, pela qual descrevemos a expressão *voltar mais rápido* como uma ação que resulta da negação do prosseguimento e da afirmação do retorno. Aplicando a HGDC, observamos que *mais rápido* atua como **modificador realizante** de *voltar*. Aplicando o teste dos realizantes à AI de *voltar* (X DC REAL-Y), veremos que o modificador atua sobre a força do conseqüente retornar: *neg-prosseguir DC retornar mais rápido*. Pode-se dizer que *mais rápido* intensifica a ação de retornar, isto é, *retornar mais rápido* também decorre de *neg-prosseguir*.

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

A oração condicional expressa no primeiro enunciado marca, juntamente com o advérbio de negação, uma polifonia que, veremos no item 3, é muito importante para o movimento argumentativo do texto. O emprego da palavra *se* tem a função de oferecer opções ao interlocutor. Se ela não estivesse presente na frase, teríamos a AI neg-gostar DC neg-estar tudo bem, o que pressupõe o recíproco gostar DC estar tudo bem, aspectos com os quais o locutor concorda. A presença da palavra *se* altera essa AI, produzindo um aspecto converso: neg-gostar PT estar tudo bem, que é assumido pelo locutor e assimilado ao interlocutor, marcado pelo pronome *ocê*. Não é possível descrever aqui, a palavra *se* no quando teórico dos operadores. A expressão do fenômeno lingüístico da condição tem sido objeto de estudo de várias

pesquisas³³. O que importa aqui é como ela atua sobre a polifonia presente no enunciado.

O modificador realizante *mais rápido* atua, como já vimos, sobre a força argumentativa de *voltar*, especialmente sobre o segmento conseqüente que integra sua argumentação interna, e é esse o aspecto que o locutor assume.

3) análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, com seus argumentos e conclusões.

A importância dos modificadores na orientação argumentativa desse discurso fica mais clara ao analisarmos a relação entre os dois enunciados que o constituem. A princípio, a relação entre os dois enunciados parece ser orientada pela palavra *se*. Como já dito acima, ela oferece ao interlocutor a opção de se sentir bem, mesmo que não goste da trilha. Essa palavra transforma a AI normativa do enunciado (*neg-gostar da trilha DC neg-estar tudo bem*) em AI transgressiva (*neg-gostar da trilha PT estar tudo bem*).

Podemos resumir o sentido desse discurso pelo aspecto *neg-gostar da trilha DC voltar mais rápido*, assumido pelo locutor, que pressupõe seu aspecto recíproco *gostar da trilha DC neg-voltar mais rápido* (voltar devagar), aspecto com o qual o locutor concorda. Como vemos, ambos os modificadores – *não* e *mais rápido* – compõem os segmentos do aspecto assumido pelo locutor.

Diremos ainda, que o modificador *mais rápido* intensifica a força do segundo enunciado. Ao analisarmos a AE do referido enunciado, verificamos que ele pode ser tomado como argumento, conforme expresso no aspecto *voltar mais rápido para casa DC ficar tudo bem*, o qual o locutor assume, que contrasta com seu aspecto recíproco: *neg-voltar rápido DC neg-ficar tudo bem*. O argumento reforçado por *mais rápido* é favorável à conclusão apresentada pelo aspecto transgressivo constituído pela influência da palavra *se* (*neg-gostar da trilha PT estar tudo bem*). A argumentação do discurso orienta o interlocutor para a conclusão *ficar tudo bem*. O interlocutor tem, assim, três opções: *gostar da trilha DC ficar tudo bem*; *neg-gostar da trilha DC neg-ficar tudo bem*; e, *neg-gostar da trilha PT ficar tudo bem*. Esta

³³ Sobre a condição, sugerimos consultar Ducrot (1980b, 1981, 1987), Dall’Cortivo (2009), entre outros.

última opção é a que o locutor assume como melhor para o interlocutor, pois mesmo que este não goste da trilha, as conseqüências ruins de não gostar são minimizadas pelo tênis da marca anunciada, porque ele permite ao interlocutor voltar mais rápido para casa. O termo mais rápido reforça um argumento que leva à conclusão ficar tudo bem, ratificando, assim, a conclusão para a qual orienta a palavra se, presente no primeiro enunciado.

É importante ressaltar, também, que nesse discurso é necessário recorrer às imagens apresentadas na publicidade. Para compreendermos o sentido da palavra ele, no discurso, precisamos compreender a que ela se refere: o tênis da marca Timberland.

4.4.4 Análise 4

O discurso a seguir é um fragmento (primeiro parágrafo) de um texto publicado no portal da empresa SERPRO, acessado em 23/10/2009. O texto completo encontra-se no Anexo A, deste trabalho. Optamos por analisar somente o primeiro parágrafo por considerarmos o texto inteiro muito extenso.

Sem sair de casa

[...]

Durante o ano de 2006 um grupo de 23 empregados do Serpro passou a integrar uma iniciativa inédita para o setor público brasileiro (1). Eles integraram o projeto-piloto do programa de teletrabalho da Empresa, vivenciando a experiência de cumprir boa parte das atividades profissionais sem sair de suas residências (2). Iniciado em dezembro do ano anterior, o programa mostrou resultados que superaram as expectativas iniciais, trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização (3).

Publicado em:

http://www.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/Tema/tema_190/materias/Sem-sair-de-casa

1) Identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores e construtores.

A primeira estrutura que analisaremos é a expressão **iniciativa inédita**. Propomos para essa estrutura o seguinte desdobramento:

AI de *iniciativa* (X): proposição de algo novo DC realização de algo novo

AI de *inédita* (Y): diferente DC original

AI de *iniciativa inédita* (XY): proposição de algo novo DC realização de algo original

Entendemos que não é possível aplicar a HG para propor a AI de (XY) porque a palavra *iniciativa* não apresenta um segmento passível de ter sua força realizada ou desrealizada em termos de gradualidade, como ocorre com os exemplos *parente próximo* e *problema difícil*. Parece-nos mais adequado descrever essa estrutura pela HL, entendendo que *inédita* constrói o sentido de *iniciativa*, acrescentando-lhe o sentido de originalidade. Dizer que uma iniciativa é inédita é dizer que ela é original, diferente daquilo que já existe em termos do objeto descrito, o ineditismo decorre da diferença e da originalidade. Verificamos que a AI de (XY) contém palavras plenas da AI de (X) e da AI de (Y), o que nos conduz a afirmar que *inédita* é um **construtor**.

Outra estrutura do tipo (XY) é a expressão *setor público*, para a qual propomos a seguinte análise:

AI de *setor* (X): exercício de atividade DC prestação de serviço

AI de *público* (Y): pertencente aos cidadãos DC pertencente ao Estado

AI de *setor público* (XY): prestação de serviço ao cidadão DC dever do Estado

Pela HL, diremos que o serviço prestado ao cidadão decorre de um dever do Estado. A palavra *setor* não pode, nos termos da HG, ser modificada pela palavra *público*. Por isso, entendemos que essa palavra atua sobre a palavra *setor* como

um **construtor** do sentido, e não como um operador (modificador ou internalizador). Por isso, diremos que a AI de (XY) contém as palavras plenas da AI de (X) e da AI de (Y).

Além disso, a expressão *setor público* vem acompanhada da palavra *brasileiro*, o que nos leva a formular outra estrutura XY: *setor público brasileiro*, analisada a seguir:

AI de *setor público* (X): prestação de serviço ao cidadão DC dever do Estado

AI de *brasileiro* (Y): nascido no Brasil DC pertencente ao Brasil

AI de *setor público brasileiro* (XY): serviço prestado ao cidadão do Brasil DC serviço prestado no Brasil

Novamente, deparamo-nos com uma expressão que não pode ser, no contexto em que aparece utilizada, modificada em termos de gradualidade: *setor público*. Verificamos, então, a palavra *brasileiro* atua sobre essa expressão como um **construtor**.

Nesse texto, também chamamos a atenção para a ocorrência de um internalizador: *cumprir boa parte das atividades profissionais sem sair de suas residências*. Vejamos os encadeamentos relativos à AI:

AI de *cumprir boa parte das atividades profissionais* (X): trabalhar DC sair de casa

AI de *sem sair de suas residências* (Y): neg-sair DC permanecer em casa

A AI de (X) foi por nós construída, com base nas orientações apresentadas por Ducrot (2005), para a análise dos internalizadores. Entendemos que a expressão *cumprir boa parte das atividades profissionais* contém em si mesma a idéia de *trabalhar fora de casa*, a idéia de *resultado obtido fora de casa* e essa é a orientação argumentativa de (X). Assim sendo propomos duas AE para (X):

AE normativa de (X): *cumprir boa parte das atividades profissionais DC neg-permanecer em casa*

AE transgressiva de (X): *cumprir boa parte das atividades profissionais PT neg-neg-permanecer em casa*

A AE transgressiva de (X) é o aspecto converso da AE normativa, e essa polifonia marca a relação entre os segmentos da estrutura (XY). Nas argumentações externas acima propostas, verificamos nos segmentos aportados a presença de segmentos que integram a AI de (Y). Pode-se dizer, então, que (Y) tem a função de **internalizador transgressivo**, pois na AI da estrutura (XY) ele é responsável por conservar o aspecto transgressivo da AE de X.

Outra estrutura XY a ser analisada é constituída pela expressão *resultados que superaram as expectativas iniciais*, em que:

AI de *resultados* (X): ação DC efeito

AI de *que superaram as expectativas iniciais* (Y): ter limite PT ultrapassar limite

AI de *resultados que superaram as expectativas iniciais* (XY): ação realizada com limite PT limite ultrapassado (neg-limite)

A AI que propusemos para a palavra *resultados* descreve o sentido da palavra como o efeito que decorre de determinada ação. Lançando mão da HN, veremos que a palavra pode ser negada, pelo seu aspecto recíproco: *neg-ação DC neg-efeito*, que é o sentido de *neg-resultados*.

Na análise dessa estrutura XY, observamos que a palavra *resultados* não é modificada em termos de gradualidade pela frase que constitui o segmento Y. Assim, consideramos que a frase *que superaram as expectativas iniciais* atua sobre a palavra *resultados* como **construtor**, construindo seu sentido e orientando para a conclusão de que os resultados do projeto de teletrabalho são positivos.

Observamos que, na AI escolhida para o segmento (Y), há uma polifonia marcada pelo conector transgressivo. O sentido do verbo *superar* parece conter já uma noção de limite ultrapassado. Se dizemos que há superação, ela ocorre a partir de um ponto que se constitui num limite. No quadrado argumentativo, podemos observar melhor essa polifonia, aplicando a HN ao aspecto *ter limite PT ultrapassar limite*, e construindo, assim, o aspecto converso: *ter limite DC neg-ultrapassar limite*

(neg-neg-ter limite) . No contexto de uso em que o verbo *superar* aparece, o limite é representado pela noção de expectativa.

Finalmente, outra estrutura a ser analisada é *trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização*, com o seguinte desdobramento:

AI de *resultados que superaram as expectativas iniciais* (X): ter limite PT ultrapassar limite

AI de *trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização* (Y): beneficiar funcionários DC beneficiar a empresa

AI de *que superaram as expectativas iniciais, trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização* (XY): ultrapassar limites DC beneficiar funcionários e empresa.

Observamos que nessa estrutura (XY), a frase *trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização* (Y) atua como **construtor** do sentido de (X). Em especial, parece atuar sobre o sentido do verbo *superar*, especificando como ocorreu a superação das expectativas. Justificamos a escolha da AI de (XY) pela HL, que nos permite descrever o sentido da expressão considerando sua função no discurso. Entendemos, então, que beneficiar funcionários e empresa decorre de ultrapassar limites. Assim, temos na AI de (XY) termos plenos da AI de (X) e de (Y).

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

A AI do primeiro enunciado “Durante o ano de 2006 um grupo de 23 empregados do Serpro passou a integrar uma iniciativa inédita para o setor público brasileiro”, pode ser expressa pelo encadeamento *empresa realiza algo novo DC realiza algo original*, aspecto que o locutor assume, cuja polifonia pode ser expressa pelo seu aspecto recíproco *empresa neg-realiza algo novo DC neg-realiza algo original*, aspecto com o qual o locutor concorda.

O segundo enunciado “Eles integraram o projeto-piloto do programa de teletrabalho da Empresa, vivenciando a experiência de cumprir boa parte das atividades profissionais sem sair de suas residências”. tem sua AI expressa pelo encadeamento *trabalhar sem sair de casa DC realizar projeto original*, aspecto que o locutor assume, e que se opõe ao aspecto recíproco *neg-trabalhar sem sair de casa DC neg-realizar projeto original*, aspecto com o qual o locutor concorda.

O internalizador transgressivo *sem sair de suas residências*, que constitui o primeiro segmento da AI do segundo enunciado marca o ponto de vista assumido pelo locutor. A relação estabelecida entre *trabalhar* e *sem sair de casa* é polifônica. Considerando *trabalhar* (X) e *sem sair de casa* (Y), vemos que (Y) exerce certa oposição em relação a (X). O aspecto que expressa a AI de (X) tem pelo menos um dos seus segmentos contestados por segmentos da AI de (Y). Vejamos:

AI de (X): *trabalhar DC sair de casa*

AI de (Y): *neg-sair DC permanecer em casa*

Pela AI de (X) *trabalhar* (suporte) leva a *sair de casa* (aporte), e este último segmento é negado tanto pelo segmento suporte quanto pelo aporte da AI de (Y). É o aspecto expresso pelo internalizador transgressivo que o locutor assume.

A AI do terceiro enunciado “Iniciado em dezembro do ano anterior, o programa mostrou resultados que superaram as expectativas iniciais, trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização” pode ser expressa pelo encadeamento *ultrapassar limites DC trazer benefícios*, cuja polifonia é expressa pelo aspecto também recíproco *neg-ultrapassar limites DC neg-trazer benefícios*.

3) análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, seus argumentos e conclusões.

Observamos que os construtores presentes nesse fragmento contribuem para aumentar a força argumentativa do ponto de vista presente no sentido expresso pelo internalizador *sem sair de casa*. O sentido do construtor *inédita*, presente no primeiro enunciado, é conclusivo após realizarmos a leitura do segundo enunciado. Podemos

expressar essa “leitura” através do encadeamento *trabalhar sem sair de casa DC iniciativa inédita*. O internalizador *sem sair de suas residências* exerce uma orientação argumentativa no sentido de especificar o projeto do teletrabalho, constituindo um argumento favorável ao ineditismo atribuído ao referido projeto pelo construtor *inédita*.

Por outro lado, esse mesmo construtor pode articular-se como segmento aporte em encadeamentos elaborados a partir das AI do terceiro enunciado, as quais contêm outros construtores. Eis alguns encadeamentos possíveis:

resultados superam as expectativas DC iniciativa é inédita

a superação traz vantagens DC iniciativa é inédita.

Como vemos, o construtor *inédita* exerce uma orientação argumentativa que vem a ser reforçada no desenvolvimento do parágrafo por outros construtores e pelo internalizador.

4.4.5 Análise 5

O discurso a seguir é um fragmento de um texto publicado no portal da Lancenet, acessado em 26/11/09. O texto completo encontra-se no Anexo A, deste trabalho. Analisaremos somente o título, pois o mesmo apresenta a ocorrência de internalizador:

Rubinho afirma que esforço não foi em vão

Publicado em: <http://www.lancenet.com.br/noticias/09-10-19/638118.stm>

1) Identificação e análise das ocorrências de estruturas XY, empregando-se o conceito de argumentação interna de cada palavra que compõe a estrutura, e classificação dos operadores e construtores.

Nesse fragmento de texto, destacamos a expressão **esforço não foi em vão**, a qual analisaremos em dois momentos. Tomamos, primeiramente, a expressão **esforço foi em vão**. Vejamos os encadeamentos relativos à AI:

AI de *esforço* (X): dedicação DC conquista

AI de *em vão* (Y):

AI de *esforço em vão* (XY): dedicação PT neg-conquista

Na AI de (X) entendemos, pela HL, que a dedicação, o esmero, conduzem a conquistas. Por isso, escolhemos para a AI de *esforço* o aspecto *dedicação DC conquista*. Parece já haver no sentido dessa palavra o resultado da dedicação à determinada atividade: a conquista de alguma coisa. Entendemos, portanto, que a conquista é a conseqüência natural do esforço e que a negação de *esforço* (neg-esforço) contém o aspecto recíproco: *neg-dedicação DC neg-conquista*. Não nos parece possível atribuir uma argumentação interna à expressão *em vão*, presente na estrutura que analisamos. Observamos que essa expressão produz uma argumentação transgressiva na AI de (XY).

Analisando a AE de X, verificamos dois possíveis aspectos:

AE normativa de (X): esforço DC conquista

AE transgressiva de (X): esforço PT neg-conquista

A AE transgressiva de (X), que é o aspecto converso da AE normativa, está presente na AI de (XY). Temos então em (Y) um **internalizador transgressivo**, cuja função é trazer para dentro da AI de (XY) o aspecto transgressivo da AE de (X).

Analisemos, agora, a expressão inteira: **o esforço não foi em vão**. Como vimos, *esforço em vão* contém em sua AI o aspecto *dedicação PT neg-conquista*, sendo que o aspecto transgressivo dessa argumentação é construído em função da presença do internalizador *em vão*. Com a presença do advérbio de negação,

construímos um novo aspecto para o enunciado, cujo efeito de sentido resulta na neutralização ou anulação do efeito de *em vão*. Vejamos:

AI de esforço em vão (X): dedicação PT neg-conquista

AI de esforço não foi em vão (XY): dedicação DC neg-neg-conquista

Segundo a lei de negação, temos nessa estrutura, a negação decorrente do aspecto converso da AI de (X), construída pela troca do conector, de PT para DC e novamente pela negação do segundo termo, produzindo-se assim, uma dupla negação, que resulta num termo positivo: *neg-neg-conquista* significa *conquista* ou seja: *dedicação DC conquista*.

Observamos, então, que a palavra *não* tem a função de **modificador desrealizante inversor**, mas num contexto diferente daquele previsto pela Teoria da Argumentação na Língua. Nesse discurso, está claro que a palavra *não* está atuando sobre o sentido construído pelo internalizador transgressivo *em vão*, neutralizando-o.

2) Análise da polifonia presente nos enunciados, pela Teoria dos Blocos Semânticos, através da construção de encadeamentos e verificação da posição assumida pelo locutor frente aos pontos de vista.

O sentido do enunciado é expresso pelo encadeamento *realizar esforço DC realizar conquista*, em que o locutor assume o aspecto *esforço DC conquista*, e refuta o aspecto converso *esforço PT neg-conquista*, construído pelo internalizador transgressivo.

3) análise da relação de operadores e construtores com a orientação do discurso, seus argumentos e conclusões.

A atuação do modificador desrealizante inversor sobre o internalizador transgressivo é de anular a força do internalizador. Com esse efeito de sentido, ele produz uma orientação argumentativa a favor do verbo afirmar. Ora, dizer que Rubinho afirma que o esforço não foi em vão é aceitar a orientação argumentativa imposta pelo verbo *afirmar*. Nesse jogo de palavras, surgem vozes de *afirmar* e

negar, mas mantém-se, com auxílio da negação, a orientação argumentativa da afirmação.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Evidências das hipóteses

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foram construídas três hipóteses, assim sintetizadas:

HIPÓTESE 1 – O *construtor* difere do operador porque constrói o sentido da expressão XY.

HIPÓTESE 2 – Palavras, termos de orações e orações podem exercer a função de operadores e construtores.

HIPÓTESE 3 – Operadores e construtores interferem na força de segmentos de encadeamentos (suporte e aporte) do discurso.

As análises realizadas, até aqui, apresentam evidências dessas três hipóteses.

Evidências da Hipótese 1 na análise 1

Na oração *não desgruda do bebê*, observamos que a palavra *não* tem a função de construtor, uma vez que não reorganiza os aspectos de *desgrudar*, que seria o papel do modificador. Essa palavra faz intervir no sentido da expressão um outro aspecto em que a negação da aderência e a negação de cuidado não mais aparecem, deixando clara a diferença de sentido entre *grudar/desgrudar* e *não desgrudar*.

Na expressão *consistência única*, a palavra *única* tem função de construtor porque marca a construção de um novo sentido. No entanto, só é possível confirmar o papel de construtor após a análise da função do fragmento que segue (*que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas*). Essas orações foram classificadas como construtoras, da seguinte forma:

X: forma uma barreira

Y1: para proteger o seu bebê (construtor)

Y2: e durar até a próxima troca de fraldas (construtor)

Nosso entendimento é de que Y1 e Y2 constroem o sentido de X. Por sua vez, este fragmento XY(1e 2) também atua como construtor sobre o sentido de *consistência única*. Vejamos:

X: consistência única

Y: que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas (construtor)

É possível elaborar um encadeamento em que a palavra *única* assume o papel de segmento aporte:

a consistência forma barreira para proteger e durar DC a consistência é única

Parece-nos claro que o sentido de *única* decorre do sentido dado pelas orações *que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas*. A consistência é única porque forma uma barreira para proteger e durar. Por isso, concluímos que a palavra *única* é um construtor em relação à palavra *consistência*.

Evidências da Hipótese 2 na análise 1

A análise 1 é especialmente “rica” em termos que evidenciam as variadas marcas lingüísticas que podem exercer papel de operador ou construtor. Vejamos:

Modificadores:

a) *de verdade*: adjunto adverbial que exerce a função de modificador realizante.

b) a palavra *não*, na oração *Não arrisque a pele do seu bebê*: advérbio de negação, que exerce a função de modificador desrealizante inversor.

Construtores:

a) a palavra *não* na expressão *não desgruda*: advérbio de negação que exerce a função de construtor do sentido de verbo.

b) a palavra *única*, na expressão *consistência única*: adjetivo que exerce a função de construtor do sentido de nome.

c) as orações *para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas* em relação à oração *forma uma barreira*: orações que exercem papel de construtoras do sentido de oração.

d) as orações *que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas* em relação ao termo *consistência única*: orações que exercem papel de construtoras do sentido de adjetivo (ou construtoras de outro construtor).

Evidências da Hipótese 3 na análise 1

a) importância do modificador realizante *de verdade* e do construtor *não*, em *não desgruda*

A presença do construtor *não*, na oração *não desgruda do bebê*, impõe, juntamente com o realizante *de verdade*, uma leitura de que a proteção oferecida por Hipoglós é forte. Se eliminarmos a dupla negação presente em *não desgruda*, e o realizante *de verdade*, teremos uma leitura que chamaremos de comum: *quem protege gruda no bebê*. No entanto, o ponto de vista imprime força ao segmento suporte, e conseqüentemente ao aporte, quaisquer que sejam os papéis assumidos por ambos no enunciado. Vejamos:

Proteger de verdade (suporte) DC não desgrudar do bebê (aporte)

ou

Não desgrudar do bebê (suporte) DC proteger de verdade (aporte).

Seja qual for a ordem em que os segmentos apareçam nos encadeamentos, os pontos de vista apresentados pelo realizante e pelo construtor são os que o locutor assume, refutando assim qualquer ponto de vista enfraquecedor.

b) a importância do construtor *única*

Como apontado nas análises, o sentido de *consistência única* é definido pelas orações *que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fralda*. Entendemos que esse construtor tem uma função importante na orientação do discurso especialmente porque funciona como um índice de polifonia, deixando claro ao interlocutor que existem outras consistências, mas somente a de Hipoglós forma uma barreira protetora e durável.

Por outro lado, em razão dessa polifonia, o termo *única* chama para si uma gradualidade que resulta das relações estabelecidas no discurso. Quer dizer, o termo em si não contém uma gradualidade do tipo expressa por *pouco, um pouco, mais*, etc. mas parece criar um efeito de modificador sobre-realizante sobre *consistência*, uma vez que impõe o ponto de vista de que a consistência é especial, não é igual às outras, o que pode levar o interlocutor a concluir que a consistência de Hipoglós é melhor que as demais consistências.

c) a importância de *não*, na expressão *não arrisque*

A presença do modificador desrealizante inversor *não*, na oração **Não arrisque a pele do seu bebê** marca uma polifonia no discurso que vai ao encontro da polifonia marcada por *única*. Isto é, se o interlocutor usar Hipoglós, não colocará a pele do bebê em risco, mas se usar outro produto, colocará a pele do bebê em risco. Hipoglós tem uma consistência melhor que as outras consistências, então, usar Hipoglós é não arriscar a pele do bebê.

Evidências da Hipótese 1 na análise 2

Nesta análise, apresentamos a expressão *de revenda* como *construtor* pois ela cria, especifica um novo objeto de discurso. Sua importância está relacionada ao

fato de construir o sentido do principal argumento do enunciado, deixando claro que o preço praticado junto ao consumidor é o melhor do mercado.

Evidências da Hipótese 2 na análise 2

A análise 2 apresenta dois modificadores sobrealizantes e um construtor.

Modificadores:

a) *melhor*: adjetivo que exerce a função de modificador sobre-realizante inversor.

Sobre esse item, cabe-nos dizer que, na classificação apresentada por NEGRONI (1995), não estão previstas as atribuições de atenuador e inversor para os modificadores sobre-realizantes. Essas atribuições estão previstas para os modificadores desrealizantes. Resta-nos dizer, então, que no caso específico desse discurso, observamos um novo tipo de sobre-realizante: o inversor.

b) *só*: advérbio que atua sobre todo o enunciado exercendo a função de modificador sobre-realizante.

Construtores:

a) a expressão *de revenda*: locução adjetiva que exerce a função de construtor do sentido da palavra *valor*.

Evidências da Hipótese 3 na análise 2

a) a importância do construtor *de revenda*:

Em relação ao movimento argumentativo, observamos que o construtor de revenda tem sua importância relacionada à própria constituição do sentido do argumento. A especificação marcada por esse construtor contribui para que o leitor perceba o ponto de vista assumido pelo locutor.

b) a importância do sobre-realizante *melhor*:

Este sobre-realizante tem importância fundamental no movimento argumentativo, pois ele atua sobre a força de *valor*, o que confere uma força especial ao próprio argumento. Observemos o encadeamento:

Chevrolet tem o melhor preço de revenda DC o consumidor é beneficiado

Dizer que a referida marca tem o melhor preço orienta para a conclusão de que o consumidor será beneficiado, pois a polifonia marcada pelo adjetivo *melhor* conduz para o ponto de vista de que o preço é menor. Como já explicitado acima, o ponto de vista de quem vende o produto, o melhor preço é aquele que proporciona maior lucro, portanto, é o preço maior. No entanto, a palavra *melhor* está marcando o ponto de vista do consumidor, segundo o qual o melhor preço é o menor.

Outras conclusões podem ser encadeadas ao argumento do melhor preço, com a mesma orientação: *o consumidor paga menos, o consumidor tem vantagens*.

c) a importância do sobre-realizante só:

Esse sobre-realizante tem sua importância relacionada ao sobre-realizante inversor *melhor*. Ele parece ter a função de reforçar a polifonia marcada pela comparação, e por isso mesmo tem papel fundamental no movimento argumentativo desse discurso.

Evidências da Hipótese 2 na Análise 3:

A análise 3 apresenta três modificadores:

a) *não*: advérbio que exerce a função de modificador desrealizante inversor.

b) *rápido*: advérbio que tem função de modificador realizante sobre o verbo *voltar*.

c) *mais rápido*: locução adverbial com função de modificador realizante sobre o verbo *voltar*.

Evidências da Hipótese 3 na Análise 3:

a) a importância do modificador *não*:

Em relação ao movimento argumentativo, observamos que esse modificador inverte a força argumentativa do verbo *gostar*, e essa força argumentativa invertida constitui o argumento da AI transgressiva orientada pela palavra *se*. Essa AI apresenta a conclusão para a qual converge o sentido do discurso: *ficar tudo bem*.

b) a importância do modificador realizante *mais rápido*:

Essa expressão atua, como vimos na análise, sobre o verbo *voltar*, aumentando sua força argumentativa, que conduz à conclusão geral do discurso: *ficar tudo bem*, conclusão esta que, segundo nosso entendimento, é o sentido que o locutor impõe, utilizando a palavra *se*.

Evidências da Hipótese 1 na Análise 4

Na análise 4 observamos 5 construtores.

A palavra *inedita* atua como construtor porque constrói o sentido de *iniciativa*, palavra que nesse contexto de uso não se presta a ter sua força modificada em termos de gradualidade. Como já verificamos, as palavras plenas da AI de *inedita* constituem a AI da expressão (XY).

Outro construtor é a palavra *público* em relação à palavra *setor*. *Público* não atua sobre a palavra *setor* em termos de gradualidade. Ao contrário, as palavras plenas de sua AI também constituem a AI da expressão XY da qual faz parte, assim como atua o construtor *brasileiro* sobre a expressão *setor público*.

A oração *que superaram as expectativas iniciais* atua como construtor sobre a palavra *resultados* e a oração *trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização* atua como construtor sobre o sentido de *superaram*, palavra presente na oração que a antecede.

Evidências da Hipótese 2 na Análise 4

Construtor:

a) a palavra *inédita*, na expressão *iniciativa inédita*: adjetivo que exerce a função de construtor do sentido de um nome;

b) a palavra *público*, na expressão *setor público brasileiro*: adjetivo que exerce a função de construtor do sentido de um nome;

c) a palavra *brasileiro*, na expressão *setor público brasileiro*: adjetivo que exerce a função de construtor do sentido de uma locução nominal (setor público);

d) a oração *que superaram as expectativas iniciais*, no fragmento *resultados que superaram as expectativas iniciais*: oração que exerce a função de construtor do sentido de um nome (*resultados*);

e) a oração *trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria organização* no fragmento *resultados que superaram as expectativas iniciais trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização*: oração que exerce a função de construtor do sentido de um verbo (*superaram*);

Internalizador:

a) *sem sair de suas residências*: oração subordinada reduzida que exerce função de internalizador transgressivo.

Evidências da Hipótese 3 na Análise 4

a) A importância do construtor *inédita*

Como já citado anteriormente, observamos que o construtor *inédita* tem um papel fundamental na orientação argumentativa do discurso. Seu sentido é conclusivo em relação a segmentos de vários encadeamentos que podem ser construídos. Por exemplo:

cumprimento de tarefa sem sair de casa DC iniciativa inédita.

os resultados superam as expectativas DC a iniciativa é inédita

a superação traz vantagens DC a iniciativa é inédita.

Certamente, esse construtor atua sobre a força argumentativa da expressão analisada, porque reforça o ponto de vista do locutor sobre o ineditismo do projeto implantado na referida empresa.

b) A importância do internalizador *sem sair de suas residências*

O internalizador *sem sair de suas residências* atua sobre o sentido de outra oração: *cumprir boa parte das atividades profissionais*. Entendemos que sua importância para a orientação do movimento argumentativo do discurso refere-se ao fato de que o sentido expresso por esse internalizador constitui uma característica importante do objeto de discurso do qual o texto está tratando: o projeto do tele-trabalho.

Evidências da Hipótese 2 na Análise 5

Modificador:

a) A palavra *não*, na expressão *o esforço não foi em vão*: advérbio de negação que exerce a função de modificador desrealizante inversor sobre o sentido de uma locução adverbial.

Internalizador:

a) A expressão *em vão*, no fragmento *o esforço não foi em vão*: locução adverbial que exerce a função de internalizador transgressivo sobre o sentido de um nome.

Evidências da Hipótese 3 na Análise 5

a) A importância do internalizador transgressivo *em vão*:

Como citado anteriormente, o internalizador atua sobre um nome (*esforço*), transformando uma argumentação normativa em transgressiva.

b) A importância do modificador desrealizante inversor:

O modificador desrealizante inversor neutraliza ou anula a força do internalizador transgressivo. Com isso, ele produz uma orientação argumentativa que vai no mesmo sentido que a orientação imposta pelo verbo *afirmar*.

5.2 O conceito de *construtor*

Faz-se necessário, nesta seção, retomarmos, resumidamente, os conceitos relativos aos operadores.

Segundo a TBS, uma palavra *Y* é *modificador* em relação a uma palavra *X* se a AI do sintagma *XY* é constituída somente pelas palavras plenas contidas na AI de *X*. Decorre disso que *Y* não introduz nenhuma entidade nova plena nos aspectos que constituem a AI de *X*. O modificador apenas reorganiza-as, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação.

O internalizador é a palavra que permite integrar à AI de *XY* palavras plenas relacionadas à AE de *X*, garantindo assim uma espécie de passagem entre AE e a AI. Essa eventual passagem permite ver uma relação entre os dois modos de argumentação, respeitando sua dualidade. Dessa forma, se um aspecto em DC pertence à AE de uma expressão, o aspecto converso em PT lhe pertence também, e inversamente. Como esses dois aspectos não podem ser simultâneos na AI de uma mesma palavra, deve haver uma seleção e o internalizador assumirá ou o aspecto em DC ou o aspecto em PT. A função de assumir um ou outro aspecto impõe uma dualidade entre *internalizadores transgressivos*, que só conservam o aspecto em PT e os *internalizadores normativos*, que só conservam o aspecto em DC.

Com a finalidade de melhor compreender o funcionamento dos operadores – modificadores e internalizadores - propusemos a criação de um conceito relativo ao

papel contrário ao exercido pelos operadores, o de *construtor*, em função do qual foi construída a primeira hipótese de pesquisa. Após a realização das análises, entendemos que essa hipótese tem uma função explicativa importante para compreendermos os sentidos produzidos pela relação entre as palavras.

Apresentamos, então, o conceito de *construtor*, agora com mais clareza, após termos observado suas características e seus “comportamentos” nos enunciados em que ocorreu.

Uma palavra Y é considerada *construtor* em relação a X se a AI de XY contiver palavras plenas da AI de X e da AI de Y. Nesse caso, incluem-se as palavras Y às quais não se pode atribuir uma AI. O que importa é que Y introduz termo pleno novo no aspecto que constitui a AI de XY. O papel dos adjetivos e advérbios, então, é construir um novo sentido para XY, e não apenas reorganizar os seus aspectos (como é o papel de modificadores e internalizadores). Este conceito funciona como um critério para diferenciar a ocorrência de adjetivos e advérbios na função de operador de adjetivos e advérbios em outras possíveis funções.

Foi possível observar, também, que operadores e construtores não têm formas únicas, ou seja, as marcas lingüísticas são variadas, abrangendo, o que em gramática, classificamos como palavras, locuções adverbiais e adjetivas, e também algumas orações subordinadas, mais especificamente as adjetivas, o que não impede que haja outras orações subordinadas que possam exercer esses papéis.

Uma outra observação se faz necessária. Na análise 2, observamos que o modificador sobre-realizante *melhor* constrói uma inversão. Esta função não está prevista nos estudos de Negroni (1995), mas pareceu-nos perfeitamente possível, em função da descrição polifônica que propusemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Argumentação na Língua postula que a argumentação está no léxico, e foi construída tendo como uma de suas bases a noção saussureana de relação. Para aplicarmos a teoria à análise de textos, é mister observar as relações entre palavras, entre frases, entre parágrafos construídas por um locutor que é, sempre e acima de tudo, um argumentador.

Nosso trabalho, então, propôs empregar os conceitos da teoria para explicar o sentido resultante das relações tecidas pelo argumentador. Entendemos que, sem compreendê-las, não é possível apreender o sentido. Para isso, propusemos um recorte: estudar os operadores na argumentação do discurso. Tal recorte exigiu que traçássemos um percurso, no qual incluímos o conceito de *construtor*. Sentimos a necessidade de comparar a função de operador com a de um “não-operador”, para melhor compreendermos seu funcionamento na orientação argumentativa do discurso. Nesse sentido, entendemos que a principal contribuição da presente tese para os estudos do discurso refere-se à criação do conceito de *construtor*, uma vez que ele permite analisar a ocorrência dos operadores com maior clareza.

Outro ponto relevante da tese diz respeito ao inventário das marcas lingüísticas de operadores e construtores. A TAL nos fornece uma idéia geral sobre as palavras e expressões que podem exercer a função de operador. Acreditamos que, através de nossas análises, está demonstrado que o operador tem várias formas lingüísticas, o que também vale para os construtores. Verificamos que além de adjetivos e advérbios, os adjuntos adverbiais e adnominais, e as orações relativas, explicativas e restritivas (considerando a terminologia da gramática normativa) também podem assumir essas funções no discurso.

Outra questão levantada pelas análises é a classificação dos modificadores sobre-realizantes. Como já citado anteriormente, esses modificadores foram analisados por Negroni (1995), à luz da Teoria dos Topoi, e até o presente momento, há poucos estudos sobre esses modificadores do ponto de vista da Teoria dos

Blocos Semânticos. Em nossas análises, observamos que além de ser possível sua descrição pela TBS, eles podem ter também a função de inversores, semelhante à função dos modificadores desrealizantes.

Nossas análises também comprovaram o papel da negação na função de modificador desrealizante inversor. Algumas análises que realizamos, e que foram descartadas da presente pesquisa por questões de delimitação, mostraram que a negação pode também exercer a função de *construtor*, o que merece ser melhor investigado.

Ressaltamos, também, que em algumas situações, o sentido de gradualidade resulta não especificamente da atuação de um modificador, mas do sentido do discurso como um todo. É o que ocorre com a palavra *única*, na análise 1. Esta palavra não expressa gradualidade como vocábulos do tipo *pouco, um pouco, mais*, entre outras, mas evoca uma polifonia ao impor o ponto de vista de que a consistência é especial em relação a outras consistências, o que faz produzir essa gradualidade. A noção de grau é apreendida como resultante das relações que se estabeleceram no discurso, é uma espécie de aporte, e, vista dessa maneira, constitui-se para nós um interessante objeto de pesquisas futuras.

É importante registrar, ainda, que as ocorrências de modificadores e construtores são mais freqüentes que as de internalizadores. Cada texto selecionado para a tese requereu uma análise prévia, em busca do nosso objeto de pesquisa. Nessa busca, deparamo-nos com grande número de modificadores e construtores, e com poucos internalizadores.

Além disso, foi possível observar que cada ocorrência tem suas particularidades em relação ao sentido, cada ocorrência é única, o que comprova mais uma vez que o sentido se constrói pela relação entre as palavras. É o que observamos, por exemplo, com os diferentes papéis exercidos pela palavra *não*: na análise 1, tem a função de construtor na expressão *não desgruda do bebê* e modificador desrealizante inversor na expressão *não arrisque*; na análise 4, tem a função de modificador desrealizante inversor em relação ao internalizador *em vão*, na expressão *esforço não foi em vão*. Esses vários papéis exercidos pela negação

constituem um interessante objeto para pesquisas futuras, sob o prisma enunciativo, porque mostram a enunciação no discurso.

Observamos, também, durante o desenvolvimento das análises, as diferentes atuações de operadores e construtores sobre determinadas palavras. Entendemos que o conceito de *construtor* é esclarecedor para a compreensão dessas atuações. Mas, há outros fatores a serem observados. A TAL exemplifica os modificadores através de expressões do tipo *parente próximo* ou *problema fácil*. Está claro para nós que os adjetivos *próximo* e *fácil* atuam sobre a força argumentativa dos nomes aos quais se aplicam. Temos que, nesses exemplos, os nomes apresentam uma argumentação passível de ser *modificada* (e não *construída*) por esses adjetivos. É interessante - e isso merece nova pesquisa - observar que o papel de *fácil* na expressão *problema fácil* não é o mesmo exercido na expressão *caminho fácil*, por exemplo. Parece que a palavra *caminho* não apresenta uma argumentação passível de ser *modificada* em termos de grau pela palavra *fácil*, mas sim passível de ser *construída/reconstruída* por ela. Isso não quer dizer que *caminho* não possa ser *modificada*, em termos de grau, por outras palavras.

Isso nos mostra que é a palavra ou expressão, a ser modificada ou construída, que orienta as relações de modificação ou de construção. No caso da modificação, a expressão modificada deve conter uma argumentação à qual possa ser aplicada a noção de grau. Por outro lado, a palavra modificadora pode conter em si mesma a noção de grau - *pouco, um pouco, mais* - ou não - *fácil, próximo*. No caso da construção, a palavra ou expressão sobre a qual atua o construtor pode ou não conter uma argumentação passível de ser modificada em termos de grau. Se contiver, não é sobre esse aspecto que o construtor irá atuar, mas sobre um outro aspecto do sentido da expressão, como parece ser o caso dos construtores que atuam sobre as palavras *parente* e *problema* nas expressões *parente alegre, parente bonito, um belo problema*, entre outras. Tudo isso nos remete, e já o dissemos anteriormente, à idéia de que o sentido se constrói pela relação entre as palavras, o que traz à tona a noção saussureana de relação, que está no seio da Teoria da Argumentação na Língua.

Entendemos que o estudo aqui apresentado não esgota o tema dos operadores. Pelo contrario, aponta os operadores como um campo bastante rico a ser explorado por pesquisas futuras, que certamente trarão incontáveis contribuições para a pesquisa em Lingüística e, em especial, para os estudos sobre a argumentação.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J-C. & DUCROT, O. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilla y Marta Tordesillas. Madri: Gredos, 1994.

ANSCOMBRE, J-C. Pero/Sin embargo en la contra-argumentación directa: razonamiento, genericidad y léxico. In: **Signo y Señá**, n. 9. Buenos Aires: junho, 1998.

AZEVEDO, T. M. Os conceitos de texto e discurso em três momentos da teoria de Ducrot. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 123-134, set. 2002.

AZEVEDO, T. M. **Semântica Argumentativa: uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso**. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2003.

BARBISAN, L. B. A construção da argumentação no texto. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 135-147, set. 2002.

BARBISAN, L. B. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: SILVA, J. Maria da. ESPÍNDOLA, L.. **Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi**. Editora Universitária: João Pessoa, 2004.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II. Trad.: Eduardo Guimarães *et al.* Revisão: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRASIL. Serpro. **Sem sair de casa**. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/Tema/tema_190/materias/Sem-sair-de-casa>. Acesso em: 23 out. 2009.

CAREL, M.. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. **Letras de Hoje**. v. 32, n. 1, p. 23-40, mar. 1997.

CAREL, M. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. Trad.: Corina García González. **Signo y Señá**, n. 9. Buenos Aires, jun. 1998.

CAREL, M. Prédication et argumentation. **Fórum lingüístico**. Florianópolis, v. 1, n. 1, jul-dez 1998.

CAREL, M. Qu'est-ce qu'argumenter? **Revista de retórica y argumentación**. Año 1, n. 1, jan. 2001, p. 75-80 – www.asociación-logo.org/revista-logo.htm

CAREL, M. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. **Langages**, n. 142, jun. 2001.

CAREL, M. Argumentação interna aos enunciados. Trad.: Leci Borges Barbisan. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2002.

CAREL, M. La explicación redundante. *In*: ARNOUX, E. N. de; NEGRONI, M. M. G. **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires, 2004.

CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005.

CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B (Org.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

DALL'CORTIVO. C. **O sentido argumentativo da condição**. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

DUCROT, O. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980a.

DUCROT, O. **Les échelles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980b.

DUCROT, O. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. Trad.: Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar. T. Pais. São Paulo: Global Ed., 1981.

DUCROT, O. Enunciação. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Rev. téc. da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. Argumentação e topoi argumentativos. *In*: GUIMARÃES, E. *et al.* **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989a.

DUCROT, O. **Logique, structure, Énonciation**. Paris: Minuit, 1989b.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad Del Valle, 1990.

DUCROT, O. Los modificadores desrealizantes. Trad.: Corina García González e Alicia Barbieri. *In*: **Signo y Señá**, no. 9. Buenos Aires: junho, 1998a.

DUCROT, O. Léxico y gradualidad. Trad.: Corina Garcia González. *In: Signo y Seña*, n. 9. Buenos Aires: junho, 1998b.

DUCROT, O. Sémantique Linguistique et analyse de textes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, nº 35, p. 19-36, jul/dez 1998c.

DUCROT, O. Critères argumentatifs et analyse lexicale. **Langages**, n. 142, jun. 2001.

DUCROT, O. Quelques raisons de distinguer ,“locuteurs” et “énonciateurs”. **Polyphonie – linguistique et littéraire**, Roskilde, nº III, p. 9-41, mai 2001.

DUCROT, O. Os internalizadores. Trad.: Leci Borges Barbisan. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

DUCROT, O. Introducción. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005a.

DUCROT, O. Los bloques semánticos y el cuadrado argumentativo. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005b.

DUCROT, O. Argumentación interna y argumentación externa. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005c.

DUCROT, O. Los efectos semánticos de las operaciones sintácticas. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005d.

DUCROT, O. Los internalizadores. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005e.

FARACO, C. E.; MOURA, F.M. **Gramática nova**. São Paulo: Ática, 2003.

FREITAS, E. C. **A teoria da Argumentação na Língua: Blocos Semânticos e a descrição do sentido no discurso**. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

FLØTTUM, K.; NORÉN, C.. Polyphonie – de l'énoncé au texte. In: CAREL, M.. **Les facettes du dire. Hommage à Oswald Ducrot**. Éditions Kimé: Paris, 2002.

GRAEFF, T. F. **Resumo de textos: uma proposta baseada na semântica argumentativa**. Passo Fundo: UPF, 2001.

KURTZ-DOS-SANTOS. S. C. **Articulando Lingüística e Lingüística Aplicada: Semântica Argumentativa e ensino de Inglês**. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LANCENET (Brasil). (Ed.). **Rubinho afirma que esforço não foi em vão**. Disponível em: <<http://www.lancenet.com.br/noticias/09-10-19/638118.stm>>. Acesso em: 26 nov. 2009.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciência humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MASSERON, C., AURICCHIO, A. & PERRIN-SCHIRMER, C. La polyphonie des discours argumentatifs: propositions didactiques. **Pratiques**, n. 123/124, dez/2004, p. 171-211.

MATSUMURA, S. **O resumo à luz da Teoria Polifônica da Enunciação**. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NEGRONI, M. M. G. Scalarité et réinterprétation: les modificateurs surrealisants. In: ANSCOMBRE, J-C.; DUCROT, O. et al. **Théorie des topoi**. Paris: Kimé, 1995.

NEGRONI, M. M. G. Acerca de los fenomenos de relectura y reinterpretación en el discurso. **Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad**, v. 2, n. 4. Barcelona: Gedisa Editorial, dic. 2000.

NEGRONI, M. M. G. **Gradualité et réinterprétation**. Paris: L'Harmattan, 2003.

Publicidade da **Revista Veja**. 9 de abril de 2003, p. 7.

Publicidade da **Revista Veja**. 9 de abril de 2003, p. 27.

Publicidade da **Revista Veja**. 9 de abril de 2003, p. 79.

RACCAH, P-Y. La semántica de los puntos de vista: hacia una teoría científica y empírica de la construcción del sentido. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 45-71, set. 2002.

SANTOS, N. L. Estrutura argumentativa: recursos e marcas lingüísticas na propaganda eleitoral. **Perspectiva**. Erechim: EdiFAPES, v. 26, nº 96, p.7-17, dez. 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, s.d [2000].

SILVEIRA, M. I. da. **Teoria da Argumentação na Língua e Polifonia: uma perspectiva de aplicação ao ensino**. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VOGT, C. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANEXO A – Publicidade da pomada Hipoglós

Quem protege de verdade não desgruda do bebê.

Hipoglós tem uma consistência única que forma uma barreira para proteger o seu bebê e durar até a próxima troca de fraldas.

Não arrisque a pele do seu bebê. Fique com Hipoglós. Nele você confia.



Carinho e proteção que não se esquece.

**AO PERSISTIREM OS SINTOMAS,
O MÉDICO DEVERÁ SER CONSULTADO.**

Retinol, Colecalciferol e Óxido de Zinco. Contra-indicado nos casos de hipersensibilidade aos componentes da fórmula. MS: 1.2143.0016.

ANEXO B – Publicidade da marca Fiat

SÓ A CHEVROLET TEM O MELHOR VALOR DE REVENDA DO BRASIL.

ALCAN

CHEVROLET CELTA



O MELHOR HATCH COMPACTO

CHEVROLET ASTRA SEDAN



O MELHOR SEDÃ MÉDIO

CHEVROLET BLAZER



O MELHOR UTILITÁRIO ESPORTIVO

CHEVROLET CORSA SEDAN



O MELHOR SEDÃ COMPACTO

CHEVROLET ASTRA



O MELHOR HATCH MÉDIO

CHEVROLET S10



A MELHOR PICKUP MÉDIA

CHEVROLET ZAFIRA



A MELHOR MINIVAN

A CHEVROLET GANHOU EM SETE CATEGORIAS DAS DEZ TESTADAS NA PESQUISA DOS MELHORES USADOS, REALIZADA PELA REVISTA QUATRO RODAS*.

OU SEJA, O RESULTADO ACABOU SENDO O QUE MUITA GENTE JÁ SABE: NA COMPRA OU NA REVENDA, O MELHOR NEGÓCIO POR QUILOMETRO RODADO É UM CHEVROLET.



*REVISTA QUATRO RODAS – MARÇO/2003



www.chevrolet.com.br CACC: 0800-702-4200

OS VEÍCULOS CHEVROLET ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE – PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES. PRESERVE A VIDA. USE O CINTO DE SEGURANÇA. FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. ALGUNS ITENS SÃO OPCIONAIS.

CHEVROLET  **CONTE COMIGO**

ANEXO C – Publicidade da marca Timberland

**FAST STRIKE** - Trail Running

- Entressola de E.V.A.: amortecimento e leveza.
- Advanced Arch Support: palmilha anatômica para mais conforto.
- Exclusivo solado B.S.F.P.[™]: melhor tração.

TIMBERLAND, AND B.S.F.P. ARE TRADEMARKS OR REGISTERED TRADEMARKS OF THE
TIMBERLAND COMPANY. ©2003 THE TIMBERLAND COMPANY. ALL RIGHTS RESERVED.



www.timberland.com.br - AMC: (011) 3167-7277 (Grande São Paulo e municípios com DDD 011) - 0800 7070 566 (demais localidades e estados).

ANEXO D – Texto publicado no portal da empresa SERPRO

Sem sair de casa

Serpro amplia programa de teletrabalho, que beneficia Empresa e empregados aliando economia, produtividade e qualidade de vida.

Durante o ano de 2006 um grupo de 23 empregados do Serpro passou a integrar uma iniciativa inédita para o setor público brasileiro. Eles integraram o projeto-piloto do programa de teletrabalho da Empresa, vivenciando a experiência de cumprir boa parte das atividades profissionais sem sair de suas residências. Iniciado em dezembro do ano anterior, o programa mostrou resultados que superaram as expectativas iniciais, trazendo vantagens significativas tanto para os participantes quanto para a própria Organização.

Em sua história, o Serpro vinha realizando experiências na adoção da modalidade de teletrabalho desde o ano de 1986, quando envolveu alguns empregados na sua Regional Rio de Janeiro (RJ). Dez anos depois, com alguns empregados em seu Escritório de Florianópolis (SC). Mas somente passada mais uma década, em 2006, foi efetivamente elaborado e executado um projeto estruturado, com componentes técnicos e administrativos sólidos e seguros, com aplicação de metodologia específica e concebida cientificamente para essa modalidade de trabalho.

A idéia desta vez deu tão certo que, em dezembro de 2006, a Diretoria do Serpro aprovou a continuidade e a ampliação do programa. Aos integrantes do projeto-piloto – lotados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro – se juntarão outros 50 empregados, agora situados em cada uma das suas dez regionais sediadas nas principais capitais do País. “É uma tendência crescente em vários países. Os resultados que obtivemos nesse primeiro ano foram bastante expressivos. Percebemos que, efetivamente, o programa foi bem aplicado; as pessoas tiveram um bom desenvolvimento, com aumento de produtividade, de qualidade de vida, economia de recursos e vários outros benefícios”, diz Armando Frid, diretor do Serpro e supervisor do programa de teletrabalho da Empresa.

Segundo Francisca Olberlinda, coordenadora da Unidade de Alinhamento Estratégico – Pessoas, que também é supervisora e grande entusiasta do programa, “o apoio dos teletrabalhadores foi o grande diferencial na obtenção do sucesso hoje alcançado”, analisa Bell, como é mais conhecida.

De acordo com Joselma Oliveira, idealizadora, criadora e coordenadora do projeto, o teletrabalho é uma modalidade que deve ser muito bem planejada antes de efetivamente aplicada numa organização. “Teletrabalho não é uma premiação ao empregado, mas uma forma diferenciada desse profissional desempenhar suas atividades na Empresa”, ensina.

Os primeiros estudos de Joselma sobre o tema nasceram durante a elaboração de sua tese de mestrado na área de Engenharia de Produção, pela

Universidade Federal de Santa Catarina. Nessas pesquisas, ela verificou que não existiam estatísticas sobre a presença dessa modalidade no Brasil, e que apenas algumas multinacionais privadas haviam colocado em prática ações aleatórias nesse sentido, a partir de experiências trazidas de outros países. Apesar das experiências anteriores, nas décadas de 80 e 90, o Serpro não havia estabelecido indicadores seguros para a gestão das mesmas, porque não existiam sequer referenciais externos comparativos, e a literatura a respeito ainda era incipiente.

Diante dessa constatação, Joselma levou à Diretoria, em 2005, a proposta de desenhar um modelo que se adequasse à realidade da Empresa. O desafio era criar uma metodologia que fosse eficientemente aplicável ao setor público brasileiro. Para tanto, foram realizadas ações de benchmarking para observar algumas aplicações do teletrabalho, inclusive em países como Argentina, Portugal e Estados Unidos. A concepção do projeto também contou com o apoio de parceiros importantes, como a Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Terminado o projeto-piloto, os números mostraram o sucesso da estratégia colocada em prática. Por meio de indicadores validados cientificamente, e avaliados a cada dois meses, comparou-se os resultados às metas que haviam sido definidas com base na literatura sobre o tema. Esses indicadores dividiram-se em quatro segmentos fundamentais: Produtividade, Economia de Recursos, Qualidade de Vida e Conformidade Profissional. Em todos eles, os índices superaram as metas anteriormente estabelecidas, mostrando a viabilidade de adoção do modelo no Serpro.

“Fizemos o piloto com muito pé no chão e muita tranquilidade, para, de fato, podermos avaliar corretamente todos os resultados. Quando a Diretoria amplia o programa, integrando mais 50 teletrabalhadores, distribuídos nas suas dez unidades regionais, o recado é que o Serpro passa a ter o teletrabalho como uma nova modalidade de trabalho e como uma política efetiva de gestão de pessoas. Claro que fazendo aos poucos e sempre com muita responsabilidade, pois precisamos monitorar e acompanhar os indicadores, ganhando em consistência”, afirma Eunides Chaves, superintendente de Gestão Empresarial – Pessoas, que também destaca-se como incentivadora incansável do Programa.

Benefícios para compreender essa superação no que diz respeito às metas estipuladas pelo projeto, é importante abordar cada um dos indicadores de forma mais detalhada. Com relação à Produtividade, foi estabelecido um percentual de 80% para o desempenho dos empregados na realização de suas atividades e cumprimento de metas. Entre as atividades executadas por meio do teletrabalho estavam o desenvolvimento e a manutenção de vários sistemas, a coordenação de equipes e grupos de trabalho, a implementação de aplicativos diversos, entre outras. As fontes de avaliação foram questionários respondidos pelos telegerentes e pelos teletrabalhadores. Ao final do processo, verificou-se uma produtividade de 89% em relação às metas pré-definidas; um resultado superior, portanto, ao nível estimado.

De acordo com a coordenadora do projeto, os resultados demonstram o acerto em respeitar as características individuais de cada empregado. “Todos nós temos um ritmo de produtividade diferenciado. Isso é orgânico, não se refere ao cargo que ocupamos”, analisa Joselma.

Segundo Eunides Chaves, os teletrabalhadores são orientados a trabalhar por metas. “Eles têm de apresentar resultados, têm de dar essa resposta independentemente do tempo em que ele fique onde preferir ficar. Assim, otimiza-se o tempo de trabalho, sem comprometer em nada sua eficiência; pelo contrário. Entendemos que, no futuro, essa vai ser a tendência de mercado. Como Empresa de TIC, é o Serpro ampliando a utilização da tecnologia como ferramenta de trabalho. Essa relação a distância não só reduz custos operacionais como também agiliza quanto aos resultados”, explica a superintendente.

No segundo indicador do projeto, Economia de Recursos, foi mensurada a redução de custos logísticos para o Serpro e para os próprios teletrabalhadores. Nesse aspecto, esperava-se diminuir em 30% os gastos para ambas as partes. No caso dos empregados, todavia, a economia chegou a 50%, em itens como vestuário, deslocamento e alimentação. Para a Empresa, o índice ultrapassou a marca dos 47%, calculada sobre fatores como água, luz, vigilância, limpeza, manutenção predial entre outros.

“A economia que a Empresa tem em logística é realmente expressiva, já que ela não precisa manter permanentemente aquele espaço físico. O que as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) pregam é que a empresa disponibilize no mínimo 3m² para cada funcionário. Nesse espaço devem caber, por exemplo, a mesa, a cadeira e um gaveteiro rolante. Isso sem contar os gastos com cafezinho, telefone, Internet, etc. Tudo isso é contabilizado como logística”, esclarece Joselma.

Já com relação à melhoria da Qualidade de Vida, o projeto do teletrabalho verificou que, ao trabalhar em seus domicílios, os participantes tiveram ganho de 33% nesse indicador. Para chegar a esse percentual, foram medidos indicadores específicos de integração familiar, conforto físico e nível de estresse.

O quarto e último indicador tratou da Conformidade Profissional dos empregados. O termo foi criado especialmente para o projeto do Serpro, em virtude de não constar na literatura acadêmica sobre teletrabalho. “Essa variável nós criamos para verificar o relacionamento desse empregado com os colegas do grupo de trabalho. O que mais impressionou é que a conformidade dos teletrabalhadores aumentou. A relação com o grupo ficou melhor, talvez por se verem com menos frequência e, por isso, sentirem saudades. É como uma relação obrigatória de convívio constante, que em muitos casos acaba trazendo desgastes”, afirma a coordenadora.

Também a titular da Supgp demonstra surpresa com relação a esse último resultado. “O relacionamento com os colegas foi ampliado, e isso foi um dado que realmente nos surpreendeu. Percebemos que as pessoas sentem a carência de uma aproximação maior, então elas procuram almoçar juntas, combinar encontros no fim de semana, etc.”, afirma Eunides Chaves, acrescentando que, a partir deste ano, o acompanhamento dos indicadores deixa de ser bimestral para se transformar em anual, como acontece nos demais processos de avaliação de programas do Serpro atualmente.

Para Armando Frid, esses indicadores positivos só reforçam a decisão do Serpro em dar prosseguimento a essa nova política de gestão de pessoas. “Do ponto de vista empresarial, é uma modalidade que não podemos prescindir: de, ao menos, pensar para o futuro. Os principais centros urbanos – não só no Brasil, mas em todo o mundo – estão conturbados. Há congestionamento, poluição, violência e outros problemas. Hoje, diante desse sintoma das grandes cidades e ao olhar para o trabalhador – se podemos dar uma possibilidade de trabalho sem que haja esse deslocamento diário, com tanta perda de tempo ou aumento de estresse, vemos nele um aumento de produtividade, vemos a possibilidade de melhoria do trabalho em si”, define o diretor.

Disciplina e Autoconhecimento Mas para quem pensa que ser um teletrabalhador é algo fácil, com menor grau de responsabilidade ou algo assim, vale deixar claro que, na realidade, é justamente o contrário. Disciplina, administração do tempo, iniciativa e uma boa dose de autoconhecimento são apenas alguns dos requisitos exigidos para quem pretende aderir a essa modalidade. A escolha dos participantes abrange critérios diversos, que vão desde as características pessoais do empregado, passando pelo tipo de atividade que desenvolve e também pelas condições de trabalho existentes em sua residência.

“Não são todas as pessoas que têm perfil para ser um teletrabalhador. Por isso nós fazemos uma avaliação rigorosa das características psicossociais do empregado. Existem pessoas que têm de sair de casa todo dia, ter uma mesa no escritório, com um porta-retrato da família. Verificamos também quantas das atividades que a pessoa desempenha são passíveis de serem teletrabalhadas. Tem de ser, no mínimo, 60%, senão não compensa para a Empresa”, esclarece Joselma. Armando Frid ressalta a importância da autodisciplina para os teletrabalhadores. “A pessoa, em geral, está habituada a manter, em seu lar, uma relação de lazer ou de descanso. E de repente ela terá de separar as coisas, transformando sua casa também num ambiente de trabalho. É algo complexo”, avalia.

Segundo o diretor, a tendência é que as novas gerações, que atualmente ainda estão ingressando no mercado, assimilem de modo muito mais tranquilo a questão do teletrabalho. “Hoje, com as facilidades de comunicação, as formas de lidar com os amigos têm se dado pela via virtual. Esses jovens estão, desde sua adolescência, no Messenger, no Orkut ou em outros softwares de comunicação, construindo redes virtuais para a diversão e para o lazer. Isso pode ser revertido de modo natural para o trabalho. Inclusive, para muitos dos colegas que estão entrando no Serpro agora, isso já é uma realidade. Já consideram uma coisa normal falar pela Internet, lidar com os outros por meio de uma grande rede virtual, até com certo calor humano”, mostra Frid.

"Fizemos o piloto com muito pé no chão e muita tranquilidade, para, de fato, podermos avaliar corretamente todos os resultados", afirma Eunides Chaves, do Serpro.

Além de avaliar as características psicossociais do candidato a teletrabalhador, o programa também exige condições adequadas em termos de

ergonomia no novo local de trabalho. Para essa análise, um engenheiro especialista na área vai até a residência do empregado, onde faz anotações, registra fotograficamente o espaço e elabora um relatório detalhado sobre a situação encontrada. Se, por exemplo, a mesa não estiver adequada, ou não houver disponível uma cadeira com braços, entre outros itens, o engenheiro recomenda que a pessoa adquira esses itens, sob as expensas do próprio empregado.

Em termos de equipamento, o que o Serpro fornece ao teletrabalhador são ferramentas como notebook, softwares, reembolso de Internet banda-larga e telefone celular. Para facilitar a comunicação entre o teletrabalhador e sua equipe, é instalado o Astor, um aplicativo de videoconferência, em servidor do próprio Serpro que possibilita a interação simultânea entre cinco pessoas, com total segurança e agilidade.

Capacitação Para garantir um bom desempenho na nova modalidade, o teletrabalhador passa por uma série de cursos de capacitação, que englobam aspectos como segurança da informação, administração de tempo, primeiros socorros de hardware e software e outros. Tudo feito por meio de educação a distância, sob responsabilidade da Universidade Corporativa do Serpro - UniSerpro.

A coordenação dos processos de capacitação para o teletrabalho ficou a cargo de Maria Muylart, carinhosamente conhecida no Serpro como Lila. Segundo ela, as ações implementadas no projeto não encontram paralelo em nenhuma outra organização. “Observamos que essa capacitação não existia no mercado, mas nós resolvemos criar porque nos preocupamos em não colocar o empregado em casa sem nenhum preparo. Ele precisa compreender, primeiramente, o que é o teletrabalho, todos os conceitos da modalidade, seus procedimentos e seu histórico. Nós passamos tudo isso para fazer uma sensibilização, não apenas para o teletrabalhador, mas também para os telegerentes e para os colegas que estão ao redor dele”, explica Lila.

“Quando um integrante de uma equipe de desenvolvedores, responsáveis por um determinado sistema, adere ao teletrabalho, os outros colegas também serão capacitados, para entender que ele não está em casa brincando, para saber como o teletrabalho funciona. Até para que o relacionamento deles flua bem, porque foge daquela coisa tradicional”, complementa a responsável pelas atividades de capacitação.

O mesmo é feito em relação aos chefes desse teletrabalhador, os chamados telegerentes. “Para os telegerentes, criamos o curso específico de ferramentas gerenciais para gestão de resultados, pois o teletrabalho é todo avaliado em cima de resultados. Pode ter flexibilidade de horários, pode-se trabalhar só à noite, desde que o contrato com o gerente permita isso, dependendo da natureza do serviço. Cada um tem um contrato individual. Mas os gerentes recebem esse treinamento para aprender a gerenciar por gestão de resultados, estabelecer metas, cobrar prazos, qualidade, etc.”, informa Lila.

Para divulgar a cultura do teletrabalho dentro da Empresa está sendo construída uma página específica na Intranet. No espaço serão disponibilizadas várias informações sobre o tema, toda uma literatura, com notícias e artigos de

interesse, guia do teletrabalhador, além de links para sítios de entidades parceiras, como a Sociedade Brasileira de Teletrabalho, a Organização Internacional do Trabalho, e também links para sítios estrangeiros relativos a teletrabalho.

Lila se mostra entusiasmada pela oportunidade de participar da construção do modelo de teletrabalho no Serpro. “É muito desafiador atuar nesse projeto, devido ao seu pioneirismo na Administração Pública brasileira. Eu sempre li a obra do sociólogo Domenico de Masi, que criou a Sociedade Italiana de Teletrabalho e organizou essa questão lá no seu país. Trata-se de uma modalidade muito boa para o empregado e para a Empresa. Quem atua como teletrabalhador está feliz, e isso nos traz muita satisfação”, conclui.

Adesão espontânea Vale lembrar que a participação no programa é totalmente voluntária. A partir do momento em que o empregado é aprovado no processo seletivo de teletrabalho, ele assina um termo aditivo ao seu contrato de trabalho, que respalda juridicamente a nova situação, de acordo com as normas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Apesar de o horário de expediente ser flexível, a jornada é monitorada de forma permanente pela equipe de rede da Empresa. “Se o teletrabalhador passar de 40h semanais, é gerado um relatório, e o chefe imediato dele é acionado. Podemos desconectar seu acesso à Rede, e se ele realmente precisar trabalhar, será convocado a prestar hora-extra dentro da Empresa, e não na sua casa”, explica Joselma Oliveira.

Mas não é apenas nos casos em que precisa fazer hora-extra que o empregado deve comparecer ao seu local de trabalho. No próprio aditivo contratual está estabelecido que, ao menos uma vez por semana, ele tem de ir pessoalmente ao Serpro, seja para participar de reuniões presenciais, seja para simplesmente manter os laços sociais com seus demais colegas. Além disso, se a Organização julgar conveniente, ela pode, a qualquer tempo, determinar que o empregado volte a cumprir jornada dentro da Empresa, suspendendo as suas atividades na modalidade teletrabalho.

Devido ao seu potencial e pioneirismo, o programa do Serpro tem chamado a atenção de outros órgãos do Governo Federal. São instituições da Administração Pública interessadas em adotar a modalidade do teletrabalho junto ao seu quadro, e que vêm buscar no Serpro uma referência segura. “Temos participado de vários encontros no País, em que o tema central é o teletrabalho. E vão surgindo consultas sobre o nosso modelo, sua concepção, que resultados estamos colhendo. E nós procuramos colaborar com esses outros órgãos. À medida que nosso programa vai evoluindo, mais divulgação nós vamos dar”, assegura Armando Frid.

Com a palavra, o Teletrabalhador

No final de 2006, com a proximidade do fim do projeto-piloto de teletrabalho no Serpro, o clima era de apreensão entre os empregados participantes da experiência, devido à incerteza quanto à continuidade ou não da iniciativa. Apresentados os resultados, porém, uma sensação de alívio tomou conta desse grupo de profissionais. A Diretoria decidiu não apenas apostar no prosseguimento da modalidade, como também ampliá-la. “Todos ficamos muito felizes com essa decisão. Tanto nós, da coordenação, quanto os 23 participantes, estávamos

bastante ansiosos com relação a isso, de tão positiva que foi a experiência. É até emocionante ouvir esses depoimentos”, comemora Joselma Oliveira – também ela uma teletrabalhadora.

De fato, basta conversar alguns minutos com um teletrabalhador do Serpro para facilmente comprovar sua satisfação em relação ao programa. Uma dessas pessoas é Maristela Rodrigues, da Regional São Paulo. Segundo ela, que durante dois dias a cada semana cumpre expediente em sua própria residência, a melhoria da qualidade de vida pôde ser sentida de modo intenso a partir do momento em que ela aderiu à modalidade. “São dois dias a menos no trânsito de São Paulo, e isso dá uma boa aliviada no dia-a-dia. Para ir e voltar do trabalho, perco cerca de duas horas. Trabalhando em casa eu não tenho esse problema, não pego chuva, engarrafamento ou outras situações tão comuns aqui na capital paulista”, destaca Maristela.

“Teletrabalho não é uma premiação ao empregado, mas uma forma diferenciada de ele desempenhar suas atividades na Empresa”, ensina Joselma Oliveira, do Serpro.

Ela também afirma que não teve problemas de adaptação à realidade do teletrabalho. “Sou uma pessoa muito disciplinada. Mantenho praticamente os mesmos horários de trabalho que pratico dentro da Empresa. Procuro trabalhar como se estivesse no Serpro. Só que, quando acordo, em vez de ir direto para o trânsito, vou fazer uma caminhada. E a alimentação também melhorou, pois sou vegetariana e perto da minha casa há restaurantes desse tipo. Tem sido uma ótima experiência participar desse programa”, avalia.

Outro ponto que Maristela faz questão de ressaltar é a melhoria da relação com os colegas de trabalho. “No início, tive medo que pudesse perder o contato com eles. Mas em vez de diminuir, essa relação foi ampliada. Nos dias em que vou à Empresa, as pessoas se aproximam mais de mim, perguntam como é o teletrabalho. Enfim, conversamos mais, hoje em dia, do que antes”, conclui Maristela, não sem antes expor seus planos para esta nova etapa do programa. “Minha meta agora é negociar com o chefe três dias por semana, no lugar de dois”.

Outro que se mostra entusiasmado em participar da experiência é Pedro Paulo Sales do Cabo, da Regional Rio de Janeiro. Pelo acordo estabelecido no projeto-piloto, ele é obrigado a comparecer apenas uma vez por semana à Empresa, ou no caso de haver a necessidade de alguma reunião presencial. Assim como sua colega de São Paulo, Pedro Paulo vê no fato de não precisar encarar diariamente o trânsito da grande cidade uma das principais vantagens do teletrabalho. “Moro na Barra da Tijuca, e gasto cerca de uma hora e 20 minutos para chegar ao centro da cidade. Ao participar do programa, reverti esse tempo para fazer exercícios aeróbicos. Gasto, em média, duas horas por dia na academia, mas quando tinha aquela rotina de trânsito todo dia, acabava não indo. Agora melhorou muito”, afirma.

Entre as atribuições de Cabo, dentro do Serpro, está a coordenação de um grupo de quatro pessoas, que atuam dentro da Empresa. Mesmo a distância, ele assegura que não existe problema para exercer esse cargo de liderança. “Fazemos

o planejamento da semana toda, sem nenhuma dificuldade. Tudo é feito de modo eficiente. Trocamos notas, conversamos por meio do aplicativo Astor, nos falamos por telefone, e o trabalho ocorre de maneira plenamente satisfatória”, garante. Ele também observou melhorias no relacionamento com os colegas, desde que passou a ser um teletrabalhador. “É interessante isso. Hoje, quando vou à Empresa, as pessoas se aproximam mais de mim, chegam a disputar entre si com quem eu vou almoçar e tal”.

http://www.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/Tema/tema_190/materias/Sem-sair-de-casa

ANEXO E – Texto publicado no portal LANCENET

Rubinho afirma que esforço não foi em vão

Piloto mostra cabeça erguida, chora e diz que fez o máximo

A oitava posição trouxe decepção, mas Rubens Barrichello não se deixou dominar pelo sentimento. De cabeça erguida, ele cumprimentou Jenson Button e reverenciou a torcida. Quase não chorou. Somente foi às lágrimas na hora de falar com os jornalistas, quando lembrou do abraço que recebeu do filho mais velho, Eduardo, de 8 anos.

- Sem lamentação, foi um grande campeonato. Esse ano foi de erguer a mão para o céu. É lógico que tem um buraco dentro do estômago, e eu só tenho a agradecer ao público, que esteve junto e torceu comigo - ressaltou o brasileiro.

O fato de continuar sem vencer em Interlagos - o amor de sua vida, como se referiu - incomoda, mas Barrichello afirmou que fez o máximo. Frisou a questão de o carro da Brawn ter perdido algo da competitividade neste fim de temporada.

Rubens confidenciou que, ao saber que estava com um pneu furado - o que forçou sua terceira parada nos boxes -, perguntou à equipe se poderia continuar. Recebeu a informação de que seria perigoso.

- Eu quase rodei na entrada do boxe quando o pneu furou. Era muito perigoso mesmo - relatou.

Após a prova, Barrichello saiu do cockpit diretamente para os boxes, onde passou cerca de dez minutos com a família. O piloto precisou do apoio deles para se recompor:

- Na vida, temos coisas importantes, de valor. Vou voltar para casa como o mesmo pai, o mesmo marido, ter a mesma garra. Só eles (família) e Deus sabem o quanto eu luto. Sou guerreiro - observou.

<http://www.lancenet.com.br/noticias/09-10-19/638118.stm>

CURRICULUM LATTES

Noemi Luciane dos Santos

Curriculum Vitae

Nome Noemi Luciane dos Santos
Filiação Waldemar dos Santos e Willma Remor dos Santos
Nascimento 30/04/1972 - Marcelino Ramos/RS - Brasil
Carteira de Identidade 2045951346 SSPRS - RS - 22/09/1986
CPF 53243862000

Endereço profissional Colégio Estadual Paula Soares
 Rua Gal. Auto, 68
 Centro - Porto Alegre
 90010-325, RS - Brasil

Endereço eletrônico e-mail para contato : noemiluciane@terra.com.br
 e-mail alternativo : noemiluciane@hotmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

- 2006 - 2010** Doutorado em Lingüística e Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
 Título: Os operadores na argumentação do discurso
 Ano de obtenção: 2010
 Orientador: Leci Borges Barbisan
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2004 - 2005** Mestrado em Lingüística e Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
 Título: A polifonia no movimento argumentativo do discurso
 Ano de obtenção: 2006
 Orientador: Dr Leci Borges Barbisan
 Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 1998 - 1999** Especialização em Especialização em Leitura, Análise e Produção Textual
 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Erechim, Brasil
- 1991 - 1995** Graduação em Letras/Português
 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Erechim, Brasil

Formação complementar

- 2009 - 2009** Argumentação e sentido pela Semântica Linguística:.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2009 - 2009** Curso de Capacitação de Tutores em EaD.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Entoações: Fonética e Fonologia.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2008 - 2008** Extensão universitária em Processos constitutivos do texto.
ALFAL, Montevideo, Uruguai
- 2007 - 2007** Extensão universitária em Enunciação, Estrutura e História.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil
- 2007 - 2007** Disseminadores de Educação Fiscal.
Escola de Administração Fazendária, ESAF, Brasília, Brasil
- 2006 - 2006** Extensão universitária em IV SEMINÁRIO DE REDAÇÃO DE VESTIBULAR DA UFRGS.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
- 2005 - 2005** Extensão universitária em III SEMINÁRIO DE REDAÇÃO DE VERTIBULAR DA UFRGS.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
- 2004 - 2004** Extensão universitária em Abordagens Funcionalistas da Linguagem.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em O Cotidiano e a Escola Reconstrução do Conhecimento.
Secretaria de Educação 15 CRE, Erechim, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Reavaliar as ações didáticas
Secretaria de Educação 15 CRE, Erechim, Brasil
- 2001 - 2001** Curso de curta duração em Curso de formação político-pedagógica.
Secretaria de Educação 15 CRE, Erechim, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de curta duração em Reavaliando e Reconstruindo o Currículo e a Práxis.
Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Erechim, Brasil

1997 - 1997 IPD/MS-DOS, WINDOWS e WORD.
Cursus Centro de Desenvolvimento Pessoal, Erechim, Brasil

Atuação profissional

1. Faculdade Porto-Alegrense - FAPA

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional:
Professor , Carga horária: 4, Regime: Parcial

2. Colégio Estadual Paula Soares - CEPS

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional:
Professor , Carga horária: 40, Regime: Integral

2008 - 2010 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional:
Professor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

2007 - 2007 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional:
Professor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

03/2007 - Atual Ensino médio
Especificação: Professor de Língua Portuguesa para o Ensino Médio

3. Secretaria de Educação 1a Coordenadoria Regional de Educação

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional:
Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial

2006 - 2007 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional:
Professor, Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

02/2006 - Atual Outra atividade técnico-científica
Especificação: Professor

4. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Vínculo institucional

- 2006 - 2010** Vínculo: Bolsista de doutorado, Enquadramento funcional: Bolsista de doutorado, Regime: Parcial
- 2004 - 2006** Vínculo: Bolsista-mestrado, Enquadramento funcional: Bolsista-mestrado, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

- 2007 - Atual** Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras
Participação em projetos:
Grupo de Estudos sobre a argumentação no discurso
- 03/2004 - 02/2006** Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras, Departamento de Pós-Graduação em Letras
Participação em projetos:
O discurso do outro no gênero tiras

5. Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo

Vínculo institucional

- 2001 - 2004** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professora, Carga horária: 20, Regime: Dedicção Exclusiva
- 2000 - 2004** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professora, Carga horária: 20, Regime: Dedicção Exclusiva
- 1993 - 1994** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Outro (Secretário de Escola), Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

- 05/2000 - 03/2004** Ensino Fundamental
Especificação: Professora de Língua Portuguesa
- 05/2000 - 03/2004** Ensino Médio
Especificação: Professora de Língua Portuguesa
- 03/1993 - 03/1994** Direção e Administração, Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, Secretaria
Cargos Ocupados:

Secretário de Escola

6. Colégio Estadual Haidee Tedesco Reali

Vínculo institucional

2000 - 2001 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial

7. Prefeitura Municipal de Erechim

Vínculo institucional

1994 - 2000 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Editor-Secretário, Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

8. Prefeitura de Marcelino Ramos

Vínculo institucional

1991 - 1993 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Dirigente de Núcleo de Atividades de Interesses, Carga horária: 40, Regime: Integral

Projetos

2007 - Atual Grupo de Estudos sobre a argumentação no discurso

Descrição: A linha de pesquisa tem por objetivo desenvolver estudos sobre a leitura de textos escritos, tendo em vista o sentido produzido no discurso. Os estudos são fundamentados na Lingüística do Texto, na Teoria da Enunciação de Benveniste e principalmente na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducro

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (4);

Integrantes: Noemi Luciane dos Santos; Mariana Martinez Ryp; Leci Borges Barbisan (Responsável); Alessandra da Silveira Bez

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

2004 - 2006 O discurso do outro no gênero tiras

Descrição: Projeto que visa pesquisar como o discurso citado em tiras produz sentido no discurso citante.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (0); Especialização (0); Mestrado acadêmico (2); Mestrado profissionalizante (0); Doutorado (1);
 Integrantes: Noemi Luciane dos Santos; Mariana Martinez Rypl; Elenice Andersen; Leci Borges Barbisan (Responsável)
 Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Áreas de atuação

1. Língua Portuguesa
2. Lingüística Aplicada
3. Teoria e Análise Lingüística

Idiomas

- Inglês** Compreende Razoavelmente , Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Bem
- Espanhol** Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
- Francês** Compreende Razoavelmente , Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Bem

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. SANTOS, N. L.
A construção do sentido numa propaganda. Letrônica , v.1, p.52 - 66, 2008.
2. SANTOS, N. L.
A Polifonia no movimento argumentativo do discurso. Cadernos de Pesquisas em Lingüística (PUCRS). , v.2, p.65 - 76, 2006.
3. SANTOS, N. L.
Estrutura Argumentativa: Recursos e Marcas Lingüísticas na Propaganda Eleitoral. Perspectiva (Erechim). , v.26, p.7 - 17, 2003.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. SANTOS, N. L.
O sentido do discurso e o conceito de predicação, segundo a Teoria dos Blocos Semânticos In: III Seminário Internacional de Linguística Texto, discurso e ensino,

2009, São Paulo.

Caderno de atividades e resumos. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 2009.

2. SANTOS, N. L.

A construção do sentido num discurso publicitário In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.

XV Congresso da ALFAL - Libro de Resúmenes. Montevideo: , 2008. p.130 - 130

3. SCALABRIN, V., SANTOS, N. L.

A interrogação como marca polifônica na publicidade In: VIII CELSUL, 2008, Porto Alegre.

8º Encontro do CELSUL. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2008. p.171 - 172

4. SANTOS, N. L.

Análise do sentido no discurso: a predicação como ferramenta In: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS, 2008, PORTO ALEGRE.

Anais do IX Salão de Iniciação Científica da PUCRS. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS, 2008.

5. SANTOS, N. L.

A polifonia no movimento argumentativo do discurso. In: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, 2006, Pelotas.

7o. Encontro do CELSUL , 2006.

6. SANTOS, N. L.

Coesão e coerência: aspectos da organização do discurso da criança In: **7 Encontro Nacional sobre Aquisição de Linguagem**, 2006, Porto Alegre, 2006.

7. SANTOS, N. L., MAURER, K. L.

A construção do sentido no discurso da charge In: **Congresso Internacional Linguagem e Interação**, 2005. São Leopoldo, 2005.

8. SANTOS, N. L., MAURER, K. L., RYPL, M. M.

O discurso do outro no gênero tiras In: II Congresso Internacional das Linguagens-VI SENELP, 2004, Erechim.

II Congresso Internacional das Linguagens-VI SENELP. 2004. p.87

9. SANTOS, N. L.

Estrutura Argumentativa: Recursos e Marcas Lingüísticas na Propaganda Eleitoral In: I Congresso Internacional das Linguagens-V SENELP, 2002, Erechim-RS.

Linguagens & Linguagens. Erechim: URI, 2002. p.165

Apresentação de Trabalho

1. SANTOS, N. L.

O sentido do discurso e o conceito de predicação, segundo a Teoria dos Blocos Semânticos, 2009. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

2. SANTOS, N. L.
A construção do sentido num discurso publicitário, 2008.
(Comunicação,Apresentação de Trabalho)
3. SCALABRIN, V., SANTOS, N. L.
A interrogação como marca polifônica na publicidade, 2008.
(Comunicação,Apresentação de Trabalho)
4. SANTOS, N. L.
Análise do sentido no discurso: a predicação como ferramenta, 2008.
(Outra,Apresentação de Trabalho)
5. SANTOS, N. L.
A polifonia no movimento argumentativo do discurso., 2006.
(Comunicação,Apresentação de Trabalho)
6. SANTOS, N. L.
Coesão e coerência: aspectos da organização do discurso da criança, 2006.
(Comunicação,Apresentação de Trabalho)
7. SANTOS, N. L., MAURER, K. L.
A construção do sentido no discurso da charge, 2005.
(Comunicação,Apresentação de Trabalho)
8. SANTOS, N. L., MAURER, K. L., RYPL, M. M., ANDERSEN, E. L., BARBISAN, L. B.
A enunciação em tiras, 2004. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
9. SANTOS, N. L., MAURER, K. L., RYPL, M. M., BARBISAN, L. B.
O discurso do outro no gênero tiras, 2004. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
10. SANTOS, N. L.
Estrutura Argumentativa: Recursos e Marcas Lingüísticas na Propaganda Eleitoral, 2002. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Produção Técnica **Trabalhos técnicos**

1. SANTOS, N. L.
Corretor de redações do ENCCEJA 2008, 2009
2. SANTOS, N. L.
Consultor Pedagógico - área de Língua Portuguesa - CESPE/UnB, 2008
3. SANTOS, N. L.
Consultor Pedagógico - área de Língua Portuguesa - CESPE/ UnB., 2006

Demais produções técnicas

1. SANTOS, N. L.

Teoria da Argumentação na Língua e análise de textos, 2009. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

2. BARBISAN, L. B., RÖRIG, C., BOTH, J. T., SANTOS, N. L., DALL'CORTIVO, C., SCALABRIN, V.

Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino, 2008. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **VIII CELSUL**, 2008. (Encontro)

2. **Jornada de Qualificação de Segunda Área**, 2007. (Outra)

3. **Aula Inaugural: Perguntas sobre a memória**, 2007. (Outra)

4. **8th International Congresss of ISAPL**, 2007. (Congresso)

5. **XXV Seminário Brasileiro de Crítica Literária e XXIV Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul**, 2007. (Seminário)

6. Apresentação Oral no(a) **7 Encontro Nacional sobre Aquisição de Linguagem**, 2006. (Encontro)

7. Apresentação Oral no(a) **Congresso Internacional Linguagem e Interação**, 2005. (Congresso)

8. Apresentação Oral no(a) **II Congresso Internacional das Linguagens, VI SENELP**, 2004. (Congresso)

9. **I Jornada de apresentações dos projetos de dissertação**, 2004. (Outra)

10. **Seminário de Atualização em Letras - Estudos Lingüísticos**, 2003. (Seminário)

11. **10a Jornada Nacional de Literatura**, 2003. (Outra)

12. Apresentação Oral no(a) **I Congresso Internacional das Linguagens, V SENELP**, 2002. (Congresso)

13. **XXV Semana Acadêmica de Letras**, 1999. (Outra)

14. **8a Jornada Nacional de Literatura**, 1999. (Outra)

15. **XXIII Semana da Administração**, 1995. (Outra)

16. **V Jornada Nacional de Língua Portuguesa e Literatura**, 1993. (Outra)
17. **I Fórum Estadual sobre a Crise das Licenciaturas e XIX Semana Universitária**, 1992. (Outra)
18. **Oficina de Leitura Cinematográfica**, 1992. (Oficina)
19. **XVIII Semana Universitária do Curso de Letras**, 1991. (Outra)

Bancas

Participação em banca de comissões julgadoras

Outra

1. **Avaliador de Redação Vestibular UFRGS 2010.**
2. **Avaliador de Redação - Vestibular UFRGS 2009.**
3. **Avaliação de redação - Vestibular UFRGS 2008.**
4. **Avaliação de Redação - Vestibular UFRGS 2007.**
5. **Avaliador de Redação - Vestibular UFRGS 2005.**